

JAQUELINE DOS SANTOS BATISTA SOARES

DISCURSO E CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO NA MÍDIA IMPRESSA:
UMA ANÁLISE DE REPORTAGENS SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO
DE 2013

Belo Horizonte
Faculdade de letras da Universidade Federal de Minas Gerais
2017

JAQUELINE DOS SANTOS BATISTA SOARES

DISCURSO E CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO NA MÍDIA IMPRESSA:
UMA ANÁLISE DE REPORTAGENS SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO
DE 2013

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguística do Texto e do discurso.

Área de concentração: Linguística
Linha de pesquisa: Análise do Discurso
Orientador: Prof. Dr. Wander Emediato de Souza

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2017

Faculdade de Letras
Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

Dissertação intitulada “Discurso e construção do acontecimento na mídia impressa: uma análise de reportagens sobre as manifestações de junho de 2013”, de autoria da mestranda Jaqueline dos Santos Batista Soares, apresentada à banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Orientador: Prof. Dr. Wander Emediato de Souza (FALE – UFMG)

Prof. Dr. Gustavo Ximenes Cunha (FALE - UFMG)

Prof. Dr. Antonio Augusto Braighi Andrade (CEFET - MG)

Prof. Dr^a. Clarice Lage Gualberto de Abreu (FALE-UFMG)

Belo Horizonte, 17 de março de 2017

*Dedico este trabalho aos meus eternos amores Lucinei,
Camilla e Rafael com toda a minha gratidão, sem vocês
esse sonho não seria possível!*

AGRADECIMENTOS

Com gratidão, a Deus e as pessoas que Ele colocou no meu caminho!

A todas as vozes que, explícita ou implicitamente, de alguma forma, contribuíram para que esse sonho se tornasse uma realidade em minha vida...

Ao Lucinei, meu esposo, meu maior incentivador, amigo e companheiro presente há duas décadas. À Camilla, filha querida com quem tenho o prazer de dividir as inquietações da vida acadêmica; ao Rafael, meu príncipe, que torna meus dias mais leves com sua compreensão e carinho, muito obrigada por fazerem parte dos momentos mais importantes da minha vida! Às minhas meninas, através das quais vejo e ouço Deus, Mariza (Vó); Marcia (Mãe); Juliana; Josiane; Jussara e Joyce (Irmãs) – minha riqueza!

Sonho semeado ainda nos meus primeiros passos como pesquisadora na UEMG e incentivado por minha querida amiga Prof. Dr^a. Ivanete Bernardino (UFOP-MG).

Em especial, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Wander Emediato de Souza, a quem admirava nas discussões promovidas pelo NAD (Núcleo de Análise do Discurso) e que aceitou a orientação desta pesquisa quando ainda era apenas uma tímida proposta e que, pacientemente, aguardou meu amadurecimento enquanto pesquisadora, dando-me autonomia e, ao mesmo tempo, compartilhando sua experiência com toda a elegância e delicadeza que lhes são características. Pelas riquíssimas contribuições nos cursos ofertados. Foram dois anos de crescimento efetivo, de intensa aprendizagem e conquista. Obrigada por sua dedicação enquanto professor, orientador e pela amizade!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da FALE/ UFMG. À Prof. Dr^a. Ida Lúcia Machado, com quem aprendi a leveza do fazer docente; à Prof. Dr^a. Glaucia Muniz Proença Lara, por me fazer atenta a cada palavra.

À minha querida Gabriela, amiga de uma vida e para uma vida inteira, pelo caminhar que tornou as tardes de mestrado mais familiares e por dividir inquietações que tornaram-se respostas. A caminhada com você se tornou mais leve!

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro.

“No país em que eu habito, nunca as diferenças foram tão nítidas. O país em que eu vivo está pleno de contradições, de oposições, de confrontos políticos, de partidos, sindicatos e movimentos sociais que agem, lutam, conquistam, se desorientam, sofrem vitórias e derrotas. Às vezes agem coerentemente, outras vezes contraditoriamente.

As manifestações públicas de diversos gêneros e intensidade regridem em certos momentos, mas voltam com força outras vezes, acampando até mesmo na Esplanada dos Ministérios em Brasília, bem pertinho do poder central.

O país que eu vivo está pleno de grupos e movimentos sociais que se organizam, protestam, vão às ruas, reivindicam, avançam, se perdem pelo caminho, se recuperam e voltam.

No país que eu vivo, há muito desencanto, mas as utopias continuam vivas, há muitas bandeiras pelas quais lutar, há muito sonho e aspiração por um amanhã diferente.

No país que eu vivo, mal ou bem, às vezes mais, às vezes menos, o jornalismo reflete essas contradições. É predominante conservador (nem poderia ser diferente em um país excludente como o nosso), mas não deixa de reverberar as lutas sociais (MOTTA, 2005, p.8)”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE I: PERCURSO CRÍTICO E TEÓRICO METODOLÓGICO	
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO: AS JORNADAS DE JUNHO E A QUESTÃO DO PONTO DE VISTA SOBRE O ACONTECIMENTO	18
1.1 “As Jornadas de junho”, manifestações no Brasil, em 2013	18
1.2 “Jornadas de junho”: nosso ponto de vista	20
CAPÍTULO II – A CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO	24
2.1 A construção do acontecimento nas mídias hebdomadárias	24
CAPÍTULO III – PERCURSO TEÓRICO	28
3.1 A análise do discurso	29
3.2 O lugar do sujeito: na Psicanálise, na Filosofia da linguagem e na Análise do Discurso	31
CAPÍTULO IV: TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA	36
4.1 Semiologia: uma tendência em Análise do Discurso	36
4.1.1 Os sujeitos do ato de linguagem: uma proposta Semiológica	40
4.1.2 O contrato de comunicação	44
4.1.3 O contrato de informação midiático	47
4.2 Situação monolocutiva em uma perspectiva potencialmente comunicativa	48
4.3 Os modos de organização do discurso: uma proposta Semiológica	49
4.3.1 Os modos de organização como noção de estratégia discursiva	49
4.3.2 Os modos de organização do discurso	50
4.3.2.1 O Modo de Organização Enunciativo	52
4.3.2.2 O Modo de Organização Descritivo	54
4.3.2.3 O Modo de Organização Narrativo	57
4.3.2.4 O Modo de Organização Argumentativo	59
CAPÍTULO V – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	64
5.1 Instrumentos de análise	64
5.1.1 O Modo de Organização Enunciativo	64
5.1.2 O Modo de Organização Descritivo	68
5.1.3 O Modo de Organização Narrativo	70
5.1.4 O Modo de Organização Argumentativo	72

PARTE II: ANÁLISE DESCRITIVA E INTERPRETATIVA

CAPÍTULO VI: APRESENTAÇÃO DO CORPUS	77
6.1 Descrição e apresentação do corpus	77
6.1.2 Descrição dos elementos formais das reportagens	78
6.1.2.1 A reportagem de Veja: “contra o aumento”	78
6.1.2.2 A reportagem de Carta Capital: “Parem de subestimar o povo”	81
6.1.2.3 A reportagem de Istoé: “Nada justifica a volta da repressão”	84
6.2 Análise temática	86
6.2.1 Modos de tematização	88
CAPÍTULO VII: ANÁLISE DOS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO DAS REPORTAGENS	92
7.1 A construção do ponto de vista no modo enunciativo	92
7.1.1 O comportamento Delocutivo um ponto de vista aparentemente objetivo	93
7.1.2 A construção do ponto de vista enunciativo e suas relações dialógicas	110
7.2 O ponto de vista Descritivo	112
7.2.1 Procedimentos de identificação	113
7.2.2 A nomeação como estratégia de construção do ponto de vista	114
7.2.2.1 As identificações genéricas	114
7.2.2.2 As identificações específicas	120
7.2.3 Procedimentos de qualificação	126
7.2.4 A quantificação: uma estratégia de objetivação ou de intensificação subjetivante?	130
7.2.5 Procedimentos de localização: a relação dos objetos de discurso com os espaços urbano	132
7.3 O Modo de Organização Narrativo: o ponto de vista actancial	134
7.4 O Modo de Organização da Dimensão Argumentativa do Discurso	140
7.4.1 Seleção de vozes e a problematização por meio do questionamento	141
7.4.2 A Comparação e a definição de uma existência como procedimento de identificação e de qualificação	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	156
ANEXO A	160
ANEXO B	174
ANEXO C	195

RESUMO

O ano de 2013, no Brasil, foi marcado por intensas manifestações populares, as “jornadas de junho”. Várias cidades foram tomadas por milhares de pessoas que tiveram nas ruas seu *locus* de expressão contra a falta de representatividade política, contra a corrupção, contra as deficiências do Estado na prestação de serviços como os de saúde, de educação e de transporte; este último se configurou como estopim para a explosão popular que se viu nas ruas naquele ano. Entretanto, as demandas e as bandeiras levantadas por manifestantes não se restringiram ao aumento nas tarifas de transportes, ao cenário político ou às deficiências do Estado houve, ainda, intenso questionamento acerca dos investimentos em jogos esportivos como a Copa do Mundo de 2014, mas também uma indignação popular acerca da representação midiática das manifestações por veículos de comunicação tradicionais. O presente trabalho investiga como as mídias hebdomadárias *Veja*, *Carta Capital* e *Istoé* construíram o acontecimento e por meio de quais estratégias discursivas foi construído o ponto de vista sobre os objetos de discurso. Para isso, descrevemos e propomos algumas hipóteses explicativas para as escolhas linguístico discursivas empregadas por cada um dos veículos de comunicação pesquisados, tendo como baliza as categorias de análise disponibilizadas pela Teoria Semiolinguística, em seus Modos de Organização do Discurso, na produção dos efeitos de sentidos prováveis ou pretendidos pelas mídias analisadas. Ademais, a importância das problematizações levantadas por esta pesquisa reside no fato de se interessar por acontecimentos que podem revelar uma suposta fratura social no que tange à relação entre a sociedade e as instituições, nas quais incluímos as mídias de informação, que pautam seu discurso em função de uma ideologia institucional ou em função de uma imagem de leitor ideal. As considerações aqui alocadas não se esgotam já que a Análise do Discurso, particularmente, a Semiolinguística se mostrou bastante profícua na análise dos procedimentos discursivos das mídias de informação jornalística, no que tange aos discursos acerca de transformações sociais no Brasil, contribuindo para uma compreensão das lutas e das desigualdades sociais presentes em nossa sociedade e ecoadas por diversas vozes nas “Jornadas de junho”.

PALAVRAS-CHAVE: “Jornadas de junho”. Discurso de informação jornalística. Semiolinguística. Análise do Discurso.

RÉSUMÉ

L'année 2013, au Brésil, a été marquée par d'intenses manifestations populaires nommées les « journées de juin ». De nombreuses villes brésiliennes ont été prises par des milliers de personnes qui ont vu les rues comme un *locus* de leur expression contre l'absence de la représentativité politique, contre la corruption, contre les défaillances de l'État par rapport à la fourniture de services relationnés à la santé, à l'éducation et au transport; ce dernier a été considéré comme un déclencheur pour l'explosion populaire qui a été vue dans les rues en 2013. Pourtant, les demandes et les questions soulevées par les manifestants ne sont pas limitées à l'augmentation des tarifs de transport, ni au scénario politique, ni aux défaillances de l'État ; il y a eu encore un fort questionnement sur les investissements dans les grands jeux sportifs comme la Coupe du Monde 2014, mais aussi une indignation populaire en ce qui concerne la représentation médiatique des manifestations par les médias traditionnels. Cette étude examine comment les médias hebdomadaires *Veja*, *Carta Capital* et *Istoé* ont construit l'événement et quelles sont les stratégies discursives impliquées dans la fabrication du point de vue sur les objets du discours. En conséquence, on a décrit et proposé quelques hypothèses explicatives pour les choix linguistiques et discursives utilisés pour chacun des médias examinés et on s'est appuyé sur les catégories d'analyse de la Théorie Semiologique, ainsi que ses Modes d'Organisation du Discours, dans l'observation en ce qui concerne la production des effets de sens probables ou prévus pour les médias examinés. Ainsi, l'importance des problématisations soulevées par cette recherche réside dans le fait qu'on s'intéresse aux événements capables de révéler une certaine fracture sociale en ce qui concerne le rapport entre la société et les institutions dans lesquelles on insère les médias d'information qui guident leur discours en raison d'une idéologie institutionnelle ou en vue de l'image du lecteur idéale. Les considérations faites ici n'ont pas été épuisées, car l'Analyse du Discours, en particulier la Semiologie, a montré qu'elle-même est une ressource tout à fait fructueuse dans l'analyse des procédures discursives des médias d'information journalistique à l'égard des événements et des discours sur la transformation sociale au Brésil, en contribuant à une meilleure compréhension des luttes, des besoins et des inégalités sociales qui existent dans notre société, facteurs qui ont été repris par plusieurs voix dans les « journées de juin ».

MOTS-CLES: « Journées de juin ». Discours de information journalistique. Semiologie. Analyse du Discours

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, interessa-nos observar como as mídias hebdomadárias *Veja*, *Istoé* e *Carta Capital* construíram as informações relativas às manifestações populares ocorridas no Brasil no ano de 2013, as “Jornadas de Junho”.

As mídias de informação jornalísticas – sobretudo as hebdomadárias que compõem nosso *corpus* – são, frequentemente, acusadas pelo senso comum de manipuladoras, partidaristas ou de impor discursos tendenciosos ou opinativos. De um lado há aqueles que acreditam que o discurso jornalístico deve ser imparcial e neutro, por outro lado há os que defendem que o jornalismo deve assumir uma posição crítica e ideológica clara.

Ao nosso ver, acreditar que o discurso jornalístico se pauta por uma postura de imparcialidade e neutralidade em todo o seu fazer soa como uma reflexão um tanto ingênua. A opinião jornalística não se restringe aos gêneros que possuem essa característica singular como os editoriais ou os artigos de opinião.

Assim como os gêneros mencionados, as reportagens jornalísticas, que compõem nosso *corpus*, também comportam diversos pontos de vista e opiniões. Ao propor um viés pelo qual os acontecimentos do mundo serão roteirizados, em detrimento de outras perspectivas, o sujeito comunicante propõe ao coenunciador um modo de ver, avaliar e validar as posições ali destacadas (EMEDIATO, 2013). A opinião ou uma postura crítica sobre os acontecimentos pode se configurar como uma maneira estratégica de recortar o mundo e propor problematizações ancoradas em um jogo de expectativas entre os interlocutores.

A construção do acontecimento no interior das mídias de informação assume certa relevância neste trabalho. Nosso interesse por essa temática parte do princípio de que o momento foi marcado por fraturas sociais questionadoras da organização institucional e política do país, dando voz à população de maneira um tanto quanto inédita, rompendo com o que é cotidiano e habitual na organização das cidades.

Observar como esses fatos foram construídos no interior da mídias de informação nos permitirá perceber como os saberes compartilhados entre os interlocutores ou como se imaginam no discurso podem se configurar como aspectos geradores de sentidos intencionados (ou não) pela instância de produção em sua atividade informativa, ou os efeitos

de sentidos possíveis. Entretanto, não podemos perder de vista que as mídias de informação jornalística funcionam no interior de um contrato de comunicação que tem por objetivo validar a palavra do locutor junto ao seu interlocutor. Nessas condições, o discurso das mídias de informação jornalística opera em um ambiente de uma dupla tensão que baliza o jogo de expectativas entre os interlocutores: a credibilidade e a captação.

A credibilidade força o sujeito comunicante a apagar as marcas de enunciação ou de subjetividade, provocando um aparente distanciamento do sujeito comunicante de seu discurso, permitindo que os dizeres se apresentem como dados evidentes, ou seja, o locutor é um mero relator dos acontecimentos. Em contrapartida, a captação força o discurso jornalístico a lançar mão de estratégias de dramatização que objetivam tocar os afetos ou provocar certos estados emocionais no interlocutor, como estratégia para alcançar o maior número de leitores possível.

Nossa pesquisa parte do princípio de que, na construção do acontecimento, as mídias analisadas, por um lado, buscam atender aos imperativos impostos pela relação contatual que as regula, mas, por outro lado, situam seu discurso em uma dimensão estratégica – permitida pelo que Charaudeau (2009 [1983]) nomeia de *margem de manobra* – de modo que, na encenação discursiva, as intenções do sujeito sejam mascaradas ou que funcionem em opacidade a fim de que não haja uma ruptura e conseqüente não validação da palavra do locutor.

As reportagens serão pensadas como um gênero discursivo situacional, ou seja, que privilegia a linguagem em situação de comunicação. Característica importante para a definição da ancoragem teórica sob a qual construiremos nosso percurso descritivo das categorias discursivas e que também balizará nossa análise qualitativa. As análises partirão do pressuposto que em função de uma regulação contratual as instâncias de produção dos discursos jornalísticos, aqui investigados, mobilizam as categorias da língua em função de seu projeto de dizer, entretanto escondendo se por trás de um aparente efeito de objetividade que funciona, em geral, pelo apagamento enunciativo.

Nesse quadro, a proposta teórico metodológica de Patrick Charaudeau (2009 [1983]), a Teoria Semiolinguística, se constitui como a principal ancoragem teórica de nossa pesquisa.

Nosso trabalho consistirá em verificar como as instâncias de produção mobilizam seus dizeres, observando os possíveis efeitos interpretativos alcançados com recurso às categorias de língua disponibilizadas pelos Modos de Organização do Discurso: Enunciativo, Descritivo, Narrativo e Argumentativo. Vale ressaltar que, em função das características genéricas, as categorias do Modo de Organização Argumentativo serão adotadas na perspectiva de uma dimensão argumentativa e se somarão às nossas reflexões as propostas de Amossy (2011) e Plantin (*apud* EMEDIATO, 2013). Outros autores e pesquisas já realizadas com ancoragem na Semiologia também foram convocados para complementar as discussões aqui propostas, tanto na composição de nosso arcabouço teórico quanto na reflexão realizada em nosso percurso de análise.

Nossa pesquisa é realizada em duas etapas, em um primeiro momento, procurando perceber os principais traços linguísticos e discursivos que compõem nosso *corpus* faremos uma descrição sistemática, conforme dados disponíveis nas grades do Anexo A, enquadrando as ocorrências de acordo com as categorias linguísticas disponibilizadas pelos Modos de Organização do Discurso em cada uma das reportagens analisadas, a saber: *Veja*, *Carta Capital* e *Istoé*.

Essa etapa descritiva nos permitirá, em seguida, realizar uma análise qualitativa das categorias elencadas e a levantar hipóteses interpretativas sobre seus efeitos discursivos. Como se trata de uma análise comparativa, essa etapa também nos disponibilizará dados importantes para percebermos a natureza dos contrastes existentes na mobilização das categorias linguístico-discursivas das reportagens, sejam elas de natureza linguística ou de natureza situacional.

Dividimos essa pesquisa em duas partes. Na primeira parte, percurso crítico e teórico metodológico, no capítulo I, faremos uma breve contextualização acerca das Jornadas de Junho, abordando, de modo geral, as características dos protestos e o ponto de vista intelectual sobre os acontecimentos; no capítulo II, discutiremos questões pertinentes à construção do acontecimento jornalístico; o capítulo III focaliza as problemáticas gerais da linguagem que se constituem como ancoragem de nossa pesquisa, com especial atenção à perspectiva Semiologia no capítulo IV; os procedimentos metodológicos adotados, com uma melhor exposição das categorias de análise, serão abordado no capítulo V.

A segunda parte será dedicada à análise qualitativa, na qual procuraremos utilizar os resultados obtidos no processo de descrição das categorias, a fim de realizar nossas hipóteses

interpretativas correlacionando-as aos dados empíricos da primeira etapa, conforme anexos. No capítulo VI, faremos uma descrição do nosso *corpus*; e o capítulo VII se debruçará sobre o *corpus* em um procedimento de análise qualitativa dos dados empíricos elencados nas grades descritivas conforme anexo 1.

Nas considerações finais, buscaremos evidenciar as características gerais das reportagens em relação ao seu contrato de informação e em relação aos contrastes encontrados, entendidos como ocorrências particulares que podem fazer parte de um processo de identificação entre instância de comunicação e leitorado. Bem como discorreremos sobre a importância dessa pesquisa para reflexão acerca das práticas discursivas que são operadas nos dispositivos comunicacionais e sua relação ética e cidadã.

PARTE I

PERCURSO CRÍTICO E TEÓRICO-METODOLÓGICO

CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO: AS “JORNADAS DE JUNHO” E A QUESTÃO DO PONTO DE VISTA SOBRE O ACONTECIMENTO

Neste capítulo, nos dedicaremos a refletir sobre os pontos de vista que buscaram explicar os acontecimentos “Jornadas de junho”, bem como suas implicações no contexto político, social e urbano brasileiro.

1.1 “AS JORNADAS DE JUNHO”, MANIFESTAÇÕES NO BRASIL, EM 2013

¹Em Junho de 2013, acontece uma série de atos públicos no Brasil, protestos que foram também chamados de “As jornadas de junho”. Inicialmente, as mobilizações foram organizadas pelo Movimento Passe Livre (doravante MPL) e tinham como objetivo protestar contra o aumento nas tarifas de transporte público.

As manifestações ocorridas em junho foram mobilizadas por uma soma de fatores que podemos considerar como cruciais para uma adesão viral ao movimento. As bases locais do MPL, o aumento das passagens de ônibus de modo simultâneo em várias capitais do país, contrariando promessas de campanha realizadas por muitos prefeitos em 2012 (IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e o advento da comunicação em rede.

Nessa conjuntura, o MPL, que já atuava em outras capitais levando a bandeira da tarifa zero, emerge, em São Paulo, em um primeiro momento de modo tímido e contando com uma baixa adesão aos protestos. Após a cobertura midiática acerca das primeiras ações da polícia militar de São Paulo contra os manifestantes, o movimento ganha mais força e maior nível de organização – contando com a tecnologia em rede como forma de adesão e veiculação das informações para uma mobilização popular em massa. Em sua maioria, os manifestantes que participaram ativamente dos protestos eram jovens do ensino médio e universitários.

¹ Texto com alterações publicado originalmente no livro: SOARES, J.S.B; SOARES, I. B. *A construção identitária de manifestações populares na mídia impressa: jornadas de junho e cidadania*. 1º ed Saarbrücken: Omini Scrpitum, 2016, p. 102.

Quanto a essa forma de organização, em entrevista ao canal Fronteiras do pensamento, Castells (2013) afirma que

[...] o que muda atualmente é que os cidadãos têm um instrumento próprio de informação, auto-organização e automobilização que não existia. Antes, se estavam descontentes, a única coisa que podiam fazer era ir diretamente para uma manifestação de massa organizada por partidos e sindicatos, que logo negociavam em nome das pessoas. Mas, agora, a capacidade de auto-organização é espontânea. Isso é novo e isso são as redes sociais. E o virtual sempre acaba no espaço público. Essa é a novidade. Sem depender das organizações, a sociedade tem a capacidade de se organizar, debater e intervir no espaço público (CASTELLS, 2013, s/p).

Contrariando o modo de organização institucional oriundo da década de 1980, as mobilizações populares foram realizadas por meio de divulgação das ações e experiências do movimento em cada localidade, impulsionando a agregação rápida aos protestos, por meio das redes sociais.

Ao iniciar um protesto contra o aumento na tarifa de transportes, o MPL motivou a população a questionar outras esferas da vida social, cujas demandas eram ignoradas pela esfera política. Entretanto, a diversidade de reivindicações pareceu atribuir ao movimento uma característica difusa, em que não se vislumbrava, na opinião de especialistas, uma articulação política, ou seja, os atos em questão não possuíam uma bandeira comum.

Lembrando as palavras de Castells (2013), as manifestações fizeram emergir na população múltiplos sentimentos coletivos de indignação e de esperança, possibilitando um novo modelo de participação cidadã que se constitui em particular importância nas sociedades democráticas. Notadamente, questionam o modelo de representação política, para o autor, o que os levou às ruas é o fato de os cidadãos não se sentirem institucionalmente representados.

Entretanto, como afirma Castells (2013, s/p), “o que está em jogo não é a democracia, mas insatisfações coletivas, provocando a indignação”. Então, sob o pretexto do aumento nas passagens, houve uma união coletiva, com uma multiplicidade de temáticas e reivindicações. Em sua análise de movimentos em rede Castells (2013) afirma que fundamentalmente,

(...) os cidadãos do mundo não se sentem representados pelas instituições democráticas. Não é a velha história da democracia real, não. Eles são contra esta precisa prática democrática em que a classe política se apropria da representação, não presta contas em nenhum momento e justifica qualquer coisa em função dos interesses que servem ao Estado e à classe política, ou seja, os interesses econômicos, tecnológicos e culturais. Eles não respeitam os cidadãos. É esta a manifestação. É isso que os cidadãos sentem e pensam: que eles não são respeitados (CASTELLS, 2013, s/p).

Para Ricci e Arley (2014), as demandas das manifestações juninas se aproximam do ideário de esquerda, sugerindo igualdade de atendimento aos serviços públicos e um controle social desses serviços. Além disso, os autores entendem que o caráter multifacetado ou difuso, ou seja, a sua diversidade temática, indica um movimento crescente e envolvente, que é inaugurado com a reivindicação do passe livre estudantil, avança sobre a concepção de política pública de transporte e questiona os gastos públicos em grandes eventos esportivos, como foi o caso da Copa do Mundo sediada no Brasil em 2014.

Em consonância, Schwarz (2013, p. 3), na apresentação do livro *Cidades rebeldes*, considera que as manifestações fizeram com que “o espírito crítico, que esteve fora de moda, para não dizer excluído da pauta, tivesse agora a oportunidade de renascer”, possibilitando o debate de temáticas que já não faziam parte da agenda política, e ainda levou os cidadãos a refletirem acerca de várias questões sociais.

A reflexão de todos esses autores nos ajudou a pensar sobre algumas questões que levaram milhares de manifestantes às ruas das grandes capitais durante as “Jornadas de junho”. No próximo tópico, esboçaremos nossas reflexões, ainda que apenas como um exercício, sobre as “Jornadas de Junho”.

1.2 “JORNADAS DE JUNHO”: NOSSO PONTO DE VISTA

O período em que estouraram as manifestações – “Jornadas de junho” – foi marcado por um por um amplo questionamento da população sobre as formas de governança política e sobre as ações de segurança pública na contenção dos protestos. Fatos que consideramos reveladores de um período marcado por fraturas sociais diversas, tais como a dificuldade de acesso a serviços básicos como os de saúde e de educação que desnudam a vulnerabilidade e a desigualdade social existente na sociedade brasileira. Os protestos também revelam uma inconformidade de uma parcela da população com as ações políticas, envoltas em constantes denúncias de corrupção e, principalmente, contra investimentos significativos na Copa do Mundo de Futebol, sediada no Brasil em 2014 em comparação aos investimentos (ou ausência deles) em serviços públicos oferecidos à população brasileira.

O ano de 2013 foi importante para os acontecimentos descritos por dois fatores que assumiram grande relevância e atraiu os olhares das mídias nacionais e internacionais; da sociedade e da classe política. O primeiro fator se refere aos jogos que seriam sediados no

Brasil: a Copa das Confederações, em 2013 e a Copa do Mundo em 2014; e o segundo, e não menos importante evento nacional, as eleições presidenciais de 2014. Esses aspectos atraíram os olhares de diferentes atores sociais para as “Jornadas de junho”.

As manifestações se constituíram como um modo de novos atores sociais serem vistos e ouvidos, um modo particular de prática cidadã, mas que como paradoxo teve atrelada a si diversos outros modos de resistência. Estes últimos foram, também, geradores de muitos questionamentos no interior do discurso jornalístico.

As Jornadas de Junho exerceram em nós grande fascínio, foram dias de muita euforia e grandes vibrações a cada noticiário que veiculava informações de cidades e estados brasileiros em que a população aderiu aos protestos.

Os pequenos cartazes feitos de improviso com mensagens curtas, mas carregadas de grande significado e desejo de uma mudança política e social nos faziam vislumbrar uma sociedade em que a população não se cala ou não aceita de modo pacífico e resignado os escândalos de corrupção, a crescente onda de violência nas periferias urbanas e nas grandes capitais, a precarização da saúde e da educação. Vivemos momentos que foram de grande inquietação social naquele junho de 2013.

Entretanto, é importante destacar que esse não foi um momento isolado, pois, nas últimas décadas, a sociedade brasileira foi marcada por importantes acontecimentos políticos e por diferentes manifestações populares. A maior parte destas manifestações permaneceu na invisibilidade, outras, notadamente, tornaram-se marco importante no processo de democratização do país. Como no caso das manifestações por eleições diretas em 1984² – “Diretas já”, essa foi uma das manifestações brasileiras mais significativas em termos de participação popular.

Desde então, a participação massiva do cidadão na vida pública parecia ter se restringido aos períodos de eleições, já que, somente nesses, períodos é que a maioria da população se mobilizava para participar de questões que poderiam trazer mudanças significativas à vida em sociedade. No ano de 2013, aparentemente, surge um novo marco na forma de participação de uma maioria da população na vida pública brasileira.

² Assunto bastante discutido em SOARES; SOARES (2014)

O rompimento com décadas de participação democrática que se restringia à prática do voto dá lugar a manifestações que contestam as práticas políticas no que se refere a falta de investimentos públicos em direitos garantidos pela constituição e, particularmente, contra os gastos relativos à realização da Copa do Mundo de 2014.

As manifestações sociais configuraram-se como protestos contra as deficiências do Estado na prestação de serviços públicos básicos como os de transporte, estopim das manifestações, estendendo-se para outras demandas sociais. Além do questionamento aos investimentos públicos com a Copa do Mundo que viria a ser sediada no Brasil em 2014 e a corrupção que se instalara na política brasileira, tornando-se motivo para sucessivos escândalos.

O fato de o ano de 2013 ter sido um ano que antecedeu dois eventos de grande destaque tais como as eleições presidenciais no Brasil e a Copa do Mundo de 2014 podem ter garantido uma maior visibilidade aos protestos. Sobretudo no que tange as eleições para presidente da república, visto que as eleições que estariam por vir se destacariam dos demais períodos de pleito no Brasil em função de uma forte disputa entre partidos que possuem uma certa tradição no cenário político brasileiro. Estando o Partido dos Trabalhadores há quatro mandatos consecutivos no poder, os protestos podem ter sido uma forma de questionamento da gestão pública tanto pelos manifestantes quanto por outras esferas da sociedade.

O mote das manifestações foi o aumento nas tarifas de transportes públicos, mas de acordo com Nogueira (2013, p. 20):

Não se brigou contra um aumento de 20 centavos nos bilhetes de ônibus em São Paulo e em outras capitais, mas por muito mais, talvez por quase tudo. A revolta não chegou a pedir o céu, nem organizou uma agenda muito clara, mas fez com que ressoasse por longos dias um grito de indignação e de angústia coletiva.

As angústias coletivas estamparam os jornais, as revistas e os telejornais ao longo de todo o mês de junho. Além das múltiplas reivindicações o discurso jornalístico, de modo geral, veiculou diferentes reportagens, entrevistas e debates na tentativa de compreender as movimentações sociais que aconteciam naquele período. Foram esses diferentes recortes e as diferentes análises sobre esses fatos que nos motivaram a estudar a produção de sentidos no interior das mídias de informação jornalística.

As “Jornadas de Junho” foram acontecimentos que alimentaram as mídias de informação por longos períodos em 2013, mas as manifestações em si não serão objeto dessa pesquisa. Nosso trabalho se ocupa em observar como o acontecimento foi construído pelo discurso das mídias de informação jornalísticas.

Com esse objetivo, no próximo capítulo deteremos nos em refletir sobre a construção do acontecimento, ou seja, por quais mecanismos linguístico-discursivos o acontecimento foi construído discursivamente no interior das mídias de informação jornalística, mais especificamente nas mídias hebdomadárias. O que nos permitirá compreender os diversos pontos de vista que, por meio do jornalismo de referência, se instauraram na sociedade, bem como refletir acerca da linguagem em uma situação de comunicação, mediando a relação entre o discurso, o indivíduo e a “realidade” social.

CAPÍTULO II: A CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO

2.1 A CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO NAS MÍDIAS HEBDOMADÁRIAS

O acontecimento é definido ora como todo fenômeno que se produz no mundo, ora de maneira restritiva como todo fato [événement] que está fora da ordem habitual. Ora o acontecimento é confundido com a novidade, ora ele se diferencia dela, sem que se defina a diferença. Ora defende-se a ideia de que o acontecimento é um dado da natureza, ora sustenta-se que ele é provocado (CHARAUDEAU, 2013, p. 95)

Constatamos, a partir dos dizeres de Charaudeau (2013), que a noção de acontecimento se constitui como uma questão problematizada sob algumas perspectivas teóricas e por vários campos do conhecimento. Além disso, a noção de acontecimento se relaciona de modo intrínseco com outras duas noções: a noção de *propósito*, transforma um objeto do mundo em objeto de sentido compartilhado no ato de comunicação; e a noção de *universo de discurso*, abarcando os acontecimentos do mundo, dentre um “fora da linguagem” e o processo linguageiro; juntas possibilitam a tematização do mundo por uma fragmentação referencial.

A linha limítrofe que diferencia as noções de acontecimento, de propósito ou de universo discursivo, para o autor, são quase inexistentes, já que estão intrinsecamente ligadas. Em consonância com o autor, tomamos a noção de acontecimento como uma construção que leva em conta a situação de comunicação, os sujeitos e a partilha social a fim de construir os sentidos e tornar o mundo inteligível.

As mídias de informação jornalística ocupam um lugar essencial nas sociedades democráticas e contemporâneas. Como espaço do debate público, ao dar relevo a determinados acontecimentos, o jornalismo pode ser compreendido como instância que garante a leitura e o partilhamento social das informações e dos fatos cotidianos.

Entretanto, mesmo os eventos factuais de uma sociedade ao serem inseridos nas mídias de informação sofrem transformações a fim de atender a expectativa do seu leitorado, os quais se orientam e compartilham um mesmo mundo construído pelas páginas dos jornais.

Na construção do acontecimento pelas instâncias jornalísticas, parece haver uma transformação daquilo que é factual e “verdadeiro” em acontecimento. Como um fazer metonímico, os jornais ou as páginas das revistas focalizam parte dos fatos, construindo os acontecimentos sob a sua ótica, a partir do que julga relevante levar ao seu leitorado. Assim,

como destaca Mouillaud, torna-se pertinente compreender a partir de quais problematizações ocorre

[...] a coroação do acontecimento no espaço da informação: é a questão do *quid* (o que se constitui em acontecimento?) e o *quale* (quais os traços pertinentes do mesmo?); sobre quais terrenos apareceu o acontecimento? Quais são as operações (práticas e mentais) que o fundamentam (2012, p. 72)

Sabemos que a vida cotidiana de uma sociedade é perpassada por diferentes acontecimentos tanto de origem privada quanto de origem pública. Dentre esse universo de inúmeros acontecimentos apenas um conjunto se destaca como pertencente ao universo das mídias de informação jornalística, os de origem e interesse público.

O papel das mídias de informação se situa no de colocar em relevo estes acontecimentos suscitando o debate, a análise e se posicionando por meio de um modo de “fazer-saber” – com efeito de realidade. Nesse sentido, é crucial para os objetivos desta pesquisa compreender como as mídias de informação selecionam e dão sentido aos acontecimentos por elas reportados.

Consideramos a instância de informação jornalística com certa onipresença, ou seja, as mídias de informação estão presentes onde nem todos estão, relatando fatos que sem elas não seriam conhecidos ou tornados públicos, amplificando o alcance e o acesso às notícias, permitindo que os mais diversos acontecimentos se tornem observáveis a um maior número de expectadores, no nosso caso, leitores. Desse modo, mesmo um acontecimento não presenciado torna-se acessível por meio das mídias que o destacam, garantindo a sua visibilidade e importância no espaço social.

Mouillaud (2012, p. 74), ao retomar conceitos trabalhados por François Recanati, destaca que a informação e o acontecimento são duas modalidades não autônomas de uma mesma instância significativa, funcionando em uma dualidade que se fundamenta em transparência-opacidade. Entretanto, descartadas posições antagônicas, essas duas modalidades são consideradas em uma dimensão constitutiva e, assim, “opacidade e transparência tomam o lugar de uma oposição substancial entre o signo e o objeto e tornam-se duas modalidades da mesma instância significativa que aparecem alternativamente”. A analogia com o signo permite uma distinção entre acontecimento e informação.

Para o autor, o acontecimento se relaciona com a modalidade transparente da informação. O conjunto de acontecimentos tratados pela informação supõe um “mundo real”, no qual o objeto (falado) é a figura da informação. A informação será sempre mantida de modo discreto e presente no acontecimento, permitindo que o referente mesmo em opacidade permaneça presente. Assim, o acontecimento será sempre possuidor da forma da informação, e não um fazer evidente que apenas representa uma realidade, ou seja, não será considerado em uma existência em si mesmo, mas como uma construção entrelaçada entre as duas modalidades.

O acontecimento, na visão de Charaudeau (2013, p. 95), pode ser resultado do trabalho de construção do sentido no processo de transformação e de transação. Dessa relação dialética, surge um mundo a comentar, fenômeno ainda em estado bruto, que para sua significação “depende do olhar que se estende sobre ele, olhar do sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo o torna inteligível”. O que nos parece um trabalho cognitivo tanto do sujeito comunicante quanto do sujeito interpretante, permitindo que a construção do acontecimento obedeça a um critério de alteridade.

Ao sistematizar todo um estado de coisas do mundo, o sujeito comunicante confere aos fenômenos uma significação que possui um caráter relacional em função de seus desdobramentos em *eu- tu*, no qual se definem mutuamente, a intersubjetividade. Nesse sentido, o autor afirma que o olhar do sujeito falante “estrutura o acontecimento”, transformando-o de acontecimento bruto a acontecimento significante. O olhar do sujeito interpretante reestrutura o acontecimento significado à *priori*, segundo sua competência de inteligibilidade.

Como dissemos, nossa pesquisa não busca refletir sobre as manifestações sociais, fenômeno não discursivizado ou ainda em estado bruto para as ciências linguísticas, por isso faz-se necessária uma reflexão sobre o processo de construção do acontecimento social em acontecimento discursivizado pelas mídias de informação o que nos dará a materialidade sobre a qual nos debruçaremos.

Com esse objetivo, retornamos a uma das problematizações acerca do acontecimento tomada de Mouillaud (2012, p.72) no início desta seção: “Quais são as operações (práticas e mentais) que o fundamentam?”.

Vale também destacar o trabalho de Sophie Moirand sobre o assunto. Esta autora também tem se debruçado bastante sobre o problema da construção do acontecimento, tendo publicado várias obras sobre o tema. Em um livro organizado em 2013³, ela ressalta a importância do acontecimento como portador de sentidos múltiplos cuja compreensão atravessa diferentes disciplinas. O acontecimento não é apenas “o que acontece”, mas o que “se torna” ao longo do tempo, como é contado, narrado, problematizado, nomeado, qualificado, como ele se transforma e é percebido pela linguagem. Moirand sempre salientou que se interrogar sobre o acontecimento é buscar compreender o que ele representa para além da experiência individual ou emocional, é também entender como ele permanece na memória coletiva de uma sociedade e seus atores, é questionar seus referentes, seus nomes, seus esquecimentos, suas filiações.

Nosso próximo capítulo se ocupará das teorias linguísticas e aportes metodológicos que sustentarão as análises realizadas nesta pesquisa com o objetivo de descrever e buscar possíveis interpretações para o fenômeno linguístico e discursivo na construção dos acontecimentos pelas mídias hebdomadárias.

³ Sophie MOIRAND, Sandrine REBOUL-TOURÉ, Danielle LONDEI, Licia REGGIANI (éds.). *Dire l'événement*. Langage, mémoire et société. Paris : Presses Sorbonne Nouvelle, 2013.

CAPÍTULO III: PERCURSO TEÓRICO

3.1 A ANÁLISE DO DISCURSO

Pensar na constituição da análise do discurso exige do trabalho de pesquisa um olhar interdisciplinar, visto que esse é um campo fundado a partir de aproximações e de distanciamentos de várias áreas do saber – tais como: a filosofia, a antropologia, a etnografia da comunicação, a etnometodologia, a análise conversacional, os rituais de interação; com os estudos linguagem.

Além dessas correntes, em seu período de fundação, a Análise do Discurso teve as contribuições do pensamento saussureano com as reflexões das teorias pós estruturalistas que também foram significativas à sua constituição (MAINGUENEAU, 2015, p. 17) e aos desdobramentos necessários para o desenvolvimento dessa disciplina.

Outras questões fundamentais, assim como a linguística, foram as contribuições advindas da filosofia que tiveram caráter determinante nas reflexões sobre as questões do discurso.

Tradicionalmente, considera-se que o *status* da escola francesa de Análise do Discurso como disciplina teve início ao final da década de 1960. Ela se estabeleceu no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares: a Linguística estrutural, o Marxismo e a Psicanálise (ORLANDI, 2010, p. 19). De acordo com Maingueneau (2015, p.18), a Análise do Discurso se constituiu apoiada no auge do estruturalismo, imbricada com o Marxismo e a psicanálise de Lacan. Pensando a “relação entre o ideológico e o linguístico”, reduzindo “o discurso à análise da língua” e “dissolvendo o discursivo no ideológico”.

Em síntese, a contribuição do Estruturalismo linguístico à análise do discurso inicialmente pode ser tratada como o olhar de um novo campo disciplinar para a “linguística da fala”, porém veremos que a constituição da Análise do Discurso vai além, “não se trata de uma simples extensão da linguística a dados que até então ela não levava em conta”, como bem pontua Maingueneau (2015) no prefácio da obra *Discurso e análise do discurso*, mas de uma vertente em estudos linguísticos que se constituiu na interdisciplinaridade.

Em 1969, a revista de linguística *Langages* dedicou a publicação de número 13 a esse novo campo de estudos. Ao mesmo tempo, foram lançadas obras de diferentes autores, tais como:

Foucault, com *Arqueologia do saber*; e M. Pêcheux que publicou *Análise automática do discurso*, colocando em evidência a noção de discurso.

Cabe ressaltar o papel do filósofo Michel Pêcheux na constituição da Análise do Discurso enquanto disciplina, lançando os fundamentos para uma teoria materialista do discurso. O que trouxe importantes mudanças no campo da linguística. A teoria pecheutiana foi influenciada de modo relevante pelo materialismo, confluindo-se com os acontecimentos políticos que, notadamente, marcavam a sociedade: a luta de classes, a história e os movimentos sociais.

Maingueneau (2015), em uma revisão dos fundamentos da Análise do Discurso, ao discorrer sobre a proposta de Pêcheux pontua que:

[...] seu procedimento é o de uma espécie de psicanalista do discurso animado por um projeto marxista, cujo alcance é simultaneamente político e epistemológico: procedendo a uma análise – leia-se “decomposição” – dos textos, procura-se revelar a ideologia que eles estão destinados a dissimular (MAINGUENEAU, 2015, p. 19)

Nessa época, a teoria pecheutiana trazia relações explícitas com os postulados de Althusser – o que pode ser explicado pelo fato de Pêcheux ter sido seu aluno – sobretudo no que se refere ao assujeitamento radical, ou seja, pelas considerações acerca da interpelação ideológica do indivíduo. Em tal concepção, o indivíduo torna-se sujeito somente após ser interpelado pela ideologia.

No entanto, após uma relativização acerca da interpelação total do sujeito, possibilitada por uma aproximação de Pêcheux (1988, p. 161) com as propostas foucaultianas, Pêcheux redefine alguns conceitos que se tornam clássicos à análise do discurso – a saber, o conceito de Formação discursiva⁴.

Para Brandão (2013, p. 20-21), além do conceito de “formação discursiva” as noções de “condições de produção” e de “formação ideológica”, eram conceitos operatórios básicos da Análise do Discurso na sua fundação. No contexto da estruturação da Análise do Discurso, ela foi definida como o estudo linguístico das condições de produção de um enunciado, porém sem se limitar a um estudo apenas linguístico. Nas pesquisas, eram considerados aspectos externos à língua que participavam discursivamente do contexto imediato da situação de comunicação, bem como os elementos sócio históricos, culturais e ideológicos.

⁴ Por não se inserir na perspectiva adotada nessa pesquisa não detalharemos o conceito de formação discursiva

Após a década de 1980, os conceitos da Escola francesa de Análise do Discurso foram reformulados e devido à abrangência e multiplicidade de pesquisas passou-se a considerar que existem tendências francesas em Análise do Discurso. A percepção dessas tendências em Análise do Discurso, abriram caminho para diferentes objetos de estudo, ou seja, o *corpus* antes limitado ao campo político e às condições sócio históricas de determinada sociedade, se amplificou para uma multiplicidade de possibilidades.

Ao abordar a problemática do tratamento do *corpus* na Análise do Discurso, Charaudeau (2011) afirma que:

[...] apesar de o próprio Saussure declarar que a língua só é criada a partir do discurso, muitas definições da noção de discurso, que foram propostas desde os anos 1970, obscurecem sua oposição à língua. Para demonstrar isso, basta remeter a Maingueneau que, em 1976 e depois em 1996, fornece um repertório de definições. Algumas fazem do discurso um prolongamento da língua, opondo a unidade da frase a uma unidade “transfrástica” (Harris 1969), ou integram categorias de discurso à língua, outras ainda opõem discurso a enunciado, relacionando essa noção às “condições de produção” de um texto ; outras, enfim, trazem para o termo “discurso” um uso que Maingueneau qualifica de “paralinguístico”, na medida em que se integra a uma reflexão que participa de várias disciplinas, tais como a história, a filosofia, a semiologia, e mesmo a psicanálise.

As consequências desse posicionamento sobre os aspectos a serem considerados nos programas da Análise do Discurso direcionaram seu percurso e *status* como ciência linguística e foram definitivos para a estruturação de seus postulados. Nesse sentido, Brandão (2013) afirma que:

Ao partir-se do pressuposto teórico de que num ato de linguagem o interior linguístico está permeado pelas condições exteriores, uma série de consequências se delineiam, como: considerar a não literalidade das palavras (a palavra é ambígua, atravessada pela polissemia), o sentido se forma levando em conta os contextos, um sujeito histórico produz a linguagem interagindo com outro sujeito, a linguagem é constitutivamente heterogênea (BRANDÃO, 2013, p. 21)

Ao considerar a não literalidade no nível discursivo das palavras a Análise do Discurso refutou a ideia de transparência da linguagem, antes a considerou marcada por uma relação de opacidade na produção de sentidos, mas sem desconsiderar que a língua é o “lugar material em que se realizam os efeitos de sentido”.

Ademais, em seus postulados, embora a Análise do Discurso rejeitasse a transparência da linguagem, como dito anteriormente, tinha como noções opostas, embora fundamentais, o

sistema linguístico (a gramática enquanto estrutura fonológica, morfológica, lexical e sintática) com sua relativa autonomia interna, juntamente com o processo discursivo ideológico. Já que a língua “subjaz ao nível discursivo: a língua constitui a condição de possibilidade do discurso” (BRANDÃO, 2013, p. 25)

Uma questão central, que abordaremos de modo mais aprofundado no próximo tópico, e que nos conduz ao desenvolvimento dessa pesquisa na perspectiva da Semiologia, conforme proposta de Patrick Charaudeau, reside no fato de que uma abordagem discursiva centrada nas propostas materialistas do discurso desconsideraria o sujeito como indivíduo – nessa proposta o sujeito é assujeitado. Como bem assinala Machado (1998), nela ele [o sujeito] é portador de uma ideologia que o faz reproduzir os ditos e os sentidos da formação discursiva na qual está inserido.

Na Semiologia, a construção dos sentidos e a forma como o sujeito mobiliza as categorias da língua se dá de modo dialógico. Um fazer que é balizado pelas práticas do contrato de comunicação estabelecido no ato de linguagem, permitindo ao sujeito utilizar a língua de modo consciente ou inconsciente em função de sua intencionalidade, dos objetivos da comunicação e das expectativas que envolvem os sujeitos de um ato de linguagem.

3.2 O LUGAR DO SUJEITO: NA PSICANÁLISE, NA FILOSOFIA DA LINGUAGEM E NA ANÁLISE DO DISCURSO

As correntes estruturalistas de bases saussurianas, ao trabalhar as dicotomias língua e fala, elegem a língua como objeto de estudo por considerar, naquele contexto, que a língua seria o objeto de estudo da linguística com maior possibilidade de sistematização e generalização, em face ao caráter multifacetado e subjetivo da fala. Entretanto, essa escolha produziu inúmeras tendências de estudos da linguagem denominadas correntes “pós estruturalistas”⁵, que se preocuparam com a questão da subjetividade e do sujeito.

A questão do sujeito torna-se central para as questões relacionadas ao discurso – tornando-se impossível o trabalho de pesquisa sem considerar o papel do sujeito nas práticas de linguagem. Veremos adiante que a Psicanálise de origem freudolacanianiana, a linguística de

⁵ Ver Paveau e Sarfati (2006).

Benveniste, a filosofia da linguagem de origem bakhtiniana e a Análise do Discurso – diferentemente das correntes teóricas que concebiam a língua em sua transparência e os sentidos de modo evidente – são correntes que colocam em relevo o papel do sujeito na linguagem sempre em oposição ao *outro*.

Dentre essas tendências, cabe destacar, em função dos objetivos desse trabalho, as que levam em conta uma concepção de sujeito na linguagem em diálogo com a concepção de sujeito empreendida pela psicanálise (como proposta por Lacan em uma releitura das propostas freudianas) e por uma concepção discursiva interacional. Ambas as propostas recusam uma abordagem do sujeito enquanto indivíduo consciente e individual sem que essa relação passe pela linguagem e pela oposição ao *outro*.

Para Auroux (1998), Lacan ressignifica os conceitos estruturalistas e uma lógica do significante, provocando um deslocamento das questões relativas ao sujeito e ao inconsciente, até então, em diálogo com questões biológicas e filosóficas para uma relação fundadora com a linguagem. Ao refletir sobre a Análise do estado do espelho⁶ destaca que:

[...] A linguagem, que dá forma à gênese do sujeito (o “cenário familiar”) é o meio no qual o indivíduo é mergulhado desde o nascimento. Um meio que o sujeito deverá *subjetivar*, onde ele deverá se reencontrar *nele* em sua própria história, e que Lacan designa como lugar do Outro. A linguagem é, então, originariamente, menos um meio de comunicação do que uma função que permite a identificação do sujeito no reconhecimento dos traços que definem a condição de um ser ao mesmo tempo sexuado e mortal. O Outro, no qual o sujeito se aliena como Eu de um modo imaginário, é definido pelas leis próprias do significantes (AUROUX, 1998, p. 266. Grifos do autor).

O sujeito, em psicanálise, é um significante para outros sujeitos ou outros significantes. Em *Meu ensino, sua natureza e seus fins*, Lacan ressalta que: “O sujeito é o que defino no sentido estrito como efeito de significante” (LACAN, 2006, p. 89). Desse modo, pensamos que, para Lacan, “o sujeito é falado pelo outro” que possibilita sua existência, ou seja, o sujeito passa a existir a partir do contraste com o outro, constituindo se pela ausência, pela falta em comparação ao outro. “O sujeito passa a ser efeito da estrutura do inconsciente do *desejo como falta em ser*” e busca no outro essa completude. Na proposição lacaniana, o inconsciente é o *discurso do outro* que divide o sujeito em uma relação dialética e intersubjetiva (AUROUX, 1998, p. 270).

⁶Etapa na qual a criança aprende a reconhecer sua imagem em um espelho. Lacan Seminário II (1954-1955)

Além das considerações da psicanálise, acerca do sujeito, que foram de grande importância para a fundação do nosso campo de estudos, algumas perspectivas calcadas na linguística e na filosofia da linguagem também dialogaram com a psicanálise ao conceberem a constituição do sujeito situado na linguagem em oposição ou contraste com o *outro*.

Com a publicação de *Problemas de Linguística Geral I em 1976*⁷, Émile Benveniste propõe uma reflexão acerca da questão da subjetividade, atribuindo a essa noção um caráter linguístico. Para o autor, é importante uma concepção de linguagem que seja apreendida como uma propriedade natural do homem e não apenas instrumento de comunicação. O homem será sempre percebido na linguagem, mesmo sem a ter “fabricado” ou “inventado”, pois este [homem] que encontramos no mundo só toma consciência de si e do outro por meio da língua, não sendo possível dissociá-lo da propriedade da linguagem.

O autor afirma que: toma como “subjetividade” o posicionamento do locutor que, por meio da linguagem, se constitui ou se propõe como sujeito. Nessa noção, a consciência de si não pode ser considerada apenas como um reflexo, mas como um unidade psíquica que assegura ao sujeito a consciência de si e do outro. Benveniste, considera que o sujeito só se torna consciente de si por contraste, em uma alocação eu – tu, condição dialógica e recíproca, pois não há subjetividade sem intersubjetividade. Ele destaca que:

A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim” torna-se meu eco – ao qual eu digo *tu* e que me dizes *tu* (BENVENISTE, 1976, p. 286. Grifos do autor).

Bakhtin e Volochinov (2009) consideram que o indivíduo torna-se consciente a partir de sua introdução no processo comunicativo, ou seja, é a partir da linguagem que ocorre “o primeiro despertar da consciência”⁸. As considerações do autor dialogam com as propostas da psicanálise, pois concebe o sujeito como resultante de fatores externos: históricos, sociais e ideológicos.

⁷ De acordo com Paveau e Sarfati (2006), a primeira publicação de *Problèmes de linguistique générale* se deu em 1966.

⁸ O autor considera o despertar de uma consciência linguística não por meio da língua enquanto sistema, mas no contato familiar através da língua materna.

O autor ressalta o caráter duplamente dialógico e social da linguagem que instaura um sujeito em relação ao *outro*, e ainda, em relação a outros discursos. De acordo com a filosofia linguística bakhtiniana:

[...] toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. **Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro**. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2009, p.115. Itálicos do autor. Grifos nosso).

Na Análise do Discurso, a questão do sujeito foi abordada de forma distinta nas três fases dos postulados da disciplina, de acordo com Possenti (1990):

- Na primeira fase: quem fala e se apresenta no discurso é uma instituição, uma teoria ou uma ideologia que ultrapassa a consciência do indivíduo. O sujeito é assujeitado, um não-sujeito.
- Na segunda fase: Foucault propõe o conceito de formação discursiva. Os enunciados estão atravessados por várias instâncias em um procedimento de dispersão. O sujeito é uma função.
- Na terceira fase: o sujeito é marcado pela heterogeneidade, por várias vozes e memórias de outros discursos. O sujeito mantém uma relação de alteridade com o outro.

A articulação entre a linguística e a psicanálise foi importante para a fundação da Análise do Discurso, provocando um deslocamento de uma concepção de sujeito lógico-gramatical, com forte influência da filosofia cartesiana, vigente à época do estruturalismo linguístico, para uma concepção de sujeito histórico, entretanto significativamente marcado pela ideologia, característica da primeira fase da disciplina.

Ao discorrer sobre a concepção de sujeito para a Análise do discurso Brandão (2013) destaca que:

[...] esse sujeito essencialmente marcado pela historicidade não é o sujeito abstrato da gramática, mas um sujeito situado no contexto sócio-histórico [...]. O sujeito se forma, se constitui na relação com o outro, percebendo sua alteridade; isto é, da mesma maneira que toma consciência de si mesmo na relação com esse outro, o sujeito do discurso se constitui, se reconhece como tendo uma determinada identidade na medida em que interage com outros discursos [...]. A emergência

desse conceito de sujeito marcado pela relação de identidade-alteridade, voltado para a interação eu/outro é um acontecimento teórico importante introduzido pela Análise do discurso (BRANDÃO, 2013, p. 26-27)

Em suma, cabe ressaltar que o sujeito na análise do discurso é um sujeito dividido, composto por várias vozes, carregando consigo saberes que supõe existir e que partilha com outros sujeitos. Esses saberes podem ser “ora conscientes, ora inconscientes ou não conscientes” (CHARAUDEAU, 2014, p. 458).

Ao considerar o gênero reportagem, pensamos que, nas vozes dos locutores, podem haver saberes conscientes, não conscientes ou inconscientes por se tratar de um objeto constituído por várias vozes discursivas. O processo de produção e de circulação das reportagens é realizável por meio de uma troca de expectativas entre sujeitos, desse modo, dificilmente a instância de produção poderá determinar, de modo exato, que saberes todos os sujeitos envolvidos nessa troca discursiva possuem. Pensamos que o processo de inferência seja subjetivo, fazendo com que cada sujeito construa os sentidos a partir de mobilizações de certos conhecimentos a que fora exposto, balizando, portanto, sua construção de mundo.

CAPÍTULO IV: TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

Neste capítulo, pensando nos objetivos dessa pesquisa, discorreremos sobre a Teoria Semiollingüística. A proposta de Patrick Charaudeau vai ao encontro da problemática deste trabalho, pois aborda a questão do discurso como uma imbricação de fatores lingüísticos e extralingüísticos, além disso, concebe a construção dos sentidos como uma construção colaborativa em uma relação de alteridade entre os parceiros da troca lingüística. A teoria desloca a consideração de um sujeito totalmente assujeitado a uma formação discursiva e passa a considerá-lo como limitado pelas particularidades do contrato ou da situação de comunicação. Além de propor uma imbricação entre tendências lingüísticas tradicionalmente antagônicas em uma abordagem interdisciplinar.

4.1 SEMIOLINGUÍSTICA: UMA TENDÊNCIA EM ANÁLISE DO DISCURSO

O eixo norteador desta pesquisa, como já mencionado, serão as contribuições da Teoria Semiollingüística de Patrick Charaudeau. A teoria Semiollingüística pode ser pensada como uma terceira fase da análise do discurso, que difere da teoria proposta por Michael Pêcheux de forte base althusseriana e, de certo modo, anti-subjetivista, discutida no capítulo anterior desta pesquisa. Por tanto, entende-se que a Semiollingüística seja o lugar teórico metodológico ideal para o objeto que se pretende pesquisar.

Os postulados da Teoria Semiollingüística foram inaugurados em 1979, a partir da tese de doutoramento de Patrick Charaudeau. Em 1983 sua pesquisa foi publicada na obra *Langage et Discours - Elements de Sémiollingüistique* e em 1992 aprofundada na *Grammaire du sens et de l'expression*. O autor também se destacou no estudo do discurso das mídias e, nesse caso, há especial enfoque em *Le discours d'information médiatique* (1997)⁹. A teoria Semiollingüística se apresenta de modo consistente por meio de outras obras e artigos publicados que reforçam suas bases metodológicas, possibilitando que as pesquisas em Análise do Discurso assumam clareza e coerência analítica sobre os aspectos discursivos que permeiam o ato lingüístico sem prescindir dos aspectos lingüísticos.

⁹ Notas do curso Estudo de estratégias discursivas correntemente empregadas em diferentes atos comunicativos, ministrado pela professora Adélia Barroso Fernandes, sob orientação da professora Dr^a Ida Lucia Machado no Programa de Pós Graduação em Estudos Lingüísticos POSLIN/ FALE 1º/ 2015.

A perspectiva teórica de Patrick Charaudeau propôs uma importante renovação ao campo da análise do discurso. Ao privilegiar uma análise do discurso ocupada com os aspectos linguístico discursivos (os Modos de Organização) e, ainda, com os aspectos extralinguísticos (as condições de produção e os fatores históricos), a dimensão cultural das práticas sociais e os fatores psicossociais que envolvem os parceiros de uma troca linguageira, atravessados por uma memória discursiva – a *Situação de comunicação*¹⁰. Em suma, propõe uma ampliação metodológica de abordagem do discurso para além dos aspectos ideológicos.

De acordo com Charaudeau (2005), posicionar-se em uma teoria Semiolinguística de Análise do Discurso parte das evocações da própria nomeação da tendência. *Semio* –, de *semiosis*, o conceito convoca-nos a pensar na construção do sentido e na sua configuração que se faz em uma relação entre as formas e os sentidos (em diferentes sistemas semiológicos) a depender de um sujeito intencional, com um projeto de influência social em um determinado quadro de ação; e *linguística*, uma vez que a matéria principal das formas são as línguas naturais em um movimento duplo de semiotização do mundo: um externo (os aspectos sociais) e um interno (a construção do texto e o sentido).

Nessa perspectiva, a linguagem não pode ser concebida como um *objeto transparente*, decifrada por meio de método ou *atividade de abstração* (manifestação linguageira que possibilita a distinção e generalização das estruturas linguísticas de modo imanente), trazendo a percepção apenas *do que* nos fala a linguagem ou *qual o mundo já organizado que se encontra por trás* da linguagem. O movimento oposto também deve ser observado, já que, de acordo com o autor, a concepção de linguagem não deve ser apreendida, apenas, como *objeto não transparente*, através de métodos de *atividades de elucidação* (manifestação linguageira em função de um contexto), conduzindo-nos apenas ao *como* nos fala a linguagem ou *como a significação é significada*. (CHARAUDEAU, 2005, p. 19, grifos do autor).

Em outros termos, os movimentos explicitados anteriormente são tendências de linguagem que, em uma perspectiva Charaudeana, são concebidas como colaborativas. Para o autor, o “[...] Objeto do conhecimento é o *do que* fala a linguagem através do *como* fala a linguagem, *um constituindo o outro* (e não um *após* o outro). O mundo não é dado a princípio. Ele *se faz* através da estratégia humana de significação”, funcionando como um jogo de deslocamentos

¹⁰ Para Charaudeau (1983, 2009, p. 69) a *Situação de comunicação* constitui as condições de existência do ato de linguagem, porém *lhe* é externa e se refere ao ambiente físico e social que *lhe* deu origem.

de um lado para outro, criando um espaço discursivo intertextual como lugar em que os sujeitos constroem os sentidos (CHARAUDEAU, 2009 [1983] p. 20-21, grifos do autor).

As antinomias que evidenciam a relação conflituosa entre as duas tendências já delineadas, como bem aponta Charaudeau, nesse caso, constituem-se como aspectos participantes da linguagem e dos sentidos, pois ela [a linguagem] “é produzida de tal forma que acaba sendo marcada pelo selo da *discordância* e da *concordância*”, instituindo os sujeitos do ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2009 [1983] p. 20, grifos do autor).

O ato de linguagem é, então, compreendido como uma associação de atos que significam o mundo por meio das condições de produção, da instância de transmissão e dos sujeitos envolvidos em uma relação de intercompreensão na busca pelos possíveis processos significantes, ou seja, trata-se de um processo colaborativo na construção dos sentidos e não apenas de um procedimento linear de troca de informações entre instância de produção e de recepção – há uma participação complexa das duas instâncias na busca pelos sentidos.

É importante ressaltar, ainda que nosso foco de pesquisa não contemple de modo empírico a instância de recepção a fim de compreender os processos de interpretação e de construção de sentidos nessa instância, o processo de comunicação é aqui compreendido como um procedimento assimétrico, ou seja, quem transmite a mensagem tem uma intencionalidade, porém, dificilmente, a interpretação na instância receptora pode ser controlada. Se assim o fosse, a significação seria algo explícito dada a autonomia e transparência da língua em um movimento em que a significação se constrói apenas por meio “da soma de palavras ou de frases” (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p. 17), desprezados os condicionantes de caráter extratextual e os implícitos que interferem na produção de sentidos.

Pensamos a linguagem como um procedimento de *mise-en-scène* entre os participantes da situação de comunicação, resultante das competências languageiras: uma situacional, todo ato de linguagem se produz no interior de uma situação de comunicação; uma semiolinguística, saber organizar o ato de linguagem e as categorias da língua de acordo com as visadas ou modos de organização do discurso (enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo); uma semântica, saber construir sentidos a partir das categorias da língua e dos saberes ou imaginários que perpassam a sociedade. Além disso, no nosso caso, é pertinente a consideração sobre as expectativas da instância de produção acerca do público leitor de cada um dos dispositivos comunicacionais pesquisados.

Corroborando com a perspectiva de Charaudeau (2009 [1983]), Machado (2005) afirma que a linguagem “expressa o conflito existente entre o sujeito individual único e o sujeito coletivo que nela se faz ver, entre os saberes sedimentados coletivamente e o individual” (MACHADO, 2005, p.31). O trabalho proposto se ocupará desse duplo movimento que contribui para a percepção dos efeitos de sentidos, fenômeno sob o qual se instaura os “atos de linguagem”. Para Machado (2005):

(...) o ato de linguagem só pode ser considerado como tal se levarmos em conta sua parte explícita e o jogo que ela estabelece com a parte implícita, segundo as condições do discurso ou contexto em que tal ato se insere. Lembremos ainda que tais condições dependem de relações de hierarquia, dos rituais de troca linguageira, dos rituais de polidez que os diferentes sujeitos mantêm entre si, ou seja: tudo está ligado às relações que serão tecidas entre os *sujeitos-comunicante/ enunciador* face aos *sujeitos-destinatário/ interpretante*. (MACHADO, 2005, p. 29)

Como dito anteriormente, é preciso considerar as duas abordagens “do que fala a linguagem” e de “como fala a linguagem”, já que, na Teoria Semiológica, a constituição de todo ato de linguagem se dá na articulação entre o implícito (não dito) e o que está explícito (o dito) na superfície discursiva, sempre balizado pelos aspectos socioculturais e saberes que circulam entre os sujeitos da troca linguageira. No discurso midiático, os saberes partilhados pelos sujeitos e como se percebem no discurso são tão importantes quanto os aspectos sócio culturais que alimentam e são alimentados pelas práticas comunicativas das mídias de informação.

Em síntese, o discurso, em Semiologia, é uma materialidade que, para significar, depende da situação de comunicação ou condições de produção; da identidade dos sujeitos de uma troca comunicativa; da intencionalidade (visadas) estabelecida pelo contrato de comunicação; dos saberes partilhados entre os interlocutores e das categorias de língua. Todos esses aspectos são constitutivos de um funcionamento interno (as categorias dos modos de organização), imbricado ao funcionamento externo da estrutura discursiva (os aspectos sociais).

Na teoria Semiológica, os sujeitos são os protagonistas do ato de linguagem, pois, para que ocorra a significação é necessário um reconhecimento mútuo dos participantes, envolvidos na troca linguageira. Dado o importante papel do sujeito nas práticas discursivas, conforme considerações de Charaudeau, no próximo tópico, discorreremos sobre o lugar do sujeito na Teoria Semiológica.

4.1.1 OS SUJEITOS DO ATO DE LINGUAGEM: UMA PROPOSTA SEMIOLINGUÍSTICA

A emergência do sujeito na Análise do Discurso torna-se fundamental para as pesquisas desse campo de estudos. A Semiologia propôs uma importante renovação teórica aos estudos discursivos, estabelecendo um rompimento do sujeito assujeitado à ideologia e do sujeito função, conforme as primeiras fases da Análise do discurso¹¹. Entretanto, manteve o diálogo inaugural com a proposta de uma noção de sujeito originária da psicanálise freudolacaniana, que considera o outro como parte de sua constituição; além de dialogar com a proposta bakhtiniana, considerando a linguagem em uma dimensão de alteridade do sujeito com o outro.

Ao dialogar com a psicanálise, para a Semiologia, os sentidos e a significação dos objetos de discurso serão construídos pelos sujeitos sempre em oposição a outro sujeito, pois o ato de linguagem não pode ser considerado de maneira linear – como mera transmissão e recepção de informações. Da proposta Bakhtiniana, a Semiologia dialoga com uma relação de alteridade e dialogismo, pois a linguagem só se define em relação aos sujeitos que participam do processo comunicativo. A palavra sempre irá ao encontro de um outro em um movimento dialético.

Charaudeau (2014) problematiza a questão do sujeito, considerando sua sobredeterminação pela *situação de comunicação* – na qual surgem os parceiros da troca linguageira – mas com certa liberdade para fazer suas escolhas e operá-las no discurso. O sujeito, na teoria Semiológica, não possui total liberdade, pois encontra coerções no *contrato de comunicação*. Pensamos, de acordo com o autor, que a *situação de comunicação* é que parece balizar o que pode e deve ser dito em um ato de linguagem. A individuação do sujeito pode ocorrer por meio das estratégias de discurso, ou seja, por meio das escolhas linguísticas mobilizadas pelo sujeito.

A condição de produção e de interpretação vai depender dos saberes que os sujeitos possuem e das várias vozes que os constituem e que perpassam seus dizeres, garantindo, assim, a

¹¹ De acordo Pêcheux, o indivíduo estava assujeitado e se tornava em sujeito após a interpelação ideológica nas formações discursivas, por meio de um esquecimento do pré construído ideológico que o sobredeterminava. Ver: *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pucinelli Orlandi et al. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

significação e a construção de sentidos, tanto na instância de produção quanto na instância de recepção. De acordo com Charaudeau (2008, p. 22):

[...] o sujeito não é pois nem um indivíduo preciso, nem um ser coletivo particular: trata-se de um abstração, sede da produção/ interpretação da significação, especificada de acordo com os lugares que ele ocupa no ato linguageiro.

Nesse sentido, Charaudeau (2009 [1983]) ressalta que a significação de um ato de linguagem estará condicionada às *Circunstâncias de discurso*¹² que envolvem os protagonistas de um ato de linguagem, instâncias imaginadas no procedimento de produção linguageira.

O autor explicita certa divisão do sujeito em quatro instâncias que participam da co-construção ou co-enunciação do discurso. Nesse desdobramento do sujeito, há dois papéis que são de bases diferentes: o EU tem “o papel de sujeito que produz um ato de linguagem e o coloca em cena, imaginando como poderia ser a reação de seu interlocutor” e, portanto, organiza seus dizeres na expectativa de alcançar esse interlocutor. O outro papel de base é o do TU, “sujeito que recebe e deve interpretar um ato de linguagem em função do que ele pensa a respeito do sujeito que produziu esse ato” assim como no papel anterior, nesse papel o sujeito imagina as intencionalidades do sujeito que produziu o ato de linguagem (Charaudeau, 2014, p. 458).

O traço mais relevante da teoria Semiolinguística está no desdobramento de cada um dos papéis de base em dois outros papéis. Os sujeitos do ato de linguagem que, *a priori*, seriam o EU (responsável pela produção linguageira, locutor) e o TU (responsável pelo papel de interpretação, interlocutor) dão origem aos seguintes papéis no processo de discursivização:

- O EU se desdobra em: EUc (comunicante) e um EUe (enunciador).
- O TU se desdobra em: TUD (destinatário) e um TUi (interpretante).

O autor recorre a esse desdobramento do sujeito para explicitar o mecanismo do processo de discursivização da linguagem. O ato de linguagem, de acordo com Charaudeau (2009 [1983], p. 52), “não pode ser considerado somente como um ato de comunicação: tal ato não é apenas o resultado de uma única intenção do emissor e não é o resultado de um duplo

¹² O ato de linguagem está relacionado às circunstância de discurso que, de acordo com Charaudeau (2009 [1983], p. 27), são os implícitos ligados às condições de produção e de interpretação do discurso.

processo simétrico entre emissor e receptor”, trata-se de um processo de comunicação mais complexo dada a sua assimetria e não linearidade.

A complexidade desse mecanismo fica mais evidente quando Charaudeau (2009 [1983]) propõe uma esquematização do ato de linguagem e a representação dos sujeitos – desdobrados em sujeito de fala e sujeito agente, conforme quadro a seguir:

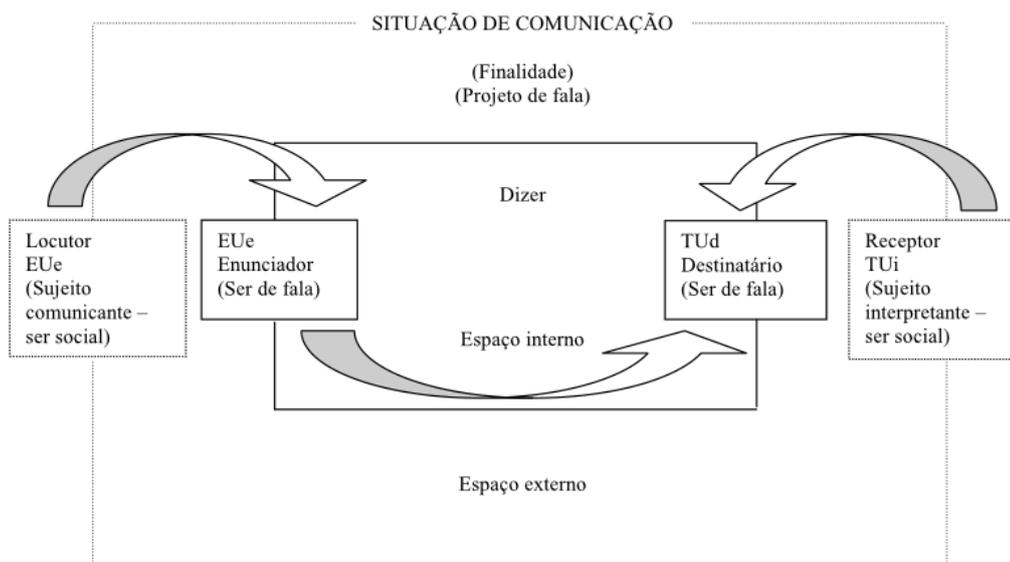


Figura 1- Esquematização do Ato de Linguagem (Charaudeau, 2009 [1983], p. 52)

A esquematização nos permite perceber o todo complexo em que se instaura o ato de linguagem, sistematizado a partir de dois circuitos da produção do saber: um externo e um interno.

No *circuito externo* (situacional), estão situados os agentes ou os parceiros da troca, que são seres sociais instituídos como EUC (imagem de sujeito comunicante) e o TUI (imagem de sujeito interpretante). Os sujeitos desse nível são responsáveis pela produção e interpretação dos atos de linguagem e pela organização da realidade psicossocial da situação de comunicação na qual estão inseridos. Nessas instâncias comunicacionais, serão definidos alguns traços de reconhecimento identitário em acordo com a pertinência do ato de linguagem.

No *circuito interno* (organização do dizer), estão localizados os protagonistas do ato de linguagem, EUe (imagem de sujeito enunciador) e TUD (imagem de sujeito destinatário) os quais são responsáveis pelas representações imaginárias das práticas sociais. Esses são seres

de fala que encenam a produção languageira, como um jogo em que o EUc de acordo com seu projeto de fala na situação de comunicação instaura um EUE. Por conseguinte, o EUE produz a imagem do TUD, um destinatário idealizado para o qual organizará estrategicamente a produção languageira a fim de alcançar os objetivos do ato de linguagem. É importante destacar que, como o TUD é uma instância ideal do EUE, a interpretação do ato de linguagem pode ou não atingir as expectativas de interpretação pretendidas para TUI.

Diante disso, percebemos que os sentidos e os significados dependerão de como esses sujeitos se veem no discurso, de que saberes circulam entre eles e, ainda, de como uma instância imagina e interpreta a outra instância. O *ato de linguagem* a depender da *situação de comunicação* em que se instaura o *contrato de comunicação* leva em consideração os imaginários dos protagonistas da troca languageira, a identificação social, histórica e psicológica dos sujeitos; a fim de alcançar os objetivos de interpretação da produção languageira.

As reportagens que figuram como objeto dessa pesquisa têm um público leitor razoavelmente delimitado, já que se tratam de publicações impressas, e, por isso, possuem um imperativo de captação impulsionado por um caráter mercadológico, fazendo com que os discursos na instância de produção caminhem em direção aos discursos do seu leitorado em um processo de identificação. Na encenação discursiva, o sujeito EUE produz o seu ato de linguagem, projetado na imagem de TUD como será a reação de seu interlocutor, o sujeito TUI. No processo de interpretação, TUI também imagina e projeta expectativas acerca do EUc que produziu o discurso.

Assim, toda conjuntura psico-sociocultural, o seu modo de organização, bem como a percepção dos sujeitos um em relação ao outro, ou seja, como se veem no desempenho de seus papéis sociais, são fatores que interferem na produção linguística e na materialidade discursiva que daí deriva. As relações imaginárias entre os interlocutores de uma troca languageira serão sobredeterminadas pelo *contrato de comunicação* no interior do qual funcionarão as estratégias discursivas, suas características serão foco do nosso próximo tópico.

4.1.2 O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO

A noção de *Contrato de comunicação* é fundamental à Teoria Semiolinguística. De acordo com Charaudeau (2009 [1983], p. 60), o *Contrato de comunicação* ritualiza a prática sóciolinguageira, definindo as restrições resultantes das *Circunstâncias de discursos*, ou seja, o *Contrato de comunicação*, de certo modo, estabelece às condições de produção e de interpretação do ato de linguagem no qual são definidos os estatutos dos sujeitos participantes da troca linguageira.

Para o autor,

[...] todo ato de linguagem depende de um contrato de comunicação que sobredetermina, em parte, os protagonistas da linguagem em sua dupla existência de sujeitos agentes e de sujeitos de fala (fenômeno de legitimação). Esse contrato englobante e sobredeterminante orienta o julgamento dos outros contratos e estratégias discursivas encenados por estes sujeitos (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p. 61)

Nesse sentido, o contrato de comunicação será determinante para o reconhecimento mútuo dos sujeitos e para a concretização do ato de linguagem, sendo, ainda, de fundamental importância para a existência do evento comunicacional e para os outros contratos que o circunda, tais como as práticas sociais da vida na qual os sujeitos estão inseridos e as suas representações psicossociais como condições necessárias para um reconhecimento análogo da produção linguageira.

Ao discorrer sobre a noção contratual no Discurso e no Discurso político, Mendes (2001, p. 317. Grifos do autor) afirma que a noção de Contrato de comunicação tem primazia na Semiolinguística na medida em que na prática de linguagem,

[...] postula/ define, como condição de existência de qualquer prática de linguagem, o reconhecimento recíproco dos interlocutores enquanto parceiros da comunicação que têm, portanto, o direito à palavra, e mais, um projeto de fala ao qual é possível atribuir uma pertinência intencional. Estando na base do postulado de intencionalidade proposto por Charaudeau, o *Contrato de comunicação* preside à toda produção linguageira e funda o direito à palavra.

O conceito de contrato de comunicação, como vimos, é basilar para a Teoria Semiolinguística. É por meio das restrições impostas por ele que vão se organizar todas as práticas discursivas do ato de linguagem, regulando a *Situação de comunicação* na medida em que impõe quem pode ter a palavra, como modo de legitimação dos dizeres. Para que os

sujeitos reconheçam quem tem o direito à palavra, é necessário que se reconheçam e satisfaçam às condições previstas para o *Contrato de comunicação*, do contrário poderá haver uma ruptura contratual que inviabilizará o ato de linguagem.

Charaudeau (2008, p. 13-14) descreve os aspectos basilares e indissociáveis para o reconhecimento mútuo do direito à palavra que são constitutivos das condições para a existência do *Contrato de comunicação*, organizados em quatro princípios:

1º *O princípio de interação*, que se define como um procedimento interlocutivo, não simétrico que consiste na produção/ emissão e na recepção/ interpretação da palavra. Nesse princípio, a troca entre os parceiros do ato de linguagem estará correlacionada ao *reconhecimento* mútuo nos papéis de base, coexistindo em função da interpretação, já que o interlocutor (destinatário-leitor) não pode ser considerado apenas como receptáculo, mas como participante ativo no procedimento de co-construção dos sentidos, legitimando o papel ocupado pelo sujeito comunicante.

2º *O princípio de pertinência* deve atender a duas exigências:

- a) Supõe que o interlocutor reconheça que o locutor possui uma intencionalidade, um projeto de fala que se configura como a motivação do ato de linguagem.
- b) O reconhecimento por parte dos interlocutores de saberes recíprocos sobre o mundo, ou seja, dos saberes compartilhados que possibilitarão a existência de um processo de intercompreensão, tornado pertinente o ato de comunicação.

3º *O princípio de influência* é o que mobiliza a intencionalidade do sujeito falante em direção a um “agir sobre o outro” por meio de *estratégias discursivas*, que serão *a priori* dependentes da imagem do interlocutor construída pelo sujeito comunicante. Aqui, todo ato de comunicação revela “uma luta pelos interesses do controle da comunicação e a toda ação de influência corresponde uma ação de contra influência”.

4º *O princípio de regulação* permite a encenação de estratégias de base pelo sujeito comunicante, a fim de assegurar ou mesmo provocar um rompimento na troca comunicativa. Nesse princípio, são determinadas as condições para que “os parceiros da comunicação entrem em contato e se reconheçam” procedimento possibilitado a partir da legitimação para que a troca linguageira se concretize e alcance seu objetivo.

Para o autor, o *Contrato de comunicação* é responsável por determinar uma parte da *identidade* dos parceiros, a fim de que ocorra uma *legitimação* na situação de troca comunicativa como parte de sua finalidade, para atender aos *princípios de influência* e de *pertinência* de acordo com os papéis languageiros que são atribuídos aos sujeitos, motivados pelo *princípio de regulação* (CHARAUDEAU, 2008, p. 16).

Desse modo, a percepção psicossocial mutuamente atribuída aos parceiros da troca languageira irão definir, em função do princípio de regulação, o que pode e deve ser dito, as estratégias discursivas pertinentes, a fim de que o sujeito comunicante preencha em seu dizer as expectativas previstas para o sujeito interpretante representadas pela imagem do sujeito destinatário.

Na troca languageira, os protagonistas do ato de linguagem estarão ligados por uma relação que considera o jogo de interesses que perpassa a produção languageira. Nesse sentido, todo ato de linguagem estará submetido a um *Contrato de comunicação*, considerando que o locutor sempre terá como objetivo alcançar seu interlocutor em um processo de interlocução que permita aos parceiros da troca o reconhecimento mútuo. Para isso, a relação contratual, de acordo com Charaudeau (2001, p.30), implica o sujeito comunicante (EUc) e o sujeito interpretante (TUi) no jogo de expectativas que lhes é proposto no ato de linguagem.

Nesse sentido, o nível situacional assume certa relevância na relação contratual, pois se configura como espaço das restrições do ato de linguagem, bem como de organização dos dados externos que estabelecem o *Contrato de comunicação* determinando: a *finalidade* do ato de linguagem; a *identidade* dos parceiros da troca languageira; o *domínio de saber*, veiculado pelo objeto da troca; o *dispositivo*, constituído pelas circunstâncias materiais que possibilitam a troca languageira (CHARAUDEAU, 2005).

Como já dito anteriormente, as relações que ligam os parceiros do ato languageiro são relações imaginárias, como bem delineado na esquematização do ato de linguagem conforme proposto por Charaudeau. Nessa relação, a imagem de destinatário ideal definirá como o locutor organizará os seus dizeres com o objetivo de alcançar a adesão de seu interlocutor, balizado pelo *Contrato de comunicação*, que é dependente dos implícitos que o restringe. Tais restrições contratuais darão as condições necessárias para que o locutor organize seu discurso de maneira que o seu destinatário o reconheça e o aceite.

4.1.3 CONTRATO DE INFORMAÇÃO MIDIÁTICO

No Contrato das mídias de informação jornalísticas, além das características gerais de funcionamento do ato comunicativo – que privilegia uma dimensão dialógica e, portanto, interativa, colocando em relevo os saberes partilhados e os fatores psicossociais que o perpassam – a relação contratual encontra coerções impostas por dois polos: um que se refere a credibilidade e de outro lado o polo da captação.

De acordo com Fernandes (2015)¹³, quanto mais se tende a estratégias de captação (imaginação dramatizante) menor será a credibilidade (austeridade racionalizante, o logos), e quanto maior for a credibilidade menor a captação. Criando um espaço de tensão entre os dois polos de funcionamento do discurso informativo, o da credibilidade e o da captação, que de acordo com Charaudeau, marcam a comunicação midiática. Nesse caso, a busca por um equilíbrio entre essas estratégias se constituem como um desafio para as mídias de referência que objetivam atender a um contrato de credibilidade, mas ao mesmo tempo devem ficar atentos às demandas mercadológicas.

De acordo com Charaudeau (2013) essas duas características define o discurso das mídias de informação. A estratégia de credibilidade visa a atender a uma visada de informação o “fazer saber” e a estratégia de captação, com imperativos estritamente mercadológicos, faz com que as mídias lutem por sua sobrevivência no mercado editorial. Para isso, é preciso que as mídias se utilizem de estratégias de credibilidade e de identificação com seu leitorado a fim de garantir a maior adesão possível, isto é, como forma de manter seu público leitor e estabelecer um vínculo interlocutivo.

Na próxima seção, iremos discutir acerca de como é possível que, em uma situação de comunicação monolocutiva, haja uma condição de interação que liga os interlocutores por meio de interesses comuns, garantindo a existência efetiva de um *contrato de comunicação*. Condição que garante princípios que ligam os interlocutores por meio de *enjeux* que irão validar o ato comunicativo e permitir que os parceiros da troca se reconheçam e que co-constroam os sentidos. O ato de comunicação nas reportagens analisadas não dispõe de uma

¹³ Notas do curso Estudo de estratégias discursivas correntemente empregadas em diferentes atos comunicativos, ministrado pela professora Adélia Barroso Fernandes, sob orientação da professora Dr^a Ida Lucia Machado no Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos POSLIN/ FALE 1º/ 2015.

interlocução imediata com o destinatário, portanto, como estabelecer essa relação contratual de modo a validar o discurso das mídias de informação jornalística?

4.2 SITUAÇÃO MONOLOCUTIVA EM UMA PERSPECTIVA POTENCIALMENTE COMUNICATIVA

Uma situação de comunicação monolocutiva é aquela em que os parceiros da troca linguageira não estão presentes fisicamente, fazendo com que a troca linguageira imediata não seja prevista pelo *Contrato de comunicação* da informação (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p. 72)

Para a semiolinguística, o sujeito comunicante faz uma aposta, baseada nas expectativas previstas para os sujeitos implicados no *Contrato de comunicação*, de acordo com a imagem de leitor ideal ou sujeito destinatário ideal (TUd), a fim de atingir o sujeito interpretante (TUi) que por sua vez, também constrói suas expectativas de acordo com a imagem de sujeito comunicante (EUc), imagens criadas para a construção de um percurso interpretativo a ser validado. Entretanto, o sujeito comunicante não tem garantias de que os efeitos de sentidos intencionados serão os efeitos de sentidos produzidos e aceitos pelo sujeito interpretante. O que impõe o risco de ações de regulação e de ajustamento que podem provocar um rompimento no contrato de comunicação.

Ao lembrar das considerações de Ghiglione (1984) acerca do contrato de comunicação, Emediato (2007, p. 85) faz o seguinte questionamento: “Como tornar operacional o conceito de validação em situações de comunicação não interlocutivas (...)?” para o autor, uma das soluções se relacionam com as propostas de Ghiglione, ou seja, pensar as situações monolocutivas como situações potencialmente comunicativas (SPC) que reúnem as condições necessárias para ligar os interlocutores por interesses comuns. O autor ressalta que Ghiglione está interessado em analisar os processos de validação, garantidores de uma não ruptura contratual.

O conceito de validação é concebido como um reconhecimento à palavra do outro e que ocorre *à priori*, permitindo, imaginariamente, a existência de contratos de comunicação efetivos. Aspecto que evidenciará, por parte do sujeito comunicante, uma seleção de parâmetros contratuais, tais como: os temas, as maneiras de dizer, os posicionamentos, os

saberes e os valores compartilhados. Para tanto, o sujeito comunicante parece organizar os seus dizeres estrategicamente, a fim de garantir a não imposição de ações de ajustamento e de regulação e, por consequência, uma ruptura no Contrato comunicacional.

Em nosso próximo tópico, discorreremos acerca dos modos de organização do discurso na tentativa de reconhecer seus princípios e como as categorias linguístico discursivas são ordenadas em cada um deles, pois nossa hipótese é a de que o sujeito mobiliza os recursos disponíveis na língua de modo estratégico, a fim de organizar seu discurso – mesmo que seja, no caso do discurso jornalístico, por meio de estratégias de apagamento enunciativo – e de atender, de forma efetiva, à finalidade do Contrato de Comunicação informacional.

4.3 OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO UMA PROPOSTA SEMIOLINGUÍSTICA

4.3.1 OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO COMO NOÇÃO DE ESTRATÉGIA DISCURSIVA

Ao discorrer sobre a produção de um ato de linguagem, Charaudeau (2009 [1983], p. 56) o compara metaforicamente a “uma expedição e [a] uma aventura”. Aventura, pois, quando o sujeito falante encena seu discurso, o faz desconhecendo o sujeito real e as possibilidades de interpretação a que o seu ato de comunicação darão margem. Uma expedição, já que a intencionalidade do sujeito comunicante fará com que ele recorra a estratégias discursivas, a fim de organizar o seu projeto de fala como meio de alcançar o seu interlocutor ou destinatário/ leitor.

Para isso, o sujeito comunicante, balizado pelas restrições de ordem contratual e situacional-relacional, utilizará a suas competências languageiras para se projetar no discurso de modo credível e legítimo. Nesse caso, torna-se necessário compreendermos a noção de estratégia discursiva proposta por Charaudeau.

O autor afirma que a noção de estratégia se fundamenta na tese de que “o sujeito comunicante (EUc) concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados efeitos”. Desse modo, a comunicação será sempre realizada considerando uma “dupla aposta” e por expectativas do sujeito comunicante, uma vez que propõe e aposta nos contratos, os quais espera que o sujeito interpretante perceba; e nas estratégias, empregadas no ato comunicativo para que produzam os efeitos desejados.

O sujeito comunicante tem nas estratégias um modo de superar os obstáculos impostos pelas restrições do contrato de comunicação.

A organização e encenação das intenções pode ser compreendida como uma estratégia na busca por um processo de identificação – consciente, inconsciente ou não consciente – do sujeito interpretante ao sujeito comunicante (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p. 56).

Nessa pesquisa, a noção de estratégia assume relevância já que propomos que *Os Modos de Organização do Discurso* sejam concebidos como estratégias comunicativas, empregadas pelo sujeito comunicante – baseadas em sua competência comunicativa e discursiva – para alcançar as expectativas e efeitos de sentidos previstos para orientação do percurso interpretativo do sujeito interpretante, figura de leitorado de cada instância midiática aqui analisada.

Além de contribuir para o efeito de credibilidade e de objetividade, as categorias dos *Modos de Organização* serão consideradas como uma estratégia de apagamento de marcas de subjetividade, de modo geral, uma estratégia característica do discurso das instâncias de informação jornalística (EMEDIATO, 2013). Nosso percurso hipotético interpretativo buscará compreender por meio de quais estratégias o ponto de vista acerca das “Jornadas de Junho” foi construído nas reportagens de capa das mídias hebdomadárias *Veja*, *Carta Capital* e *Istoé*. A fim de complementar nossas análises, além das propostas de Charaudeau, serão consideradas as contribuições de Kerbrat-Orecchioni (1980) e de Alain Rabatel (2013).

4.3.2 OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

Na *mise-em-scène* discursiva, o locutor possui, como dito anteriormente, certa consciência das restrições que lhes são impostas pela *Situação de comunicação* previstas na relação contratual na qual situa seu ato comunicativo. A encenação discursiva pode ser compreendida como um espaço no qual existe uma interação conflituosa entre os circuitos interno e externo da linguagem, tornando tenso o dialogismo que se estabelece em dada situação de comunicação.

Diante disso, consideramos que na Teoria Semiolinguística, as categorias linguístico discursivas serão empregadas como estratégias, a fim de produzir no texto os sentidos

pretendidos por um locutor mais ou menos consciente das restrições e da margem de manobra delimitada pelo contrato de informação midiático.

Os Modos de Organização do Discurso foram propostos pelo autor com o objetivo de ordenar as categorias da língua em função das finalidades discursivas previstas no ato de comunicação. Para tanto, os procedimentos de utilização das categorias linguísticas foram agrupadas em quatro *Modos de Organização do discurso* – quais sejam: o modo *Enunciativo*, o modo *Descritivo*, o modo *Narrativo* e o modo *Argumentativo*.

Para o autor, cada um dos *Modos* organiza o mundo de acordo com uma lógica referencial de construção do mundo. E possuem uma função de base, que atende à finalidade do projeto de fala de cada ato comunicativo; e a um princípio de organização, que corresponde ao modo de organização e de encenação discursiva. Os Modos foram esquematizados pelo autor, conforme quadro a seguir, a fim de melhor ilustrar as funções de base e os princípios de organização.

Quadro1
Modos de organização do discurso

MODO DE ORGANIZAÇÃO	FUNÇÃO DE BASE	PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO
ENUNCIATIVO	Relação de influência (EU -> TU) Ponto de vista do sujeito (EU -> ELE) Retomada do que já foi dito (ELE)	<ul style="list-style-type: none"> • Posição em relação ao interlocutor • Posição em relação ao mundo • Posição em relação a outros discursos
DESCRITIVO	Identificar e qualificar seres de maneira objetiva / subjetiva	<ul style="list-style-type: none"> • Organização da construção descritiva (Nomear-Localizar-Qualificar) • Encenação descritiva
NARRATIVO	Construir a sucessão das ações de uma história no tempo, com a finalidade de fazer um relato	<ul style="list-style-type: none"> • Organização da lógica narrativa (actantes e processos) • Encenação narrativa
ARGUMENTATIVO	Expor e provar causalidades numa visada racionalizante para influenciar o interlocutor	<ul style="list-style-type: none"> • Organização da lógica argumentativa • Encenação argumentativa

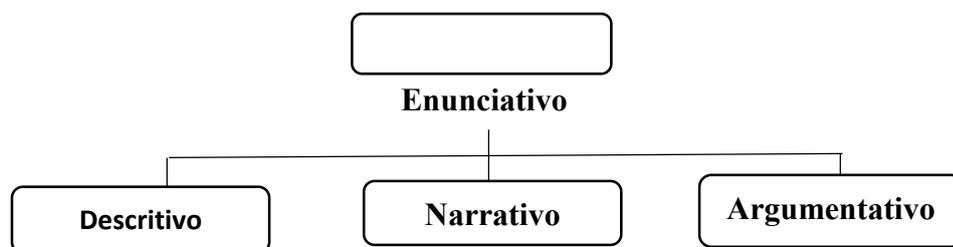
Fonte: Charaudeau, 2009 [1983], p. 75

Ao locutor, portanto, cabe o papel de selecionar as categorias que julgar pertinente à situação comunicativa para alcançar o seu interlocutor/ sujeito interpretante (SUi), de modo que este último atenda às expectativas de identificação projetadas pelo sujeito comunicante (SUC), ou seja o projeto de fala atenderá a uma organização discursiva em função da identidade do sujeito comunicante, da imagem do interlocutor e do “já dito” (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p. 74).

A competência linguística do locutor vai possibilitar que ele selecione estrategicamente (consciente ou não-consciente) o modo mais pertinente para operar sua encenação discursiva, a fim de mostrar-se credível ao interlocutor, respeitando as condições do contrato de comunicação que são garantidoras da credibilidade do ato de comunicação. Os textos ou objetos de pesquisa configuram-se como o suporte material, o dispositivo, da encenação do ato de linguagem em certa situação de discurso.

4.3.2.1 O MODO DE ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVO

Para Charaudeau (2009 [1983]), o Modo de Organização Enunciativo assume certa relevância, pois pode interferir nos demais modos, conforme esquematização no quadro a seguir:



Quadro 02. Adaptado de Charaudeau 2009 [1983]

O Modo Enunciativo, de acordo com Charaudeau (2009, [1983] p. 74), se diferencia dos demais modos na medida em que tem a função de posicionar, por meio da ordenação das categorias da língua, o locutor em função de seus dizeres, dos dizeres do seu interlocutor e dos dizeres outros que participam do discurso. Desse posicionamento do locutor resulta a construção do que o autor define como *aparelho enunciativo*.

O *Modo Enunciativo* é uma *categoria de discurso* que indica as atitudes do sujeito falante na encenação linguageira. Além disso, essa organização discursiva assume certa relevância, pois

intervém de maneira a orientar o procedimento de encenação dos outros três modos, o *Descritivo*, o *Narrativo* e o *Argumentativo*; ou seja, esse Modo “*comanda*” os demais (CHARAUDEAU, 2009 [1983]).

A característica basilar do *Modo de Organização Enunciativo* se constitui como traço fundamental na concepção da linguagem como um ato de interlocução em uma relação de alteridade e dialogismo que perpassa qualquer tipo de discurso, pois no ato de comunicação sempre haverá um EU em relação a um TU. Nesse modo, estão em relação os *protagonistas* da produção linguageira, “seres de fala internos à linguagem” (CHARAUDEAU, 2009 [1983] p.81).

As funções do Modo Enunciativo podem ser organizadas em três atitudes, Quais sejam:

- *Alocutivo*, estabelecer uma *relação de influência* entre locutor e interlocutor
- *Elocutivo*, revelar o ponto de vista do locutor
- *Delocutivo*, retomar a fala de um terceiro

No comportamento *Alocutivo*, ao implicar o interlocutor em seu dizer, o locutor age sobre o interlocutor em uma atitude acional e impositiva. Nesse caso, a relação de influência determina uma reação ou resposta que independe da identidade psicossocial do interlocutor. O sujeito falante, no momento de sua enunciação, atribui dois tipos de “papéis linguageiros” a si mesmo e ao seu interlocutor, um de superioridade e um de inferioridade.

Ao se colocar em uma posição de superioridade, o locutor impõe ao interlocutor um “fazer fazer” ou um “fazer dizer”, estabelecendo uma relação de força (explicitada pelo uso das modalidades: de Injunção e de Interpelação, de Autorização, do Aviso, de Proposta e de Sugestão). Além disso, o sujeito falante pode se enunciar em uma posição de inferioridade em relação ao interlocutor se apresentando como quem necessita do “saber” e do “poder fazer” (com a explicitação de modalidades de interrogação e de Petição). Esse comportamento direciona o discurso a uma solicitação do locutor ao interlocutor, uma *relação de petição*.

Quando o sujeito falante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo, sem implicar o interlocutor na sua tomada de posição, temos um comportamento *Elocutivo*. A atitude *Elocutiva* resulta em uma enunciação com efeito de modalizar subjetivamente os dizeres, de modo a explicitar o ponto de vista interno do sujeito falante com um propósito referencial.

Nessa atitude enunciativa existe um mundo a ser significado e a interpretação desse mundo passará pelo ponto de vista do enunciador, a partir de certa percepção de destinatário ideal.

Desse modo, as categorias do modo Elocutivo podem exprimir certo posicionamento do sujeito comunicante em relação ao seu leitorado e em relação aos objetos a serem discursivizados. Assim, para Charaudeau (2009 [1983]), Os atos *Elocutivos* podem explicitar o ponto de vista do sujeito comunicante sobre o mundo por meio das seguintes categorias modalizadoras: Constatação, Saber/ ignorância, Opinião, Apreciação, Obrigação, Possibilidade, Querer, Promessa, Aceitação/ recusa, Acordo/ desacordo, Declaração, Proclamação; essas são expressas através das categorias da língua.

No comportamento *Delocutivo*, a atitude do sujeito falante é de apagamento enunciativo, intencionando um jogo em que a subjetividade não se apresenta de modo bem marcado com vistas a uma não implicação do locutor. Nesse caso, o sujeito falante se comportará, apenas, como uma testemunha dos acontecimentos do modo como eles se impõem, sem interferir, de modo definitivo, na construção dos objetos de discurso.

O sujeito será uma testemunha do real em um procedimento enunciativo, aparentemente, objetivo, como dito, sem uma atitude de investimento subjetivo do locutor. O sujeito falante pode retomar discursos, textos e pontos de vista de terceiros; externos ao ato de comunicação – como forma de distanciar o seu posicionamento interno da enunciação que deve se apresentar efetivamente objetiva.

Para alcançar o efeito de objetividade, o sujeito falante recorrerá a duas possibilidades: *O propósito que se impõe por si só*, a asserção; e *O propósito é um texto*, o Discurso relatado. A Asserção se desdobra em algumas categorias correspondentes à atitude enunciativa do *Elocutivo*, elas podem ser: Constatação, Evidência, Probabilidade, Apreciação, Obrigação, Possibilidade, Anseio, Exigência, Aceitação, Recusa, Confissão, Confirmação (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p. 101).

4.3.2.2 O MODO DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO

A semiolinguística se situa nas proposições da Semiótica moderna (R. Barthes, A. J. Greimas, G. Genette, P. Hamon) que definiram descritivo e narrativo como procedimentos discursivos

importantes na constituição do relato. Se antes, na tradição literária, a descrição era considerada como um procedimento estático que não acompanhava a sucessão de fatos da construção narrativa, na Semiologia, o descritivo assume uma função de construção do relato em conjunto com o *Modo Narrativo*. Ao descritivo, foi atribuída a função de qualificação do relato e ao narrativo o que concerne às suas [do relato] funções.

Charaudeau utiliza o termo “descritivo” para definir um procedimento discursivo, *O Modo de Organização Descritivo*; e o termo descrição para definir um texto. Diante da definição, temos, na Semiologia a descrição como um resultado [o texto], o descritivo [Modo de organização] como um processo. Além disso, o autor afirma que o Modo descritivo também pode se relacionar com o *Modo Argumentativo* e o *Narrativo* em um mesmo texto (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p. 111).

Ao considerar a atitude de Descrição do ponto de vista do sujeito falante o autor afirma que Descrever concerne a uma atividade de linguagem em que, embora haja uma relação de oposição entre *Contar*, que abriga o que é da ordem da experiência subjetiva; e *Argumentar*, que se relaciona a organizar a linguagem por meio de operações lógicas; o que existe é uma combinação entre essas atividades para a construção do discurso narrativo. Desse modo, a atitude *Descritiva* não se encontra, apenas, com a função advinda da tradição literária de servir ao *Narrativo*, mas de dar-lhe sentido.

Na Semiologia, a *descrição* assume uma condição de identificar os seres do mundo os quais a existência é percebida de modo consensual, de acordo com a configuração cultural e de práticas sociais, dentro de um quadro imposto pela *Situação de comunicação* e previsto no Contrato comunicacional, investida de certa subjetividade do sujeito descritor/ sujeito comunicante.

O Modo Descritivo é constituído de quatro procedimentos que possuem autonomia, mas que são, também, indissociáveis – quais sejam: o procedimento de nomear, o de localizar-situar, o de quantificar e o de qualificar. Para Charaudeau, “descrever consiste em ver o mundo com um ‘olhar’ parado que faz existir os seres ao nomeá-los, localizá-los e atribuir-lhes qualidades que os singularizam”, fazendo com que essas atividades atribuam um sentido ao *Modo Narrativo*, já que as “ações só têm sentido em relação às identidades e às qualificações de seus actantes” em dada configuração situacional (2009 [1983], p. 111).

A atividade de nomeação, como dito, traz os seres à existência e sua classificação será realizada de acordo com uma relação de semelhanças e de diferenças em oposição ao outro. De acordo com o autor, *Nomear*¹⁴ não consiste em um procedimento de etiquetagem do mundo, através de uma referência dada à priori, mas da percepção do sujeito em uma atividade que “constrói e estrutura a visão de mundo”. O procedimento de identificação ressalta as propriedades dos objetos de discursos que poderão auxiliar na classificação. Nesse caso, é como se as propriedades fossem intrínsecas e, portanto, constitutivas aos objetos. A nomeação pode assumir duas formas de identificação: uma *identificação genérica*, consistente em *nomear* os objetos discursivos por meio de nomes comuns que os singularizam, mas também insere em determinada classe; e uma *identificação específica*, nomeação dos objetos discursivos por meio de nomes próprios.

Na atividade de *localizar-situar* o sujeito comunicante especificará, dentro de um quadro de pertinência, o lugar que os objetos de discurso ocupam no *espaço* e no *tempo*. O lugar que o objeto ocupa pode determinar o seu papel e sua identidade, já que os espaços podem ser considerados em função de uma coletividade e do uso que se faz desses espaços, ancorados por normas de funcionamento social e por aspectos culturais. A atribuição de característica ao objeto dependerá da sua posição no espaço e no tempo sem os quais não haveria razão de ser, ou seja, as noções de espaço e de tempo possibilitam condição de existência objetiva dos seres e, ainda, de um investimento subjetivo como estratégia discursiva do sujeito comunicante.

A atitude de *qualificar* complementa o processo iniciado com a nomeação, nesse caso temos a atividade de *denominação*, procedimento que atribui, de uma maneira explícita, uma qualidade, caracterizando os seres dentro de um quadro específico. A qualificação produz um efeito de restrição de uma infinidade de objetos de discurso a algumas classes ou subclasses. Desse modo, a qualificação contribui para uma percepção particular dos sentidos atribuídos a esses seres de maneira mais ou menos objetiva.

¹⁴ Guadanini e Emediato (2010), Guadanini (2013) abordam a questão da designação nominativa como um modo de nomear os atores, os acontecimentos ou as ações em determinada situação de comunicação. A designação está correlacionada a sistema de valores circulantes no espaço sociocultural e, por isso, assume um caráter intersubjetivo no procedimento de avaliação. Do mesmo modo Dahlet (2015), trata a nomeação como procedimento de designação que não pode ser considerado como uma tradução óbvia do mundo. Para o autor, a nomeação impõe uma ideologia conceitual e estereótipos discursivos.

Entretanto, isso não significa que a qualificação seja livre de um investimento subjetivo do sujeito falante, pois se trata de uma atividade que se origina a partir do modo como esse sujeito apreende o mundo. Assim, a descrição pela qualificação “pode ser considerada a ferramenta que permite ao sujeito falante satisfazer seu desejo de *posse do mundo*”, por meio de uma atividade com vistas à singularização de um estado de coisas, dependente de seus “sentidos e sentimentos” e não apenas de uma perspectiva racionalizante.

A *qualificação* será considerada como *objetiva* quando constrói uma visão de verdade do mundo, ancorada no imaginário social, de modo que as qualificações possam ser percebidas por qualquer sujeito envolvido na situação de comunicação. Já, na *qualificação subjetiva*, o sujeito falante constrói uma visão de mundo que não pode ser verificável, ou seja, trata-se de um modo particular de apreensão do mundo. O grau de objetividade ou de subjetividade pode perpassar ambas as construções, pois a atitude de *qualificar* é operada a partir do modo como o sujeito falante vê o mundo e os seres de discurso, a partir de seu investimento subjetivo sobre os objetos (CHARAUDEAU, 2009 [1983]).

Por fim, a atividade de quantificar busca ressaltar os aspectos relacionados à quantidade, volume, densidade, amplitude, representatividade dos seres, que podem ser únicos ou coletivos, raros ou numerosos, quantificados de forma precisa ou imprecisa, muitas vezes de acordo com a intenção do sujeito-comunicante de produzir alguns efeitos.

4.3.2.3 O MODO DE ORGANIZAÇÃO NARRATIVO

O *Modo de Organização Narrativo* fundamenta-se nas proposições iniciais da semiótica narrativa de Propp acerca de narrativas literárias russas e, ainda, em diversas correntes de análise narrativa desenvolvidas a partir dessa perspectiva. De acordo com Charaudeau (2009 [1983] p. 153), para que haja narrativa, é necessário que o sujeito escritor (narrador) crie um contexto para a sequência de acontecimentos contados.

Nesse sentido, o *Modo Narrativo* se difere do *Modo descritivo*. Neste último o mundo existe *a priori*, sendo necessário que o sujeito comunicante apreenda suas características e proceda às qualificações e semantizações. No procedimento narrativo, o mundo só existe a partir do momento em que o sujeito escritor narra os acontecimentos e, é “no desenrolar de uma

sucessão de ações que se influenciam umas às outras e se transformam num encadeamento progressivo” que o mundo é construído (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p. 157).

Na atitude de contar um acontecimento, a narrativa pode ser perpassada por dois imaginários destacados por Charaudeau, ao citar G. Bataille, com o objetivo de alcançar uma unidade, revelando o conflito existente na tensão entre o imaginário de uma *realidade fragmentada e particular* e o de uma *idealização homogênea e universal*. Nos gêneros jornalísticos, esses imaginários, de acordo com o autor, podem refletir inquietações sociais que nos permitirão distinguir entre *realidade e ficção*. No nosso caso, a configuração narrativa nos auxiliará a perceber os componentes da Organização Narrativa que podem produzir efeitos de realidade na construção do discurso jornalístico.

O *Narrativo* organiza o mundo dentro de um *continuum* de maneira sucessiva, marcando o fechamento da narrativa em uma lógica de encadeamentos coerentes que estabelecem uma relação entre os seres de discurso *nomeados e qualificados* no quadro descritivo. O papel do sujeito narrador pode ser pensado como o de uma testemunha que vivenciou de maneira ficcional ou real a experiência narrada.

Nas mídias de informação, as restrições contratuais fazem com que as instâncias midiáticas não tenham a liberdade de inventar uma história, ou seja, de alocar o seu discurso em um espaço ficcional. Para Charaudeau (2013, p. 156), o jornalista transforma o acontecimento que lhe é exterior em narrativa midiática através de escolhas e roteiros possíveis sem prescindir das restrições particulares do discurso informacional nem da visada de captação.

A construção discursiva no Modo Narrativo pode ser realizada em dois níveis linguísticos: uma *estrutura lógica* e uma *superfície semantizada*, sendo que esta última pode transformar a primeira, a depender do *projeto de escritura*. Desse modo, o autor afirma que o *Modo Narrativo* pode se caracterizar por uma dupla articulação: a *organização da lógica narrativa*, parte da construção de uma sucessão de acontecimentos segundo uma lógica acional que se ancora no mundo referencial; a *organização da encenação narrativa* trata de um mundo narrado a partir de representações, construindo o *universo narrado* através de um sujeito narrante que se liga ao destinatário por meio das restrições impostas pelo contrato de comunicação. Entretanto, esse sujeito poderá agir sobre a configuração da organização lógico-narrativa e sobre o modo de enunciação do universo narrado.

Os componentes do *Modo de Organização Narrativo* partem de uma *lógica narrativa* como hipótese para a construção de uma história que se impõe, de modo independente, da configuração enunciativa. Esses componentes são de três tipos: os actantes, os processos e as sequências. Nossa pesquisa se ocupará em descrever os seguintes componentes do Modo Narrativo:

- *Os actantes*, desempenham papéis linguísticos que se relacionam com a ação da qual dependem, mas as categorias actanciais não podem se confundir com categorias de língua, pois são categorias de discurso. Assim, os actantes podem desempenhar papéis discursivos de:

agente – agressor, benfeitor, aliado, oponente ou retribuidor;

paciente – que sofre a ação, vítima ou beneficiário.

- *Os processos*, embora a organização narrativa trate do discurso, os processos narrativos estão relacionados às categorias da língua, pois realiza uma semantização das ações dos actantes e de suas funções narrativas. Desse modo, *o processo* pode ser considerado como uma unidade de ação, dirigida com certa intencionalidade, a outras ações a fim de estabelecer a função narrativa que se relaciona com os papéis dos actantes, agressor/ agredido, benfeitor/ beneficiário.

4.3.2.4 O MODO DE ORGANIZAÇÃO ARGUMENTATIVO

O *Modo de Organização Argumentativo*, ao contrário do *Modo Narrativo* que leva em conta uma sucessão de ações, se fundamenta nas operações que consideram a experiência humana por meio de certas operações lógicas.

Para Charaudeau (2009 [1983], p. 205), a argumentação se dirige a um interlocutor a fim de persuadi-lo ou alterar seu comportamento. O interlocutor aqui é entendido como um ser pensante que compreende e interpreta uma dada situação comunicativa por meio de certas balizas socioculturais, enquanto o sujeito que argumenta expressa a convicção de uma explicação com a intenção de transmiti-la a seu interlocutor.

O *Modo de Organização argumentativo* pode ser definido como uma visada racionalizante do sujeito argumentante que se caracteriza pela função de *exposição* e de *causação*, a fim de

influenciar o interlocutor – com operações de pensamento que se baseiam na experiência ou no conhecimento sócio cultural compartilhado.

Com o objetivo de que haja um procedimento de argumentação, o autor destaca três procedimentos: *Uma proposta sobre o mundo*, com o objetivo de questionar alguém acerca da *legitimidade* da proposta; um *sujeito que se engaje*, em relação à convicção na busca pelo desenvolvimento em direção à verdade (*aceitabilidade, legitimidade*); um *sujeito* que se relacione com a mesma proposta, alvo da argumentação, que compartilhe da mesma verdade, podendo aceita-la ou refutá-la.

Nas situações monolucivas o autor destaca que o sujeito que constrói um texto argumentativo deve colocar em evidência os três procedimentos anteriormente elencados tendo em vista o desenvolvimento do ato de persuasão com o objetivo de alcançar a adesão de seu interlocutor.

Para Charaudeau (2008), a questão da adesão está estreitamente relacionada a uma atitude impositiva sobre o destinatário, com vistas à persuasão.

Nesse caso, é importante ressaltar que a natureza de nosso *corpus*, composto por reportagens, gênero das mídias de informação, não prevê uma visada argumentativa declarada. Aspecto que nos leva a considerar um complicador tratar o modo de organização argumentativo em termos de ato persuasivo. Entretanto, nos termos de Charaudeau (2005), o ato de linguagem provém de um sujeito em uma relação de alteridade com o outro com o objetivo de influenciá-lo. Assim, como modo de complementar nossas análises evocaremos os trabalhos de Ruth Amossy (2011, 2008) e de Christian Plantin (*apud* EMEDIATO 2013) para os quais todo discurso possui uma dimensão argumentativa, conforme veremos a seguir.

Antes de entrar na seara dos estudos mencionados a reflexão realizada até aqui nos remete aos postulados de Bakhtin, pois para o autor:

Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são auto-suficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (a palavra “resposta” é empregada aqui no sentido lato): refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles. Não se pode esquecer que o enunciado ocupa uma posição definida numa dada esfera da comunicação verbal relativa a um dado problema, a uma dada

questão, etc. Não podemos determinar nossa posição sem correlacioná-la com outras posições (1992, p. 316-317).

Sabemos que a questão de uma dimensão argumentativa nos discursos só foi desenvolvida em pesquisas que surgiram *a posteriori* das teorizações bakhtinianas, mas que não as prescinde. Como vemos, os postulados do autor nos permitem acreditar que essa dimensão argumentativa já estava presente em suas teorizações, embora não as tenha considerado, podendo ser apreendida na natureza dos enunciados que assumem uma existência e um sentido frente a outros enunciados, nas relações de alteridade e, posteriormente, em suas dimensões dialógicas.

Podemos dizer que um enunciado só se constrói em uma posição ou contraposição ao outro, sendo necessária “uma atitude responsiva”, na qual se percebe uma concordância ou discordância, em que um enunciado completa ou se adapta ao outro (BAKHTIN, 1992, p. 290). Nesse caso, trata-se dos diferentes pontos de vista que dialogam, concordam ou refutam outros pontos de vista na construção dos sentidos de um tema problematizado.

Para Amossy (2011), as contribuições da nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca permitiram uma amplificação dos estudos da argumentação para além dos discursos que possuem uma visada argumentativa, não limitando os estudos somente aos gêneros que possuem uma visada persuasiva. A extensão dos trabalhos da argumentação de modo a alcançar os discursos que não possuem uma finalidade de convencimento empírica, “não se desviando dele nas maneiras de ver e de pensar”, permitem a apreensão da dimensão argumentativa que é inerente aos discursos. Nessa perspectiva, há uma valorização de estratégias que podem “conduzir o olhar”, como um modo de “fazer ver”; e das estratégias de questionamento, as problematizações.

A autora faz uma importante distinção entre visada argumentativa e dimensão argumentativa, nos termos de Amossy (2007):

É preciso manter a distinção entre a estratégia de persuasão programada e a tendência de todo discurso de orientar as maneiras de ver do (s) interlocutor (s), no primeiro caso o discurso comporta uma orientação argumentativa: o discurso eleitoral ou a publicidade constituem exemplos flagrantes disso. No segundo caso ele comporta simplesmente uma dimensão argumentativa (Amossy, 2006 [2000], 2005): assim acontece com o artigo informativo que preza por sua neutralidade (AMOSSY, 2007, p. 122)

Na *lógica natural*, Grize (2005) considera a argumentação em diálogo com os aspectos cognitivos e tem no discurso uma “iluminação” dos acontecimentos – um movimento de *éclairage* – na qual todas as operações discursivas contribuem para a construção de uma esquematização que, ao nosso ver, nas mídias de informação, pressupõe uma avaliação crítica pautada por uma ética cidadã na construção de um ponto de vista (EMEDIATO, 2010, p. 86).

Isso nos faz lembrar das pesquisas de Plantin (2008, p. 14), para quem a atividade argumentativa é uma *função argumentativa*, ou *crítica da linguagem* capaz de organizar as funções mais primárias como exprimir o “eu”, as impressões sobre os outros e realizar descrições do mundo; além de funções mais complexas tais como a organização dos saberes e de diversos e heterogêneos comportamentos; funções que estão presentes em qualquer discurso. Em uma tensão que coloca em evidência tanto um trabalho enunciativo quanto um trabalho interacional na construção do ponto de vista em função dos recortes realizados pelas instâncias de comunicação. Assim, a partir do viés adotado, como bem sugerido por Emediato (2013, p. 75), evitamos restringir a argumentação aos raciocínios, às proposições ou à lógica.

Em artigo mais recente, *A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa*, Emediato (2013) propõe uma reflexão interessante sobre os fundamentos teóricos que são clássicos aos estudos da argumentação, bem como propõe uma metodologia de análise dos discursos que não possuem uma visada argumentativa declarada, mas que comportam uma intenção de agir sobre as crenças do leitor e sobre as representações dos acontecimentos sociais.

Tendo como base as propostas de Amossy, de Plantin e de outros autores, sem contudo, ignorar os estudos clássicos, o autor refaz todo um percurso teórico que envolve as problematizações em argumentação e aponta caminhos para as pesquisas que se desenvolvam no interior da Análise do Discurso, permitindo uma análise não reducionista em termos de objetos de análise e em termos metodológicos que enriquecem as pesquisas inseridas nessa perspectiva.

Esse ponto de partida não ignora os inúmeros trabalhos, inclusive os de Emediato (1996, 2000), que demonstraram o funcionamento do discurso jornalístico ancorados nas propostas metodológicas do *Modo de Organização Argumentativo*, conforme categorias elencadas por Charaudeau (2009 [1983]). Trata-se, apenas, de uma opção metodológica que busca uma síntese e objetiva demonstrar como o funcionamento discursivo na construção do ponto de

vista das reportagens utiliza as categorias de outros modos de organização em uma dimensão argumentativa do discurso, sem prescindir de algumas categorias disponíveis na organização argumentativa tais como a *citação* no modo Enunciativo; as *identificações* conforme modo Descritivo e a *exposição* das ações no modo Narrativo.

CAPÍTULO V: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1. INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

Como dito anteriormente, nossa pesquisa se desenvolve dentro dos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso, particularmente da Semiologia (CHARAUDEAU 2009 [1983]), considerando que esta ancoragem teórica nos permitirá, por meio das categorias dos Modos de organização *Enunciativo*, *Narrativo*, *Descritivo* e *Argumentativo*, descrever e interpretar os mecanismos e as estratégias discursivos empregadas no tratamento da informação jornalística nas publicações que serão analisadas a partir da identificação das formas discursivas que as constituem.

5.1.1. O MODO DE ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVO

A análise do Modo Enunciativo nos permitirá descrever e interpretar o comportamento enunciativo, por meio dos atos locutivos Delocutivo, Elocutivo e Alocutivo, percebendo como essas ocorrências constituem o discurso nos textos analisados. A descrição das categorias será disposta em grades, conforme a ilustração abaixo, subdividas em 1A, 2A e 3A, conforme anexo A, nas quais elencamos as recorrências encontradas respectivamente em *Veja*, *Carta Capital* e *Istoé*.

Anexo A

Modo de organização Enunciativo

Modo Enunciativo				
Publicações	Ato Delocutivo		Ato Elocutivo	Ato Alocutivo
	Discurso Relatado	Asserção		
VEJA				
Carta Capital				
Istoé				

Na configuração do ato *delocutivo*, serão consideradas as modalidades objetivas, tais como as formas de *discurso relatado*, como propostas por Charaudeau, bem como os tipos de asserções. Cabe ressaltar que, no comportamento Delocutivo, são privilegiados os atos de enunciação que não implicam o enunciador, ou seja, que funcionam por meio do regime do apagamento enunciativo, garantindo um efeito de objetividade e de não comprometimento do locutor. Nesse sentido, o sujeito comunicante busca apagar em seu discurso qualquer indício de subjetividade, o que garante um maior efeito de objetividade e, portanto, de credibilidade às publicações.

No *discurso relatado*, a atribuição do discurso é dada a um terceiro, o locutor seria apenas o relator do discurso de um outro locutor de origem. No caso das *asserções*, os fatos se impõem como existentes no mundo e, por isso, independentes do locutor. Dada a particularidade do nosso *corpus*, serão consideradas as asserções de *evidência*, emitindo uma constatação sobre todo um estado de coisas como se o locutor fosse uma testemunha dos acontecimentos; e de *probabilidade*, em que o locutor relata como o mundo existe, mas atenua a sua força assertiva, ou seja, a sua evidência.

Embora na descrição do comportamento *Delocutivo* tenhamos considerado as duas possibilidades discursivas para as asserções, ambas possuem efeito de objetividade, porém seus traços distintivos nos permitem perceber em que tipo comportamento assertivo as publicações situam seu discurso, se em um comportamento assertivo de evidência, garantindo um efeito de verdade com maior grau de certeza; ou no comportamento assertivo de probabilidade, apresentando o efeito de verdade com menor grau de certeza; a abordagem desses efeitos será tratada na análise qualitativa.

No comportamento *Elocutivo*, de acordo com Charaudeau, não ocorre a implicação do sujeito destinatário no dito, mas o sujeito enunciador é bastante implicado. Nos termos do autor os traços Elocutivos são marcados pela presença de pronomes de primeira pessoa (eu) e pela presença de verbos também conjugados em primeira pessoa. Entretanto, como os dados do nosso *corpus* nem sempre apresentarão tão marcadamente estes elementos linguísticos, partiremos da consideração de que neste ato enunciativo ocorrerá a expressão de um ponto de vista subjetivo do sujeito enunciador, exprimindo sua opinião e apreciação ou que apresente traços de seu estado emocional ou afetivo – tais como interrogações ou adjetivação subjetiva.

A marcação de um ponto de vista do locutor, de acordo com Dahlet (1997, p. 202 *apud* Rabatel, 2013, p. 26), inscreve-se ao lado das marcas do aparelho formal da enunciação e, nesse caso, a subjetividade emerge da relação do sujeito com o objeto, trata-se mais dos valores desse objeto para o sujeito que de marcas do sujeito em ação.

Além disso, nos trabalhos de Rabatel (2013), o autor afirma que as marcas de subjetividade podem ser encontradas mesmo que não haja marca linguística verbal ou pronominal. Para tanto, em consonância com o autor a analista considera que:

A escolha de uma enunciação *embrayée* não implica necessariamente que o enunciado contenha traços numerosos de subjetividade, exceto aquelas que, evidentemente remetem ao ego, hic et nunc; do mesmo modo, a escolha de uma enunciação *dèsembrayée* (englobando a enunciação histórica e a enunciação teórica) não implica que na ausência bem real de marcas do aparelho formal da enunciação, a subjetividade não encontraria sua expressão (RABATEL, 2013, p. 28)

Ao tratar o problema da subjetividade na linguagem, Kerbrat-Orecchioni (1980, p. 70), em *L'enonciation*, destaca que “*Toute assertion porte la marque de celui qui l' énonce*”¹⁵. A autora destaca a importância da percepção da subjetividade para além das tradicionais categorias inauguradas pelos postulados de Benveniste, de acordo com Kuentz (1972, pp.27-28, *apud* Kerbrat-Orecchioni, 1980, p. 68), a consideração sobre o sujeito dêitico e a existência de outros elementos linguísticos que evidenciam a presença do Enunciador em sua enunciação, colocou para os linguistas o problema da onipresença do locutor na mensagem¹⁶. É por isso que, ao distinguir, por exemplo, os atos Elocutivos dos atos Delocutivos, não estamos atribuindo a um o monopólio da subjetividade no discurso e ao outro a objetividade do real. Ambos são regimes discursivos da subjetividade que pertencem ao fenômeno, mais amplo, da modalização enunciativa. O que nos interessa, aqui, é observar como a organização enunciativa carrega traços importantes da construção do acontecimento jornalístico.

A questão da subjetividade no discurso das mídias de informação foi tratada por Emediato (1996, 2000, 2010, 2009), com enfoque a variados aspectos da expressão da subjetividade. O autor ressalta que as marcas de subjetividade podem se fazer presentes em todos os modos de

¹⁵ Toda asserção marca a presença daquele que a enuncia (tradução livre)

¹⁶ Original: *peut être généralisée: après avoir d'abord identifié, sous le nom de déictiques, les éléments linguistiques les plus voyants qui manifestent la présence du locuteur au sein de son énoncé, les linguistes se sont trouvés confrontés au problème de l'omniprésence de ce locuteur dans le message* (Kerbrat-Orecchioni 1980, p. 68)

organização dada a capacidade crítica e, portanto, subjetiva da linguagem, embora o problema esteja bastante relacionado ao fenômeno enunciativo.

No entanto, os modos de enquadramento temático, que serão melhor analisados na seção tematização, assim como os procedimentos de designação, de nomeação e de qualificação, que pertencem mais propriamente ao descritivo; certos esquemas narrativos podem indicar de modo mais claro pontos de vista e posicionamentos que apresentam traços subjetivos do sujeito enunciador.

Cabe destacar que, no comportamento *Alocutivo*, em função do nosso *corpus*, foram necessários ajustes para classificação dos atos enunciativos, já que não encontramos recorrências nas mesmas categorias propostas por Charaudeau (2009 [1983]).

Charaudeau (1992) propõe como marcas de comportamento *Alocutivo*: pronomes em segunda pessoa, forma imperativa, interrogação, proposta, etc. No entanto, consideramos também como *Alocutivos* atos que possuam algum tipo de interpelação ao alocutário, mesmo que de modo implícito, ainda que não contenham uma interpelação diretiva explícita do interlocutor (como no exemplo “Então, vai sair ou não?”, apontado por Charaudeau). É o caso de certas formas assertiva que sugerem uma mudança/ reação de pensamento ao alocutário, como no exemplo abaixo. Mesmo trazendo uma constatação sobre o mundo, podemos observar que o ato enunciativo não poderia ser considerado apenas como assertivo e, portanto, *Delocutivo* ou *Elocutivo* nos termos tradicionalmente indicados pela teoria.

- (28) O cidadão que anda de ônibus duas vezes ao dia deixa na catraca três salários mínimos por ano. *Há razões para protestar* (Istoé) – (Focaliza o alocutário com o objetivo de despertar uma indignação)

Observa-se que a forma assertiva (em itálico) interpela o leitor, a elisão de uma marca formal que poderia ser uma exclamação o interpela mesmo sendo uma interpelação não explícita ou indireta. A ausência da marca formal não impede que o leitor a reconstrua por meio de suas competências linguísticas o efeito enunciativo desejado. Assim, o ato pode ser considerado como um comportamento *Alocutivo* na medida em que impõe uma atitude de pensamento ou desperta o alocutário de um estado inicial para uma indignação com os acontecimentos expostos.

5.1.2 MODO DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO

O Modo de Organização descritivo será detalhadamente apresentado a partir da descrição do *corpus* na grade a seguir, apresentada aqui de modo ilustrativo, a qual foi subdividida em 1B, 2B e 3B, conforme anexo B, a fim de melhor organizarmos os procedimentos descritivos encontrados, respectivamente em *Veja*, *Carta Capital* e *Istoé*. As operações descritivas foram organizadas de acordo com as categorias disponibilizadas no quadro da Semiologia.

Anexo B Modo de Organização Descritivo

Modo de organização Descritivo					
Publicação	Identificação específica	Identificação Genérica	Qualificação	Quantificação	Localização
1					
2					
...					

Os *procedimentos de identificação* permitem que os seres existam por meio da operação de *nomeação*. De acordo com Maingueneau (2013, p. 240), os locutores de uma língua possuem diversos modos de apresentação de um mesmo referente. No quadro da Semiologia, os procedimentos de identificação se distinguem de acordo com o tipo de nomeação realizada e podem ser de dois tipos: uma *identificação genérica* ou uma *identificação específica*.

Na *identificação genérica*, os sujeitos são nomeados por meio de nomes comuns que fazem com que pertençam a uma classe, como vemos no seguinte trecho de *Carta Capital*: “A omissão do *governo* em questões sociais facilita o avanço do *conservadorismo*”. A nomeação não identifica nenhum indivíduo em particular, mas uma instância coletiva (*governo*) e um agente processual (*conservadorismo*), exigindo do destinatário (e do interpretante) que trabalhe cognitivamente com esses tipos de agentes genéricos.

Em contraste, os procedimentos de *identificação específica* são realizados com recurso ao nome próprio e, assim, apontam para um indivíduo específico. Desse modo, o ato de nomear produz uma individualização dos seres representados.

O nome próprio, para Maingueneau (2013, p. 246) é atribuído a seres que são, frequentemente, evocados e, relativamente, estáveis no espaço e no tempo, observada alguma relevância social ou afetiva para os interlocutores. Nas reportagens, o nome próprio evoca o sujeito da referência, ou seja, é um procedimento de identificação denotativa, como vemos em parte de um excerto de Istoé: “No início dos protestos, *Geraldo Alckmin* e *Fernando Haddad* se encontravam em viagem em Paris, ao lado do vice-presidente *Michael Temer* (...)”. Os indivíduos “Geraldo Alckmin, Fernando Haddad, Michael Temer”, são os objetos/agentes da referência e podem ser identificados no mundo a partir de uma competência situacional dos destinatários.

A Teoria Semiolinguística nos permite analisar outros componentes da cena descritiva que também contribuem e se relacionam com os processos de identificação. O componente *qualificar* pode amplificar as identificações dos seres, das ações ou dos estados de coisas por meio de adjetivos que nos permitirão classificar o procedimento de qualificação em objetivo ou subjetivo. Dentro dessa perspectiva, os trabalhos Kerbrat-Orecchioni (1980), nos auxiliarão a classificar a configuração verbal e os advérbios em termos objetivos ou subjetivos, contribuindo para o procedimento de qualificação.

Além disso, acrescentamos, em nossas análises, a quantificação. A observação desse componente nos permite notar se há uma regularidade no emprego da quantificação e compreender se esse procedimento se constitui como um procedimento objetivante, garantindo uma maior credibilidade às mídias e se as informações trazidas pela quantificação conduzem a um maior efeito de identificação dos leitores.

No componente *localizar*, procuramos perceber a relação dos interlocutores com os espaços a partir da representação dos actantes nas localidades ou se são, apenas, descrições factuais. A localização também foi analisada a partir da mesma perspectiva do componente quantificar, intencionamos na observação desses dois componentes verificar se são procedimentos de interesse do leitorado e como o sujeito comunicante utiliza esses recursos na construção da opinião a fim de garantir algum tipo de efeito discursivo.

A fim de garantir uma melhor abstração da cena descritiva a partir da grade 2, procedemos a uma quantificação das recorrências dos componentes do Modo de Organização Descritivo, que foram organizados na seguinte tabela:

Tabela quantitativa procedimentos descrição							
Identificação		Qualificação		Quantificação		Localização	
Específica	Genérica	Subjetiva	Objetiva	Precisa	Imprecisa	Específica	Genérica

5.1.3 O MODO DE ORGANIZAÇÃO NARRATIVO

Na análise do *Modo de Organização Narrativo*, buscamos verificar como o sujeito narrante reconstrói os acontecimentos, se por meio da configuração narrativa é possível um maior efeito de realidade uma vez que, em consonância com Charaudeau, entendemos que contar trata-se de:

(..) uma atividade linguageira cujo desenvolvimento implica uma série de tensões e até mesmo de contradições. (...) Contar é uma atividade posterior à existência de uma realidade que se apresenta necessariamente como passada (...) e, ao mesmo tempo, essa atividade tem a propriedade de fazer surgir, em seu conjunto, um universo, o universo contado, que predomina sobre a outra realidade, a qual passa a existir somente através desse universo. Nessas condições, como pretender que uma narrativa possa ser o reflexo fiel de uma realidade passada (...)? (CHARAUDEAU, 2009, p. 154).

Para, o autor “narrar” ultrapassa as noções tradicionalmente dicionarizadas do termo. O ato de narrar deve ser compreendido como um fazer que envolve tensões e contradições que permitem a construção de universos representacionais das ações humanas com recurso de um duplo imaginário, embasado em dois tipos de crenças que se referem ao mundo, aos seres humanos e à verdade – a saber: uma crença na unidade do ser e uma crença em uma realidade plural do mundo e do ser.

Os universos narrados são balizados pelas restrições do contrato de comunicação que ligam os sujeitos narrador e destinatário.

Para uma melhor comodidade nas análises propostas, os enunciados narrativos foram descritos e organizados nas grades que constam do anexo C, como a ilustrada abaixo, e subdivididas em 1C, 2C e 3C, correspondendo, respectivamente, aos processos narrativos encontrados em *Veja*, *Carta Capital* e *Istoé*, observados os papéis actanciais desenvolvidos por Charaudeau (2009 [1983]):

Anexo C
 Modo de Organização Narrativo

Modo de Organização Narrativo							
Publicação	Actante agente					Actante sofre a ação	
Sequências Narrativas	Agressor	Benfeitor	Aliado	Oponente	Retribuidor	Vítima	Beneficiário
1							
43							

Para que as sequências narrativas não se confundissem com sequências descritivas, optamos por selecionar os excertos em que existam ao menos dois actantes ligados por um processo de conjunção definidora de suas ações. Nesse caso no processo narrativo serão definidos dois arquétipos actanciais: um agente das ações, um que sofre as ações – que ligam os actantes em função de seus papéis: o agente que desempenha o papel de agressor, de benfeitor, de aliado, de opositor e de retribuidor; o que sofre a ação e desempenha os papéis de vítima ou de beneficiário.

A fim de melhor compreender as funções actanciais desenvolvemos o quadro abaixo, tendo como base o questionário actancial proposto por Charaudeau (2009/1992, p. 162-163):

Quadro 01. Actantes e funções narrativas

Arquétipos actanciais	Papéis actanciais
Age: é o que inicia as ações ou o responsável pela execução das ações.	<ul style="list-style-type: none"> • Agressor: comete um malefício • Benfeitor: transmite um benefício • Aliado: associa-se e auxilia outro actante para defende-lo agindo diretamente ou ao mesmo tempo que o adversário • Oponente: contraria as ações e projetos de outro actante • Retribuidor: dá a outro actante uma recompensa ou uma punição
	Ação: Voluntária (intencional), involuntária (não intencional), direta (afrontamento direto), indireta (fingimento ou por intermediário)
Sofre a ação	<ul style="list-style-type: none"> • Vítima: afetado negativamente pela ação de outro actante Reação: Fuga: evita o enfrentamento Resposta: age contra o agressor Negociação: tenta neutralizar a agressão
	<ul style="list-style-type: none"> • Beneficiário: afetado positivamente pelas ações de outro actante Reação: Retribuição: retribui de maneira benéfica outro actante Recusa: recusa o benefício

A descrição das ações que envolvem os objetos discursivos nos ajudará a perceber o ponto de vista do sujeito narrador, revelando os valores dos objetos de discurso e a representação dos actantes em função das ações.

5.1.4 O MODO DE ORGANIZAÇÃO ARGUMENTATIVO

O *Modo de Organização argumentativo*, como já exposto, será compreendido como um modo de organização da dimensão argumentativa das reportagens em análise. Essa perspectiva nos auxiliará a perceber o funcionamento de algumas categorias do *Modo de Organização argumentativo* bem como o funcionamento das categorias dos demais modos operando em uma avaliação dos acontecimentos.

Para isto, lançaremos mão das descrições realizada nas etapas anteriores a fim de realizar uma síntese das análises aqui realizadas. Tentando perceber uma possível dimensão argumentativa nos Modos de Organização do discurso, para isso destacamos algumas categorias dos procedimentos da encenação argumentativa que sustentarão nossas análises.

De acordo com Charaudeau (2009 [1983]), os procedimentos da encenação argumentativa têm por principal função validar uma argumentação ou justificar o quadro de questionamento. A encenação argumentativa se ancora em diversos procedimentos que, de modo particular, contribuem para a validade de uma argumentação, aqui considerada dimensão argumentativa (AMOSSY, 2011), perpassada por laços de alteridade e por uma capacidade crítica da linguagem que pode intervir em todo ato de discurso (PLANTIN, 1990 *apud* EMEDIATO, 2013, p. 75).

Os procedimentos da encenação argumentativa foram agrupados por Charaudeau (2009 [1992]) em três categorias, a saber, os procedimentos semânticos, os procedimentos discursivos e os procedimentos de composição. A fim de atender aos interesses desta pesquisa elegemos os procedimentos discursivos, conforme quadro abaixo:

Quadro 3 – Procedimentos discursivos da encenação argumentativa

1- Os procedimentos discursivos	(a) A definição	< de um ser < de um comportamento
	(b) A comparação	< por semelhança/ dessemelhança (igualdade proporção, extensão) < objetiva/ subjetiva
	(c) A descrição narrativa	< de um dizer < de uma experiência < de um saber
	(d) A citação	
	(e) A acumulação	< incitação a fazer < proposta de uma escolha < verificação de um saber
	(a) O questionamento	< provocação < denegação

Em nossas análises, assumirão maior destaque, em função dos nossos objetivos – quais sejam observar os modos de organização da dimensão argumentativa do discurso nas reportagens de capa das mídias hebdomadárias *Veja*, *Carta Capital* e *Istoé* – os *procedimentos discursivos*.

Para Charaudeau, os *procedimentos discursivos* podem utilizar, ocasionalmente ou sistematicamente, de algumas categorias de língua ou dos procedimentos de outros Modos de organização do discurso para produzir certos efeitos. Lembrando que, no nosso caso, os efeitos não serão tratados como efeitos de persuasão na concepção do autor ou em uma concepção clássica dos estudos argumentativos. Aqui, tais efeitos serão abordados em uma dimensão argumentativa que pode se constituir como estratégia de captação ou uma estratégia que seduza e estimule a continuidade na leitura das reportagens.

Desses procedimentos, destacamos os procedimentos de *citação*; de *definição*; de *comparação*; de *questionamento*, pois foram as categorias discursivas mais percebidas em nosso *corpus*. As categorias de *citação* e de *questionamento*, já analisadas no *Modo Enunciativo*, receberão nessa etapa um novo tratamento em função da busca por identificar uma possível dimensão argumentativa na manipulação dessas categorias.

A análise do *discurso citado*, no Modo Argumentativo, assume relevância em função do contrato de comunicação constituído por categorias discursivas que primam por estratégias de objetivação como o *discurso citado*, tipo de *discurso relatado* que remeteria à fidelidade do locutor relator ao locutor relatado. As citações, diferentemente do *Modo enunciativo*, em que analisamos a gestão dos pontos de vista no nível de *um dizer*, nessa etapa trataremos do discurso citado funcionando como fonte de *uma experiência*, que equivale a um testemunho; ou como fonte de *um saber*, equivalente a uma autoridade.

O *questionamento* coloca em cena uma Proposta cuja realização dependerá de uma resposta real ou suposta do interlocutor. Trata-se de uma categoria que poderia fugir um pouco do contrato de informação midiático se a considerássemos, apenas, como uma estratégia de interpelação ao alocutário, inserida no *Modo Enunciativo*, como ato *Alocutivo*. Entretanto, é possível que, no interior de uma dimensão argumentativa, a questão se comporte de modo um tanto diverso do convencional ou dos desdobramentos vistos no quadro anterior, como bem destaca Emediato (2013), a questão pode se configurar como um modo de problematização ou como um modo de direcionar o olhar do leitor.

Na *definição*, nosso propósito buscará verificar como certas categorias dos Modos de Organização *Descritivo* e *Narrativo* contribuem para uma identificação e qualificação dos actantes e dos estados de coisas em função de certa intencionalidade. De acordo com Charaudeau, a definição participa de uma categoria de linguagem que pertence ao *Modo de organização Descritivo* do qual lançaremos mão da *qualificação* e da *nomeação*.

Os procedimentos de qualificação e de nomeação dos actantes no *Modo Descritivo* também assumem importância para o desenvolvimento do quadro narrativo em um procedimento de avaliação dos comportamentos e das ações. No âmbito de uma dimensão argumentativa “a definição é utilizada com fins estratégicos, mesmo no caso em que não se trata de uma verdadeira definição (ela toma aparência de definição) (CHARAUDEAU, 2009 [1983])”, com o objetivo de produzir um efeito de evidência e de saber do sujeito que argumenta.

Nesse procedimento, nos interessam as estratégias que assumem uma aparência de definição no modo de identificação das ações, dos atores, dos acontecimentos e até mesmo do discurso

de terceiros uma vez que no discurso das mídias de informação dificilmente encontraremos as marcas lexicais e gramaticais, como propostas por Charaudeau. A análise interpretativa partirá de hipóteses ancoradas nos aspectos sociais, culturais e ideológicos que envolvem o ato de comunicação como linguagem em situação.

O procedimento de *comparação* será importante para verificar como o sujeito argumentante constrói as provas para a constituição de uma dimensão argumentativa que estimule o leitor a continuar a leitura da reportagem tendo em vista a relevância da temática e a pertinência das comparações por ele realizadas. Do mesmo modo, serão importantes para percebermos se essas comparações assumem contornos objetivantes ou subjetivantes em função das avaliações realizadas pelo sujeito argumentante.

Nessa etapa da análise, não construímos grades de descrição uma vez que nosso objetivo é o de retomar algumas categorias disponíveis nos demais modos de organização que possivelmente funcionam em uma dimensão argumentativa.

PARTE II
ANÁLISE DESCRITIVA E INTERPRETATIVA

CAPÍTULO VI: APRESENTAÇÃO DO *CORPUS*

6.1 DESCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DO *CORPUS*

Com o objetivo de observar por meio de quais estratégias discursivas as mídias hebdomadárias construíram o discurso sobre as “Jornadas de junho”, selecionamos reportagens que trataram acerca da temática, pois acreditamos que mesmo com as coerções impostas pelo contrato de comunicação midiática o sujeito utiliza estratégias linguísticas e discursivas a fim de imprimir seu posicionamento no discurso.

Nosso *corpus* é composto por reportagens das revistas semanais *Veja*, *Carta Capital* e *Istoé* por compreendermos que esse tipo de mídia impressa (re) constrói o acontecimento a partir de determinado ponto de vista, considerando os saberes partilhados pelos sujeitos no ato de comunicação, a competência linguística de seus leitores e a pertinência da tematização proposta, com o objetivo de alcançar a visada de captação sem, contudo, prescindir da visada de informação.

As reportagens a serem analisadas são três: “*Contra o aumento*”, *Veja*; “*Parem de subestimar o povo*”, *Carta Capital*; “*Nada justifica: a volta da repressão*”, *Istoé*.

A escolha das publicações de *Veja* e de *Carta Capital* foi realizada pensando que, talvez, as publicações situaram seu discurso através de pontos de vista antitéticos, demarcando posicionamentos que podem ser revelados no modo como representam os acontecimentos e no modo como organizam os discurso em direção às suas teses. A escolha de *Istoé* se deve à facilidade de acesso, pois, assim como a revista *Veja*, o semanário se encontra disponível em sítio eletrônico, além disso, a publicação se auto denomina como “jornalismo crítico, plural, democrático e independente¹⁷”, a escolha de *Carta Capital* se deve ao fato de o semanário disputar um mesmo mercado editorial e se autodenominar em uma posição ideológica diversa das demais publicações. Desse modo, cada uma das publicações nos daria um enfoque diferente para os acontecimentos.

¹⁷ Disponível em: < https://www.assine3.com.br/revista/istoe?utm_source=PORTAL-IE&utm_medium=HOME&utm_campaign=CAPA-ASSINE > Acesso em 30 de setembro de 2016

Essas publicações possuem grande abrangência e repercussão no cenário nacional – já que, mesmo se tratando de mídia impressa, os discursos veiculados por essas publicações são evocados em diferentes outros meios de comunicação – e de disputa mercadológica.

O quadro abaixo se refere à tiragem de vendas das publicações no período de Janeiro a setembro de 2013 e foi elaborado a partir dos dados disponibilizados no site da ANER¹⁸ (Associação Nacional de editores de Revistas) de acordo com informações da plataforma trata-se de uma entidade nacional, sem fins lucrativos, que representa as editoras periódicas de consumo.

Tabela (01): Classificação nacional de circulação de revistas

Posição	Título	Editora	Circulação jan/ set 2013
1	Veja	Abril	1.069. 840
3	Istoé	Três	332.813
18	Carta Capital	Confiança	30.525

Fonte: Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER)

6.1.2 DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS FORMAIS DAS REPORTAGENS

6.1.2.1 A REPORTAGEM DE *VEJA*: “CONTRA O AUMENTO”



¹⁸ Disponível em: < <http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/> > Acesso em 25 de Junho de 2016

Figura 01: Capa da revista Veja e primeiras páginas da reportagem

Quanto à organização formal, a reportagem é uma edição especial da revista composta por 12 páginas. O título da revista “Contra o aumento” se apresenta com uma tipografia elaborada que remete à pichações, logo abaixo temos o subtítulo “*A revolta dos jovens*” e a seguinte problematização: “Depois dos preços das passagens, a vez da criminalidade e da corrupção?”. A fotografia de fundo da capa nos parece bem significativa, pois apresenta uma cena de destruição, lixo e vidraças quebradas; o que parece orientar a interpretação da problematização proposta.

Nas páginas de abertura da reportagem, temos uma fotografia de uma concentração de manifestantes acompanhada pelos dizeres “Os jovens já marcharam pela paz, democracia e liberdade. Os de agora vão às ruas para baixar o preço das passagens. Mas isso é tudo?”. O subtítulo da foto nos informa que se trata de uma concentração na frente do Teatro Municipal de São Paulo a qual produziu o maior número de detidos em confronto com a polícia. Além disso, informa que os cartazes, portados por manifestantes, atacam a polícia e os governantes sendo esta uma das marcas dos protestos.

Em toda a reportagem a um recurso significativo e não meramente ilustrativo das fotografias que destacam as manifestações ora pacíficas ora com manifestantes encapuzados, cenas de vandalismo, confrontos com a Polícia Militar e a Tropa de Choque em posição de atuação. Outro aspecto observado é que a publicação é construída em constante diálogo com enunciados das redes sociais, como no exemplo: “Protesto pelo direito de protestar. A que ponto chegamos na maior cidade da América Latina” (twitter). Como vemos na fotografia



abaixo:

Figura 02: Fotografias na reportagem de Veja

Nessa publicação, a fotografia de alguns locutores agenciados como enunciadores trazem seus pontos de vista por meio do discurso relatado, o que, ao nosso ver, pode conduzir a um maior efeito de verdade da informação, reforçando o ponto de vista não positivo sobre as manifestações. As fotos nesse caso funcionam como uma espécie de perfil dos manifestantes.



Figura 03: Perfil dos manifestantes na reportagem de Veja

As legendas das fotos trazem o discurso relatado além de informações sobre idade, profissão, renda e motivos dos manifestantes participarem dos protestos com legendas do tipo “PELOS AMIGOS” ou a “CAUSA É DE TODOS”. Essas fotografias, geralmente, são de pessoas que, de acordo com o locutor da reportagem, não são usuárias do transporte público, que não precisam dele no dia a dia ou que protestam para diminuir os efeitos do aumento nas contas dos pais “que bancam seus estudos”. Como podemos notar, as enunciações relatadas pelo locutor jornalista (des) qualificam os agentes como porta-vozes dos protestos.

Além das fotografias, há, ainda, um infográfico¹⁹ que ocupa quase uma página da reportagem e traz informações sobre manifestações ao redor do mundo, nomeadas como: A batalha de Seattle, Wall Street ocupada (Occupy Wall Street), Toronto contra o G20, Davos e a globalização. A tendência das informações apresentadas em síntese no infográfico é a de

¹⁹ Conforme arquivo digital anexo a esta pesquisa.

ressaltar o caráter violento das manifestações ao redor do mundo. Consideramos que a seleção das fotografias e as informações contidas no infográfico corroboram para a sustentação do ponto de vista negativo sobre o qual a opinião acerca das “Jornadas de junho” foi construída nessa publicação.

6.1.2.2 A REPORTAGEM DE CARTA CAPITAL: “PAREM DE SUBESTIMAR O POVO”



Figura 04: Capa de Carta Capital e primeiras páginas

Em *Carta Capital* a reportagem de capa é composta por sete páginas. O título de capa traz os seguintes dizeres “PAREM DE SUBESTIMAR O POVO” e foi elaborado em formato de cartaz portado por uma figura que remete aos manifestantes em uma referência explícita ao modo de comunicação dos protestos. Abaixo vem o subtítulo “NINGUÉM CONTROLA A RUA” “As tentativas até agora fracassadas de manipular os protestos”. A ilustração de capa parece intencionar ou ao menos sugerir que a publicação traz a voz das ruas. No entanto, os enunciados não são atribuídos aos manifestantes. Na capa, é o locutor jornalista que parece assumir os pontos de vista dos enunciados “Parem de subestimar o povo” e “Ninguém controla a rua”.

Assim como em *Veja*, *Carta Capital* também abre a reportagem com a fotografia de uma concentração de manifestantes junto ao título de abertura “A MASSA INCONTROLÁVEL”, fazendo uma apresentação dos protestos e da sua capacidade de alcance das grandes capitais de todo o país, como vemos em “Os atos se multiplicam em escala imprevisível, assim como as tentativas de manipulação dos rebeldes. A insatisfação difusa dos jovens desafia os governos e os partidos”, sugerindo a dificuldade dos governantes em compreender e dialogar

com os manifestantes, bem como a mudança de opinião de setores das mídias e partidos políticos sobre as manifestações.

Carta Capital destaca, ainda, a fotografia de um manifestante encapuzado segurando uma placa de sinalização, a cena ao fundo é apresentada com muito fogo e estilhaços, com foco nos atos de vandalismo.

É importante ressaltar que, diferentemente da reportagem de *Veja*, que se restringe em ilustrar a reportagem com fotografias de manifestantes e dos atos, em *Carta Capital* existe um diálogo constante com o universo da política.



Figura 05: representação política em *Carta Capital*

As fotos destacam políticos em posições reflexivas que denotam alguma preocupação ou irritação. A legenda confirma a posição desfavorável dos políticos diante das manifestações “Acuados. Alckmin, Haddad e Paes tentam conter os danos.”. Hoffmann afasta Dilma de movimentos sociais” e, na Fotografia do ministro, “A oposição é mais confiável que o ministro Cardoso”. O locutor jornalista assume os pontos de vista expressos nessas legendas, pois os enunciados não são atribuídos aos políticos retratados.

Outro fato notável é que, na reportagem de *Carta Capital*, quase uma página é ocupada por uma entrevista com o presidente do Partido dos Trabalhadores, Rui Falcão, a quem se dá um significativo espaço de palavra. As questões que direcionam a entrevista giram em torno da convocação tardia da militância do PT (Partido dos Trabalhadores) aos movimentos, avaliação dos protestos, alianças do governo federal com setores mais conservadores e os

efeitos delas para o PT. Coloca em destaque posições políticas e ideológicas no interior da discussão sobre os protestos.

Os locutores agenciados como enunciadores se relacionam mais ao campo político e a especialistas. Os manifestantes, diferentemente de Veja que traz o destaque por meio de fotos, tem sua voz em destaque apenas no texto.

Outras fotografias representam manifestações em algumas capitais do país tais como Brasília, Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Maceió e Salvador. Como vemos abaixo:

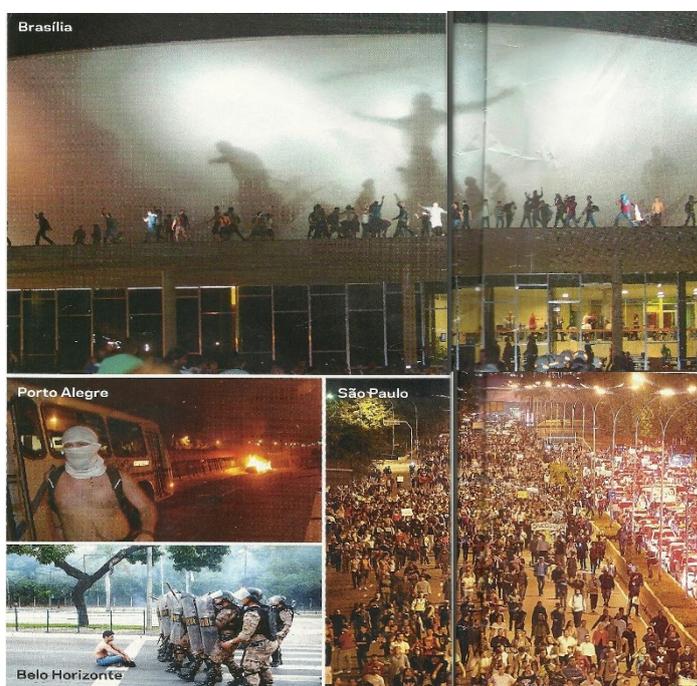


Figura 06: Manifestações nas capitais do país

Consideramos que a inserção dessas fotos contribui para o ponto de vista favorável do corpo editorial às manifestações, pois além de apresentarem os protestos sob um ponto de vista que não ressalta a violência, reforçam uma crítica à postura das lideranças políticas no que se refere aos protestos, mas, ao mesmo tempo, justifica a atuação de alguns atores políticos ao trazerem para o espaço da reportagem seus pontos de vista.

6.1.2.3 REPORTAGEM DE ISTOÉ: “NADA JUSTIFICA A VOLTA DA REPRESSÃO”



Figura 07: Capa da revista Istoé e primeira página da reportagem

A reportagem de capa de Istoé possui 11 páginas e seu conteúdo está disponível no *site* da revista. No título, a revista parece fazer um jogo enunciativo que reside nas diferentes formas utilizadas pelos recursos tipográficos. O início do título “NADA JUSTIFICA” vem posicionado com letras menores que “A VOLTA DA REPRESSÃO” o destaque da capa é dado a essa asserção. Logo abaixo, o subtítulo ressalta: “Os movimentos sociais renascem em todo o país e são respondidos à bala por uma polícia despreparada”. A foto parece conferir à capa um efeito visual que encena um movimento, sugerindo uma ação da polícia contra os manifestantes.

Assim como em *Veja*, a publicação de Istoé é bem ilustrativa, com fotografias bem distribuídas em todas as páginas. A fotografia que ilustra a abertura da reportagem traz policiais militares com a seguinte legenda: “Na quinta-feira 13, PM cerca manifestantes na rua da consolação, em São Paulo, que protestavam pacificamente e usa balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo”.

A maior parte das fotografias ilustram ações dos manifestantes e da Polícia Militar ora em atos pacíficos ora destacando a violência, apenas uma foto focaliza atores políticos.

A inserção da foto com atores políticos tem como objetivo ancorar as críticas do locutor acerca do comportamento e da atuação da classe política e da polícia durante os protestos. A foto foi inserida com a legenda em letras vermelhas “Enquanto isso em Paris”, abaixo da foto, o subtítulo “Em meio à crise nas ruas, o prefeito paulistano Fernando Haddad, o vice-presidente Michael Temer e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, encontravam-se

em Paris na terça-feira, 11, em solenidade”. A foto destaca certo tom de despreocupação do poder público no que se refere aos acontecimentos.



Figura 08: Istoé destaca atores políticos em Paris durante os protestos

Além das fotos, por meio de infográfico²⁰, em uma espécie de linha do tempo, a publicação retoma outras manifestações que diferem no tempo-espço, mas que possuem efeito de analogia, tais como: Paris protestos de estudantes de maio 1968, Estados Unidos 1967 contra a guerra no Vietnã, Brasil 1984 com a campanha pelas “Diretas já”, 1992 campanha pelo Impeachment de Fernando Collor de Melo, Paris 2007 contra a eleição de Nicolas Sarkozy, 2011 protestos pela democracia na Tunísia, 2011 protesto contra o presidente Hosni Mubarak no Egito, 2011 protestos contra pacote de austeridade na Grécia, 2011 protestos em Londres após a morte de um jovem da periferia.

Como nosso objetivo é o de observar a construção da opinião sobre as manifestações nas reportagens selecionadas não nos deteremos a explicar os protestos elencados pelo infográfico da revista. No entanto, vale citá-los aqui, pois acreditamos que a inserção das informações do infográfico assume o papel de fazer uma analogia das “Jornadas de junho” com os movimentos mencionados reforçando o ponto de vista favorável (histórico) da publicação em relação às manifestações.

²⁰ Disponível no arquivo digital desta pesquisa

No próximo tópico, faremos uma breve análise temática das publicações tentando verificar como os assuntos abordados pelas reportagens buscam garantir os efeitos das visadas de captação e de informação.

6.2 ANÁLISE TEMÁTICA

Na tematização, pretendemos verificar por meio de quais perspectivas as publicações inserem os acontecimentos problematizados.

As instâncias de informação midiáticas nos fornecem um conjunto de operações discursivas ancoradas na linguagem e que permitem uma mediação entre o mundo social e sua produção de sentidos. Para isto, é necessário que as mídias de informação recortem os “fatos”, por meio da tematização, para que possam ser discursivizados no interior de um dispositivo de comunicação de modo a problematizá-lo, torna-lo inteligível e relevante.

A tematização do mundo referencial se configura como um procedimento discursivo importante para este trabalho. É aqui compreendida como “aquilo de que se fala, o projeto que se tem em mente ao tomar a palavra; o que é, afinal proposto?” (CHARAUDEAU, 2015, p. 187), pois é a partir das escolhas temáticas, existentes em nosso *corpus*, que construiremos nossas hipóteses explicativas acerca da construção discursiva dos acontecimentos.

A midiática desses acontecimentos – as “Jornadas de Junho” – possibilitou que a população tomasse consciência dos fatos que não eram comuns à rotina das cidades em que ocorreram, assumindo um caráter de excepcionalidade. Esse caráter excepcional de rompimento com o que é habitual fez com que as manifestações ganhassem espaço nas principais mídias de informação jornalística, cada qual com um recorte ou tematização específica, mas que, de modo geral, não fugiram dos principais aspectos que permearam os acontecimentos.

Consideramos que a escolha temática das publicações analisadas se ancora em um recorte memorial de episódios políticos – tais como o processo de redemocratização, o período

ditatorial brasileiro²¹, os recentes acontecimentos políticos e, ainda, sobre a opinião acerca da primeira fase das manifestações – funcionando como uma aposta nos possíveis sentidos que essa rememoração poderia suscitar por uma ativação e associação aos valores simbólicos de ideais democráticos e culturais compartilhados pelo possível leitorado de cada uma das publicações.

Nesse sentido, a tematização pode conduzir o percurso interpretativo a ideais fixados de comportamento que são pertinentes a zona leitora de cada uma das publicações em foco. A tematização, na mídia de referência, se organiza em unidades culturais pragmáticas e simbólicas e é ela que atende ao princípio de relevância do discurso da informação. Para Emediato (2013, p. 80):

A informação midiática se caracteriza por uma comunicação ostensiva de notícias com valor simbólico pertencendo a domínios temáticos supostos pertinentes para um certo leitorado planejado. Esse tipo de informação necessita de um fundo (*arrière-fond*) de representações (uma memória) para produzir o maior número possível de efeitos contextuais e implicações.

A análise que propomos apreende o discurso da mídia de informação como uma estratégia (consciente/ inconsciente) de discurso. Nesse sentido, Emediato (1996, p. 48), ao retomar as formulações de Pêcheux (1969), afirma que, ao falar, estrategicamente, o locutor levanta algumas hipóteses a si mesmo, de como deverá ser sua relação com o interlocutor dentro das restrições impostas pelo contrato de comunicação: “*como vou/ devo falar, considerando a forma como percebo o interlocutor, o que eu imagino que ele percebe ou espera de mim, o saber que eu e ele temos em comum os papéis que ele e eu devemos representar?*”²².

Assim a tematização não é uma escolha aleatória dos veículos de comunicação, pelo contrário, é estrategicamente pensada em função do imperativo de captação a que as mídias estão submetidas em sua zona de concorrência.

²¹ Tópico já bastante discutido em SOARES, J.S.B. *A construção identitária das manifestações na mídia impressa: procedimentos argumentativos e referenciais*. 2014. 102 f. Monografia (Graduação em letras) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Ibirité, 2014.

²² Grifos nossos.

6.2.1 MODOS DE TEMATIZAÇÃO

Nessa parte das análises deteremos nos somente nos títulos de capa, pois consideramos que eles podem condensar informações sobre a tematização proposta. Ademais, a reportagem será bastante estudada dentro das perspectivas dos Modos de Organização do Discurso.

A tematização midiática, de acordo com Emediato (2013), está vinculada ao espaço público, o sujeito informante “dá a ver” os objetos discursivos dentro de um paradigma (a tematização do mundo social) oferecendo, de modo explícito ou implícito, as perspectivas éticas de problematização.

Assim, o sujeito comunicante escolhe quais as facetas dos objetos serão “dadas a ver”, sob quais ângulos discutirá os acontecimentos, como um modo de impor um limite ao que será discutido e de atrair o olhar do leitor às questões propostas de acordo com o recorte escolhido por cada uma das publicações. Os objetos discursivos são colocados em evidência por meio de uma das suas faces. O que equivale a dizer que há uma não representação do todo do acontecimento, ocultando outras partes em função de pré-construídos culturais que não são neutros²³.

Nas três reportagens, as problematizações temáticas foram feitas por meio da inserção de um título, com tipografia que garante seu destaque, e um subtítulo que funciona como um modo de inserir as explicações que serão propostas.

Observamos que os destaques tipográficos que figuram as capas das publicações de *Veja* e de *Istoé* propõem uma tematização por meio de asserções de evidência, respectivamente, “A REVOLTA DOS JOVENS” e “A VOLTA DA REPRESSÃO”.

Em *Veja*, a asserção é seguida de uma problematização por um questionamento: “Depois dos preços das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?” O sujeito comunicante problematiza as manifestações a partir de uma perspectiva que enfatiza a preexistência de uma revolta, por meio das nominalizações e suas pressuposições, algo que já está aí, exprimindo seu ponto de vista crítico, seguido de um questionamento que o coloca em uma posição de um

²³ Notas da disciplina *Análise do discurso e cognição social*, ministrada pelo Prof. Dr. Wander Emediato de Souza no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, no período de 15 de março a 28 de junho de 2016

provável não saber. Comportamento curioso já que, de acordo com Charaudeau, uma das visadas das mídias de informação está relacionada a oferecer um saber a quem não o possui. Por isso, tais interrogações têm efeito problematizante e retórico.

Esse suposto não saber pode funcionar como uma estratégia que convida o leitor a conhecer mais sobre os acontecimentos, ou seja, o que o sujeito informante tem a dizer sobre a evolução dos protestos ou por quais outros motivos esses jovens estariam revoltados, ocupando as ruas e promovendo atos de vandalismo, como sugere a fotografia que ilustra a capa, seria apenas “contra o aumento”?

Desse modo, supomos que o leitor é estimulado a refletir sobre a questão de acordo com o viés que se coloca na problematização. A memória de fatos recentes na vida pública da sociedade brasileira ancora a questão proposta, tais como os recentes escândalos de corrupção e, uma insatisfação com a segurança pública. Além da massiva cobertura midiática na semana em que estouraram os protestos suscitando o leitor a retomar uma memória dos fatos mais recentes.

Na publicação de *Istoé*, as asserções “NADA JUSTIFICA A VOLTA DA REPRESSÃO: os movimentos sociais renascem em todo o país e são reprimidos à bala por uma polícia despreparada” rememoram, por analogia, períodos ditatoriais em que as ações militares contra civis foram, posteriormente, fortemente criticadas, acionando a memória episódica dos leitores.

A problematização circunda sobre a atuação das polícias militares em todas as capitais do país no que se refere a suas ações de “repressão” contra os protestos. No interior da reportagem, é possível verificar um posicionamento desfavorável a essa forma de atuação. A asserção “NADA JUSTIFICA A VOLTA DA REPRESSÃO” indica o viés de tratamento do acontecimento, ou seja, a atuação da polícia militar é injustificável.

Como vemos, a asserção de evidência sugere que os fatos são como estão sendo relatados pela reportagem, a fotografia auxilia na ancoragem desse ponto de vista, já que, como dissemos, coloca, também em evidência, a posição de superioridade da polícia militar em confronto com uma posição mais desfavorável de manifestantes.

A segunda asserção destaca a condição de necessidade da existência de movimentos sociais “que renascem em todo país”, mas são respondidos a bala “por uma polícia despreparada”.

Nesse caso, o ponto de vista parece intencional a mobilização de uma indignação no leitorado com as ações da polícia militar já que o período de repressão ainda pode ser uma memória recente para parte da sociedade brasileira. Assim a tematização, funciona como uma estratégia de captação desse leitor que, possivelmente, terá sua indignação despertada por meio de um recorte dos fatos que é associado a essa memória episódica compartilhada pela sociedade.

Em *Carta Capital* a tematização se ancora em um processo também memorial, entretanto em uma memória de fatos recentes. O título “PAREM DE SUBESTIMAR O POVO: ninguém controla a rua” sugere um diálogo com outros discursos, nesse caso, é necessário que o leitor tenha tido acesso às demais produções midiáticas que abordaram as manifestações, e assim, tenha conhecimento sobre a posição dos principais veículos de comunicação e sobre o posicionamento dos atores políticos no que concerne à avaliação das manifestações e de uma suposta tentativa de apropriação dos movimentos populares.

Em síntese, na reportagem de *Veja*, a temática geral se refere ao comportamento dos manifestantes e à pertinência das reivindicações em comparação com outros movimentos que marcaram a vida política e social brasileira, na de *Carta Capital* o tema gira em torno da mudança de opinião de algumas mídias sobre os protestos e dos resultados alcançados pelos manifestantes, já, em *Istoé*, a reportagem se desenvolve em torno da repressão policial a manifestantes e a jornalistas, como já dissemos, por meio de uma analogia a períodos ditatoriais enfrentados no Brasil.

No quadro a seguir, buscamos identificar os assuntos que são desenvolvidos no interior das reportagens e que tem alguma relevância para a tematização geral que foi proposta. De certa forma, as escolhas das publicações atendem à visada de informação, retoma aspectos que circularam no espaço social de modo a problematiza-los e tornar o acontecimento inteligível ao seu interlocutor, mas podem igualmente funcionar como estratégias de captação e de focalização da atenção da sua zona leitora.

Quadro 02: Assuntos que ancoram a tematização geral

Veja	Carta Capital	Istoé
Assuntos		
Democracia	Mudança de opinião de algumas mídias	Repressão policial
Liberdade	Resultados dos protestos	Regime militar
Aumento de passagens	Movimento Passe Livre	Manifestações e cidadania

Ditadura militar	Manifestantes de direita	Agressão a jornalistas
Ação da polícia Militar	Participação de partidos de esquerda	Movimento Passe Livre
Vandalismo	Comportamento político	Aumento das passagens
Atuação de partidos de esquerda	Capacidade de organização dos protestos	Anarco-punks
Movimento Passe Livre	Atuação da Polícia Militar	
Economia	Juventude e política	Reação política
Direitos políticos		
Juventude e política		

CAPÍTULO VII: ANÁLISE DOS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO DAS REPORTAGENS

Neste capítulo, faremos uma análise do funcionamento discursivo das categorias anteriormente explicitadas nas grades de descrição, conforme Anexo A. Os procedimentos disponibilizados pelos Modos de Organização do Discurso, agora, receberão um tratamento qualitativo a fim de melhor explicarmos o funcionamento de cada uma das categorias, aqui entendidas como estratégias discursivas, na produção de efeitos de sentido de objetividade ou de subjetividade.

7.1 A CONSTRUÇÃO DO PONTO DE VISTA NO MODO ENUNCIATIVO

A análise do *Modo Enunciativo* tem como objetivo destacar o procedimento de construção do ponto de vista enunciativo nas reportagens que figuram como *corpus* dessa pesquisa. Para tanto, consideraremos os seguintes comportamentos Enunciativos: Delocutivos, Alocutivos e Elocutivos. A descrição dos atos enunciativos teve como objetivo ordená-los de acordo com as categorias de língua elencadas pela Teoria Semiológica (CHARAUDEAU 2009 [1983]), Conforme as grades do anexo A.

Como dito anteriormente, os Modos de Organização serão compreendidos como estratégias de discurso, como forma de reforçar o apagamento enunciativo do locutor ou de reforçar a sua credibilidade como instância informativa que detêm um saber sobre os acontecimentos, dando aos discursos uma aparência de objetividade e de verdade evidente. Entretanto, nenhum discurso pode ser considerado neutro e, por isso, buscamos, com a análise qualitativa, destacar os traços discursivos que podem demonstrar como o sujeito comunicante interpreta a realidade e se engaja subjetivamente na construção da notícia.

Como exposto, ao discorrer sobre os *Modos de Organização do Discurso*, Charaudeau (2009 [1983], p.74) aponta que o *Modo de Organização Enunciativo*, em função de um “*aparelho enunciativo*”, “comanda” os demais modos. Em consequência dessa afirmação, nossas análises buscarão perceber, tanto no Modo Enunciativo quanto nos demais modos de organização, como a inscrição do sujeito se configura nas reportagens, dito de outra forma, por meio de quais estratégias ou jogos discursivos o sujeito busca se esconder em função das condições impostas pelo *Contrato de Comunicação*.

Levando-se em conta o aparente efeito de objetividade e o mito da imparcialidade, aspectos que permeiam as instâncias de informação jornalística, nesta etapa, buscamos estudar o gênero reportagem a fim de verificar como é marcado o ponto de vista do sujeito comunicante, ou seja, através de quais estratégias linguístico-discursivas o sujeito comunicante deixa escapar seu ponto de vista que pode se apresentar por meio de marcas aparentemente objetivas, mas que podem deixar traços do seu investimento subjetivo.

Na análise do *Modo Enunciativo*, partiremos da hipótese de que o enunciador se faz presente no discurso e a sua inscrição subjetiva encontra-se mais na sua relação com os objetos do que em um engajamento marcado formalmente. Nesse caso, “trata-se mais dos valores de um objeto para um sujeito que os do sujeito em ação (marcas do aparelho formal)” (DAHLET, 1997, p. 202, citado por RABATEL, 2013, p. 26), considerando que a configuração do discurso jornalístico se constitui pelo apagamento enunciativo em busca de uma objetividade, muitas vezes ficcional, que lhe garanta credibilidade como fonte de informação jornalística.

7.1.1 O COMPORTAMENTO DELOCUTIVO UM PONTO DE VISTA APARENTEMENTE OBJETIVO

Os dados da grade descritiva (1) nos trouxeram informações importantes sobre a configuração linguístico-discursiva das reportagens. Nota-se que o comportamento enunciativo predominante nas mídias jornalísticas analisadas é o que corresponde ao ato Delocutivo e suas modalidades: a *asserção* e o *discurso relatado*.

Nesse caso, podemos considerar que as publicações que compõem nosso *corpus* atendem ao contrato de comunicação informativo, pois, no comportamento *Delocutivo*, a realidade se apresenta como um efeito de evidência, deslocada das intencionalidades do sujeito comunicante. O locutor figura como testemunha dos discursos de terceiros, portanto externos, que se impõem sobre ele, tornando os atos de linguagem, aparentemente, objetivos e sem sua (do locutor) intervenção. Entretanto, de acordo com Charaudeau (2009 [1983]), todo ato de linguagem está vinculado a um sujeito comunicante e a um ponto de vista sobre o mundo.

O comportamento *delocutivo* será analisado como um jogo protagonizado pelo sujeito falante, uma estratégia discursiva, consciente ou inconsciente, que permite ao sujeito se apagar de seu ponto de vista. Na acepção de Charaudeau (2009 [1983]), esse ato de linguagem seria como

um *jogo* protagonizado pelo sujeito falante, tornando possível que o sujeito desapareça por completo de sua enunciação, deixando, então, que o discurso fale por si mesmo.

Diremos que esse jogo permitirá que a enunciação assuma contornos ora mais objetivantes, ora mais subjetivantes. Como dito anteriormente, a fim de complementar os estudos propostos, além dos postulados de Charaudeau (2009 [1993]), nossa análise qualitativa se servirá também de estudos de Kerbrat-Orecchioni (1980), trabalhados por Emediato (1996) como subjetivemas.

Para Charaudeau, o ato Delocutivo se caracteriza pela ausência de marcas de 1º pessoa (eu) e 2º pessoa (tu), nesse caso, no discurso jornalístico, o ponto de vista do sujeito comunicante não se revela na *mise-en-scène* enunciativa por marcas explícitas, mas por expressões que se fixam no referente. Assim, pode-se dizer que há, no discurso das mídias de informação, uma ocultação da subjetividade do locutor: esta pode se revelar por meio de expressões apreciativas e por meio dos marcadores de modalidade do *discurso relatado* e da *asserção*.

Os recortes que se seguem foram realizados com o objetivo de melhor explicitar os recursos mobilizados pelo locutor na construção do discurso. Entretanto, é importante enfatizar que no discurso das mídias analisadas, as categorias de *discurso relatado* e *asserção* funcionam em conjunto, a fim de alcançar os objetivos do sujeito falante. A distinção entre uma e outra categoria atende a imperativos metodológicos desta pesquisa para maior comodidade nas análises propostas.

Nas recorrências de *discurso relatado*, foram privilegiadas as modalidades que apresentam uma fonte de origem explícita.

Nos atos em que se verificaram algumas estratégias do locutor para que o discurso assumira um contorno mais objetivante, nota-se o uso de recursos para que este se desprenda e não se comprometa com os dizeres:

(7) “Em todo o mundo parece haver um conflito entre a juventude e a política. Os jovens não se sentem representados pelos partidos e querem respostas rápidas às suas novas demandas”, *disse* à VEJA Jordi Tejel Gorgas, historiador e sociólogo do Instituto Graduate, de Genebra – (Veja)

(4) “Muitos deles [jovens] rejeitam as forma tradicionais de organização política expressam nas ruas uma insatisfação que talvez nem eles saibam resumir”, *afirma* Renato Janine Ribeiro – (Carta Capital)

(3) “Consegui marcar uma entrevista a sós com um deles”, *conta* o senador Wellington Diaz, ex-governador e principal liderança política do estado “Queria entender o que pretendiam [os responsáveis por atos de vandalismos]. É outro mundo. Eles eram contra o sistema. Queriam quebrar tudo. São adversários de toda autoridade, desprezam as leis. O simples fato de encontrar-se com um político, como eu, já era perigoso e condenável” – (Istoé)

Nos exemplos, os excertos figuram como o propósito de relatar um enunciado produzido por outro locutor em um outro momento de enunciação, distinto do ato de enunciação das reportagens. Nesse sentido, o sujeito enunciador atua como um relator, procurando demonstrar “o que o outro diz” e como diz sem fazer interferências, sem se responsabilizar ou sem se comprometer com o que foi dito pelo locutor de origem.

Ao empregar o *discurso relatado* o locutor procede a uma *mimese*, uma encenação, visando a criar um efeito de objetividade e de seriedade. Porém, de acordo com Maingueneau (2013, p. 182), trata-se de uma reconstrução efetivada pelo sujeito que relata, ou seja, uma descrição subjetiva de uma outra situação de enunciação, condicionando a interpretação do discurso citado. A presença do sujeito comunicante, ou do relator, pode ser notada por meio do emprego dos verbos de dizer. Ao usar os verbos *dicendi* (*diz, afirma, conta/dizer, afirmar, contar*), o locutor atribui o dito a terceiros (Jordi, Renato, Wellington) relatando com o maior efeito de realidade possível, ou seja como ouviu.

No recorte (7), o verbo (disse) marca um distanciamento do locutor que atribui os dizeres ao locutor de origem do modo mais objetivo possível. Já, no excerto (4), por meio do verbo *dicendi* (*afirmar*) o jornalista enfatiza a certeza do locutor de origem e o institui como uma autoridade sobre a questão que parece corroborar com seu [do locutor relator] ponto de vista. O recorte (3) apresenta uma natureza de discurso relatado diferente dos outros dois exemplos, o locutor apresenta o ponto de vista do locutor de origem que *conta* (*narra*) o que viu/ ouviu, ou seja, o efeito de verdade se ancora em uma experiência pessoal (fala em 1º pessoa) desse locutor de origem, como se o locutor dissesse ao leitor: *Ele esteve lá é verdade o que ele diz!* Visando a um efeito de testemunho que confere uma maior força ao efeito de objetividade.

A convocação do ponto de vista do locutor de origem corrobora com o discurso da instância de comunicação que apresenta um ponto de vista divergente da maior parte da cobertura midiática que, no início dos protestos, de modo generalizado, criminalizou os participantes

dos protestos. Nesse caso, o objetivo pode ser considerado como o de definir quem foram os manifestantes que provocaram atos violentos, evitando, com isso, generalizações.

A presença do locutor, configurada pelos verbos *dicendi*, nessa modalidade do *discurso relatado* não nos parece muito relevante, dada a obviedade da presença de um relator que reconstitui o discurso de um terceiro a fim de construir seu próprio discurso. A operação mais relevante para a nossa análise se refere às escolhas, ou seja, com a seleção de vozes operadas pelo sujeito comunicante e como as manipula em função do processo de co-construção dos sentidos. De acordo com Emediato (2013, p. 88), nesse caso, o locutor apagado oferece aos leitores os pontos de vista de outros atores sociais sem a necessidade de parafraseá-los ou de comentá-los, pois conta com o trabalho de co-enunciação de seus leitores.

As mídias de informação jornalística selecionam quais e de quem serão os atos relatados no interior de seu discurso em função de variáveis que vão desde a linha editorial, da orientação ideológica à conjuntura política, na qual o acontecimento é construído (MENDES, 2013). Nesse sentido, vale lembrar que a representação dos últimos anos foi marcada por significativas mudanças econômicas, impulsionando transformações nas relações de consumo e de renda de determinada parcela da sociedade. Entretanto, a qualidade e a abrangência de investimento ou na gestão dos serviços públicos não alcançaram as novas demandas da sociedade.

Nesse sentido, diremos que a seleção operada nos recortes (7) e (4) podem ser consideradas como um processo de transformação no qual em (7) dizer que existe “uma relação conflituosa” entre os jovens e a política seria como dizer que ainda existe um diálogo institucional e cidadão, mesmo que esse seja um momento que reflita a desestabilização existente na relação entre os jovens e a vida política do país, manifestada nas ruas das grandes capitais. Já, em (4), ao dizer que existe uma “rejeição”, o locutor de origem radicaliza seu ponto de vista o que parece ser equivalente a dizer que há um rompimento com as instituições na figura de partidos ou de políticos.

Entretanto, nos trechos (7) e (4), em maior ou menor grau, o leitor é levado a inferir que existe um processo de relativo afastamento ou uma disjunção entre a juventude e as formas institucionalizadas de organização política. Podemos considerar uma suposta quebra no contrato político e uma ruptura da relação entre os jovens e as instituições por desconfiarem de um sistema que incentiva que “os cidadãos menosprezem a representação” (NOGUEIRA,

2013, p. 156). Fato, notadamente, presente nas manifestações que, em sua maioria, rejeitaram a participação de políticos ou de partidos nas manifestações e, ainda, o constante questionamento acerca da corrupção política e da gestão de recursos públicos.

Carta Capital apresenta uma tendência de discurso relatado em que o verbo de dizer pode qualificar o locutor de origem:

(2) “O pessoal pode até pedir para baixar a bandeira [dos partidos], mas arrancar à força é uma atitude de fascista”, queixou-se Eduardo Silva, de 30 anos, da Juventude do PT – (Carta Capital)

(1) “O PT não tem medo de povo nas ruas”, justificou [Rui Falcão] em entrevista à Carta Capital – (Carta Capital)

Em (2), a marca verbal do discurso citado permite que o locutor de origem seja qualificado como “vítima”, denotando uma clara interpretação dos dizeres do locutor de origem pelo jornalista, ou seja, hipoteticamente pode-se dizer que o locutor de origem foi “vitimizado por manifestantes fascistas”. O conteúdo do dizer remete a posições políticas e ideológicas bem marcadas, conduzindo a uma distinção entre manifestantes ditos de esquerda e de direita. No excerto (1), ao dizer que o locutor de origem se justificou o enunciador expõe seu ponto de vista na medida em que qualifica uma conduta político-partidária, digna de justificativa. Portanto, nesse caso dizer que houve uma justificativa equivale, hipoteticamente, a dizer que “houve um motivo plausível”, ou seja, “o partido errou em não apoiar a manifestações, mas reconheceu seu erro”, o que nos revela um ponto de vista favorável à nova conduta assumida pelos representantes do Partido dos Trabalhadores.

Para Mouillaud (2012, p. 135), o discurso jornalístico utiliza estratégias para conferir às vozes o efeito que reproduz, isto significa que, no interior do discurso, é possível notar o efeito do agente e o efeito da fonte. A estratégia de identificação do locutor de origem faz dele a referência do discurso jornalístico mesmo que a fala citada seja uma estratégia de distanciamento ou empregada de modo estratégico pelo locutor relator a fim de reforçar os efeitos de sentidos intencionados e alcançar as expectativas do contrato de comunicação. Isso significa que a estratégia de apagamento enunciativo carrega intenções interpretativas não explícitas nos discursos analisados (RABATEL, 2013, p. 55).

É importante destacar uma outra forma de apresentação do locutor de origem que merece nossa atenção, mesmo não sendo uma tendência da publicação de Veja – houve somente uma ocorrência – trata-se da modalidade de discurso relatado em que o ator social é uma instituição. Na acepção de Maingueneau (2013), a indefinição marca um locutor de origem genérico.

(1)“Esse movimento cresceu como hospedeiro de interesses políticos e se tornou um vetor de violência”, disse um agente de inteligência da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo – (Veja)

Nesse excerto, a Secretária de Segurança Pública se constitui como uma autoridade sobre a questão da violência. A escolha de dar voz a uma instituição como ator social pode revelar o valor que a instância de comunicação e seus leitores atribuem às instituições como fonte garantidora de credibilidade. Porém, o fato de o locutor relator não identificar o responsável específico pelo dito pode, supostamente, enfraquecer seu efeito de objetividade, levando o leitor “a desconfiar dessa fonte”. O jornalista parece ter a intencionalidade de proteger-se do ponto de vista relatado ao atribuir o enunciado a um terceiro denominado de modo genérico, mas em contra partida coloca em “dúvida se ela cumpre realmente o dever de informar” (CHARAUDEAU, 2013, p. 170).

O locutor de origem introduzido de modo genérico, não individualizado, permite que um leitor mais crítico julgue a pertinência do conteúdo do seu dito. Não ignorando o fato de que os procedimentos de identificação que constituem o dito possam ser pertinentes aos leitores de Veja, recorremos aos estudos de Ducrot (*apud* EMEDIATO 2013, p. 89) para quem “o discurso comporta nesse caso um conteúdo (des) qualificante e problemático”, pois o dito não parece estar em conformidade com o *status* (sério) da instituição evocada como origem, levando, possivelmente, a um questionamento da fonte. Nesse caso, essa declaração pode conduzir um a um efeito de opinião que reside, principalmente, nas qualificações “hospedeiro” e “vetor de violência”, uma analogia que faz parte do jogo discursivo empregado pela instância de comunicação.

Nota-se que os três discursos jornalísticos se posicionam de forma a alcançar maior efeito de sentidos de objetividade, de realidade e de verdade por meio do comportamento enunciativo *delocutivo* com o emprego do discurso direto ou discurso citado na acepção de Charaudeau

(1992/ 2009). De acordo com Mouillaud (2012, p. 139), as modalidades de citação podem ser interpretadas como estratégias “entre o enunciado reprodutor e o enunciado reproduzido”.

Além das formas de discurso relatado, anteriormente exemplificadas, as reportagens de Veja e de Carta Capital apresentaram uma tendência ao emprego de uma forma de citação um tanto complexa que diremos integrada na acepção de Charaudeau (2009 [1983]), ou híbrida, pois se aproxima da forma proposta por Maingueneau (2013), na reconstrução dos dizeres de alguns atores sociais.

(9) PELOS AMIGOS Marília Thomazzi, de 29 anos, estaria mais à vontade em uma passeata contra o aumento da gasolina. “Uso carro diariamente pela rapidez de locomoção, já que trabalho como corretora de imóveis e preciso ir de apartamento a apartamento”, *afirma*. Transporte público, ela só utiliza *eventualmente*, três ou quatro vezes por mês, geralmente nos dias de rodízio. Marília *diz* não ter um partido político de sua preferência e nunca participou de movimentos populares. Sua renda de 5000 reais mensais não será prejudicada com esse aumento. Mesmo assim ela foi ao teatro municipal de São Paulo na quinta- feira passada protestar, atendendo a um convite de amigos que já estavam lá – (Veja)

(6) Na segunda 17, com 230 mil manifestantes nas ruas, Dilma *elogiou* em nota os protestos pacíficos, legítimos e próprios da democracia, *afirmou*. Formada na luta contra a ditadura, aproveitou uma cerimônia no dia seguinte e foi além. *Disse* que o Brasil tinha acordado “mais forte” e que era bom ver a defesa por um país melhor. “O meu governo está ouvindo essas vozes pela mudança. O meu governo está empenhado e comprometido com a transformação social” – (Carta Capital)

Apesar dos recortes apresentarem de modo bem marcado o discurso direto carregam também traços de outras formas do discurso relatado. O fragmento do discurso citado foi isolado pelo sujeito relator a fim de marcar o que é de sua responsabilidade e o que pertence ao locutor de origem. Essa parte isolada é manipulada pelo relator, pois, ao mesmo tempo ele cita, menciona e emprega os dizeres do locutor de origem na construção do seu (sujeito comunicante) ponto de vista (MAINGUENEAU, 2013). Podemos dizer que existe um caso em que as vozes do locutor e do locutor de origem se colocam em relação e oposição, além de uma relação em que o sujeito comunicante se coloca em posição de superioridade em relação à voz do discurso evocado, já que se julga capaz de avaliar os dizeres e comportamentos do locutor de origem. A percepção de duas vozes é possibilitada uma por meio dos recursos tipográficos e a outra marcada por meio dos verbos *dicendi*.

Em (9), a modalização no eixo da possibilidade (“PELOS AMIGOS Marília Thomazzi, de 29 anos, *estaria* mais à vontade em uma passeata contra o aumento da gasolina”) confere ao posicionamento do locutor certo tom de ironia ou de zombaria (apreciação negativa), que parece retomar um discurso exterior, a voz de outros enunciadores. A ironia carrega um componente pragmático com a função de desqualificar o referente (KERBRAT-ORECCHIONI 1986, p. 102)²⁴. Nesse caso, a voz do locutor de origem é destacada com a finalidade de conferir um maior efeito de verdade ao ponto de vista do locutor.

Em (6), apesar de não ser possível recuperar os dizeres do locutor citado na situação original de enunciação, a hipótese é de que o jornalista faz uma interpretação dos dizeres do locutor de origem. A escolha verbal (*elogiou*) denota certo engajamento e apreciação favorável ao que foi dito pelo locutor de origem e, portanto, um comprometimento afetivo do locutor.

A mistura de vozes existentes no hibridismo desse tipo de discurso relatado²⁵ permite ao locutor um jogo em que, ora ele se mostra, ora se esconde. Para Vion (1988, p.199 *Apud* RABATEL 2013, p. 40), nesse caso, o locutor fala de modo a “brincar de esconde-esconde com suas opiniões” de modo a apagá-las até quase desaparecerem, assumindo uma “posição menor ou em contraponto”. O dito do locutor de origem ao mesmo tempo auxilia no apagamento enunciativo e corrobora para um reforço do ponto de vista do locutor, conferindo ao discurso certo efeito de objetividade e de realidade.

Outro aspecto observado, apenas em *Carta Capital*, foi o caso em que o locutor, ao invés de empregar um verbo de locução, opta por uma configuração em discurso indireto, na qual a configuração verbal denota uma ação ou um discurso relatado narrativizado (CHARAUDEAU, 2009 [1983]). Estratégia bastante estudada por Emediato (1996), porém com o emprego do verbo *atacar*.

²⁴ No original: “l’ironie comporte toujours en outre cette composante pragmatique particuliere: ironiser c’est toujours plus ou moins s’en prendre à une cible qu’il s’agit de disqualifier” (KERBRAT-ORECCHIONI 1986, p. 102).

²⁵ Para Authier-Revuz, o discurso direto, marcado, remete a uma alteridade enunciativa que se volta para a própria enunciação, focalizando a existência de um sentido especial ou de outro sentido “na voz de um enunciador outro”. Sendo este um jogo estratégico em que o falante intervêm no aspecto de aparente linearidade que compõe o enunciado, objetivando a construção de uma identidade discursiva que lhe é própria (2004, *Apud*, FIGARO, 2013, p. 36).

(24) Na terça 18, em evento comemorativo dos 25 anos de comemoração do PSDB, FHC mirou no PT – (Carta Capital)

Como vemos, esse recorte se apresenta de maneira aparentemente objetiva, através de um ato *delocutivo*, porém a escolha verbal e a escolha pelo discurso indireto narrativizado não podem ser ignoradas ou consideradas como escolhas neutras e, portanto, livres de apreciações do locutor, uma vez que, no discurso, o verbo (mirou) pode assumir uma significação ambígua. Consideração semelhante foi realizada por Emediato (1996) ao estudar o verbo *atacar*, nesse caso o discurso relatado narrativizado comporta uma ação, revelando certo investimento interpretativo do sujeito enunciador, que qualifica o dizer de origem como um ataque.

O efeito da manipulação do discurso relatado recai sobre o locutor de origem que pode ser potencialmente qualificado como “acusador”, dado o caráter polissêmico da escolha linguística. “O verbo, como toda marca formal, é polissêmico, [...] e pode corresponder a modalidades diversas, segundo o contexto linguístico”, nesse caso a situação de comunicação e a imagem que os parceiros da troca constroem de si e do outro será fator determinante para o processo interpretativo, tanto as marcas da interpretação do sujeito comunicante quanto o viés interpretativo disponibilizado para sujeito interpretante na figura de sujeito destinatário serão importantes para o alcance das intencionalidades da comunicação jornalística (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p. 95)

Por meio da interpretação do locutor, o locutor de origem se torna o agente de um ato de dizer que marca posições políticas e partidárias bem distintas, um governo de situação (PT) e uma oposição (PSDB) e direções ideológicas, que ao menos no plano discursivo, assumem, no cenário da política nacional, certo antagonismo “direita” e “esquerda”. Fato que pode ser confirmado no interior da reportagem com a recuperação do discurso citado (“É claro que a partir daí [das manifestações], os que são responsáveis, que estão no governo [PT], têm de perceber: as coisas não estão tão bem quanto eles pensam”).

A segunda parte do recorte nos possibilita observar a transformação operada pelo jornalista relator, fazendo com que o discurso de origem desapareça nos seus dizeres. Assim, o trecho em discurso relatado narrativizado pode ser considerado uma paráfrase de uma ação locutória que revela de modo mais visível a interpretação subjetiva da instância de produção. O excerto parece ser um exemplo da combinação entre *modus* e *dictum* na medida em que “remete a um

enunciador que não é o locutor” (RABATEL, 2013, p.33), pois sua fala não se expressa em palavras a não ser pela recuperação ao longo do texto.

Em *Carta Capital*, há uma preferência por asserções que nomeamos de *asserções elocutivas*, por conferirem ao discurso um efeito menos objetivo, no interior das quais classificamos o exemplo supracitado e os que se seguem:

(17) A capitulação das metrópoles *parece*, porém, incapaz de satisfazer o apetite da moçada (Carta Capital) – (Asserção, possibilidade)

(18) Passada a turbulenta gestação, todos *parecem* interessados em abraçar o *bebê* e carregá-lo em seu colo (Carta Capital) – (Traços elocutivos)

(22) *Parece* pouco provável que as tentativas de apropriação das manifestações surtam efeitos neste momento. (Carta Capital) – (Asserção, possibilidade)

As asserções anteriores garantem ao discurso um efeito de suposição, revelando o ponto de vista do locutor na medida em que expõe seus pensamentos acerca dos acontecimentos e dos seus possíveis desdobramentos. Os atos enunciativos permitem um efeito de gradação da certeza do locutor desde um nível mais fraco a um nível médio, avaliando os comportamentos de acordo com sua opinião e com o que acredita ser possível ou verdadeiro. Os atos não podem ser classificados como puramente *delocutivos* uma vez que, mesmo sendo uma asserção ancorada em dados factuais, as marcas de uma avaliação e das crenças do locutor são perceptíveis através das escolhas linguísticas e dos encadeamentos descritivos no interior dos enunciados, tornando-os menos objetivos, na medida em que funcionam como atenuantes do efeito de verdade/ objetividade (ARANTES, 2010).

Outro fator que merece destaque é o efeito proporcionado pelo verbo “parecer”, que pode inserir os enunciados no eixo das possibilidades. Ao analisar a modalidade assertiva de possibilidade na configuração de títulos jornalísticos, Emediato (1996, p. 148) aponta que tais modalidades criam “um efeito de expectativa em relação ao acontecimento factual”. No nosso caso, a asserção é uma forma utilizada pelo locutor para exprimir seu ponto de vista sobre os estados de coisas, porém, como as afirmações não são categóricas, diremos que há um jogo discursivo em que a relativização é usada como um modo de enfraquecer o efeito de opinião.

Em (17) o locutor destaca o caráter difuso das reivindicações inseridas na pauta de manifestações, iniciadas com a insatisfação com o aumento dos transportes coletivos e que,

posteriormente, se estenderam para outras bandeiras, tais como a corrupção política, a falta de investimentos em saúde e educação; alcançando diversas capitais do país não se contentando, apenas, com o recuo de algumas prefeituras ocasionando o não aumento das passagens. Já, em (18) e (22), mesmo que o locutor modalize seu discurso no eixo das possibilidades, ele deixa escapar sua opinião sobre os acontecimentos, de modo irônico, critica a mudança de opinião de algumas mídias jornalísticas que, inicialmente, criminalizaram os protestos, de atores sociais e de políticos que em um primeiro momento ressaltaram a importância de uma forte repressão policial contra as manifestações.

Em *Veja*, assim como na publicação de *Istoé*, houve uma menor tendência em optar por essa forma de discurso. Nessas reportagens, nota-se, com mais força, o emprego da *asserção de evidência* com afirmações categóricas sobre os protestos, conferindo ao discurso um maior efeito de verdade que reforça o efeito de objetividade, já que o locutor se posiciona por meio de asserções objetivas, oferecendo ao leitor uma visão dos acontecimentos como um dado da “realidade” que independe de sua opinião.

A forma afirmativa e o efeito de evidência alocaria a asserção abaixo no comportamento *delocutivo*, entretanto consideramos que o ato enunciativo deve ser classificado como um ato *alocutivo*.

(28) O cidadão que anda de ônibus duas vezes ao dia deixa na catraca três salários mínimos por ano. *Há razões para protestar* (Istoé) – (Focaliza o alocutário com o objetivo de despertar uma indignação)

Nesse recorte, subtítulo de uma seção da reportagem, a possível reconstrução discursiva parece problemática, se a considerarmos com um efeito polissêmico em função da elisão de marcas formais explícitas de pontuação. Entretanto, ²⁶a leitura da reportagem nos permite compreender que, embora o enunciado se apresente como ato *delocutivo*, busca um efeito *alocutivo*, ou seja, interpelar o leitor. Observa-se que a forma afirmativa pode incentivar reações no leitor. A elisão da marca paralingüística o interpela mesmo sendo uma interpelação indireta, podendo funcionar como uma estratégia de apagamento enunciativo na medida em

²⁶ A reportagem traz trechos nos quais o Movimento Passe Livre é apresentado como cultivador de “uma utopia radical urbana” ao reivindicar a “tarifa zero” como modo de organização do transporte público. Política que só funcionou em cidades muito pequenas.

que transfere a responsabilidade de construção dos sentidos e do processo interpretativo ao leitor, permitindo que o locutor não se comprometa com o dito ou que não pareça um ato diretivo ao alocutário, caso que fugiria das condições impostas pelo contrato de informação midiático.

A ausência da marca formal não impede que o leitor a reconstrua por meio de suas competências linguísticas. Assim, o ato pode ser considerado como um comportamento *alocutivo* na medida em que impõe uma atitude de pensamento ou desperta o alocutário de um estado inicial para uma indignação ou reflexão sobre os fatos expostos. Além disso, o ato pode ser interpretado como um índice de polifonia, já que parece colocar em destaque ao menos dois pontos de vista para que o leitor decida qual a orientação interpretativa dará ao enunciado.

Na acepção de Charaudeau (2009 [1983]), no comportamento alocutivo, a injunção e a interrogação se apresentam como modelos de modalidades que interpelam diretamente ao alocutário. Trata-se de um ato diretivo ao sujeito destinatário.

No recorte que se segue, a injunção assume o papel de estabelecer um ato diretivo aos alocutários que se situam na zona leitora de *Carta Capital*, mas parece, igualmente, funcionar em um plano dialógico na medida em que remete a outras situações discursivas e ao apelo de outras mídias no que se refere ao aspecto relacional entre elas e o modo como as manifestações foram midiaticizadas ou abordadas por atores políticos. Demonstra a tensão existente na sociedade por meio do discurso e como o locutor se situa com a autoridade que lhe é conferida pelo efeito de saber o colocando em uma posição de superioridade em relação ao alocutário. Como vemos no exemplo:

(31) Parem de subestimar o povo – (Carta Capital)

Entretanto, há alguns casos, observados apenas na publicação de *Veja*, que, mesmo apresentando marcas, tradicionalmente, classificadas como atos como alocutivos, não consideramos que seu funcionamento discursivo permita que sejam inseridos nessa categoria.

(20) Mas essa minoria interessa pouco. Ela sempre será minoria por definição – ou alguém acha viável um país em que a maioria dos cidadãos quebra tudo a sua volta, dia sim, dia não?

(38) Por que direitos eles lutam e *vociferam*, então?

(39) Depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?

(40) A RAZÃO DE TANTA FÚRIA. Os jovens já marcharam pela paz, democracia e liberdade. Os de agora vão às ruas para baixar o preço das passagens. *Mas* isso é tudo?

(44) (...) E qual seria a doença brasileira que se manifesta através dos jovens nas ruas? São várias moléstias.

Os exemplos supracitados marcam uma tendência da publicação de *Veja*. Os atos que, classicamente, poderiam marcar uma posição de “ignorância” ou uma interpelação direta ao alocutário com o objetivo de que este responda a questão, possivelmente, mascaram o investimento subjetivo do locutor.

Nesses recortes, o locutor utiliza as marcas do ato alocutivo a fim de ocultar seu investimento subjetivo e sua posição de superioridade em relação ao alocutário, já que de modo implícito impõe seu ponto de vista marcado por meio de traços que podem revelar seu estado emocional e sua indignação com os protestos/ manifestantes, como vemos em (44, 38, 20). Ao longo da reportagem, é possível notar uma posição de saber do locutor, denotando seu ponto de vista sobre os estados de coisas e uma apreciação negativa.

Acreditamos que as questões não aguardam uma resposta do alocutário, mas se tratam de estratégias para que o locutor apresente seu posicionamento problematizando os estados de coisas, os seres e os comportamentos de modo dubitativo, mas ao mesmo tempo como se já houvesse uma resposta inserida nos questionamentos. Com isso, as questões podem direcionar a atenção do alocutário para uma conclusão orientada pelo locutor que aposta nos possíveis sentidos que serão construídos pelo sujeito interpretante.

Por outro lado, também é importante ressaltar que embora os enunciados apresentem certo investimento subjetivo do locutor não podemos negar que, como bem observa Emediato (2013, p. 84), a questão se comporta como “um meio discursivo de obrigar o leitor a pensar a propósito do objeto da questão”. Retoma os acontecimentos tematizados em uma perspectiva que ativa a memória do leitor sobre acontecimentos anteriores, propondo que ele responda a questão (40), comparando as atuais manifestações com as ocorridas em períodos anteriores, implicando o interlocutor em uma postura de avaliação da pertinência das manifestações no espaço social. O ponto de vista do jornalista reside no contraste negativo suscitado pelo jogo discursivo ancorado na oposição semântica entre os termos “paz, democracia, liberdade, passagem”.

Nesses casos, consideramos a existência de uma modalidade de efeitos híbridos, ou seja, que pode funcionar como uma estratégia de interlocução, a depender da interpretação, como uma estratégia para focalizar a atenção do leitor (39); e como reveladoras do investimento subjetivo do locutor, pois ao mesmo tempo em que interpela o leitor expõe o seu (do locutor) ponto de vista subjetivo por meio da configuração linguística, dos encadeamentos descritivos e de traços que possivelmente revelam um estado emocional do sujeito comunicante (20, 38, 40, 44).

A existência dessa configuração no discurso jornalístico nos parece um tanto curiosa, mesmo considerando como um modo de problematização, a encenação de uma posição de “ignorância”, em tese, foge às expectativas do contrato comunicacional que deveria ter um objetivo informativo, como no recorte (44) no qual o locutor se coloca em uma posição de “saber” (ainda que a configuração discursiva seja problemática, pois carrega traços apreciativos que qualificam os acontecimentos de modo subjetivo). O comportamento dubitativo faz parecer que o locutor não sabe as respostas das questões propostas.

A análise do Modo de Organização Enunciativo por meio da descrição e classificação dos atos enunciativos na grade 1, conforme a orientação teórica e metodológica de Charaudeau (2009 [1983]), nos permitiu observar que as três publicações demonstram preferência pelo comportamento enunciativo *delocutivo*, sejam em forma de discurso relatado ou de asserções. Em *Veja*, os atos delocutivos se apresentam em 84,5% dos recortes analisados, os atos alocutivos 11, 5% e os comportamentos que se configuram como elocutivos foram notados em 2% dos recortes.

Os dados que se referem às análises de *Carta Capital* nos permitiram observar que os atos delocutivos correspondem a 95,5% dos recortes, os atos alocutivos 4,5%, quanto aos atos elocutivos não foram notadas recorrências. Na publicação de *Istoé*, a configuração enunciativa se apresenta como majoritariamente delocutiva, 100% dos atos enunciativos foram classificados, nos termos do autor, como objetivos.

Procedemos a uma quantificação dos atos enunciativos como forma de generalização e com o objetivo de uma melhor abstração da configuração desse modo de organização do discurso. Assim como na pesquisa realizada por Arantes (2010), tal gesto não deve ser interpretado como uma tentativa de classificar as mídias, aqui analisadas, como mais ou menos objetiva ou

subjetiva, pois outros aspectos discursivos também contribuem fortemente para a construção da subjetividade jornalística.

Dito isso, a pesquisadora, em concordância com Charaudeau (2009, p. 69), ressalta a importância de não nos atermos somente às marcas linguísticas para a construção dos sentidos que emergem de uma atividade discursiva. De acordo com Ricoeur (1986 *Apud* FIORIN, 2013), o sentido de um texto é dado por relações entre a organização interna dos textos, a organização linguística, além das relações de um texto com outros textos e a exterioridade.

Para Fiorin (2013, p. 58), “não há objetividade e neutralidade no discurso, porque, mesmo quando se cria um efeito de objetividade o ponto de vista do sujeito vai estar marcado por substantivos, adjetivos, etc.” A posição enunciativa vai estar sempre assinalada. Efeitos de objetividade e de subjetividade funcionam em um *continuum*.

Nessa parte da pesquisa, como demonstrado nos exemplos anteriores, a análise qualitativa nos permitiu perceber efeitos de sentidos que assumem um contorno ora objetivante ora subjetivante nas publicações analisadas. Além dos casos já analisados nesse Modo de Organização, outras ocorrências que podem conferir um contorno mais subjetivante ao discurso – mesmo camuflado por meio do recurso ao apagamento enunciativo – como nos exemplos abaixo, que serão mais detidamente analisadas no *Modo de Organização Descritivo* conforme grade 2.

(16) *Há uma boa chance* de que boa parte da rapaziada que, na semana passada, foi às ruas esteja apenas dando vazão às *pressões hormonais* pelo exercício passageiro do socialismo revolucionário – (Veja)

(12) *Atacados seletivamente*, vários jornalistas acabaram feridos. Um deles, atingido no olho por um projétil emborrachado, corre o risco de perder a vista (Istoé)

A classificação dos atos enunciativos demonstra que, em função do contrato de informação, as publicações adaptam os atos de linguagem de modo a garantir um maior efeito de sentido de objetividade. Como uma forma de garantir que os traços de subjetividade do locutor sejam apagados, o que não significa que não exista um “eu” e, por consequência, um “tu” por de trás de cada ato enunciativo, assumindo posições, pontos de vista, emitindo apreciações favoráveis ou desfavoráveis, avaliando os acontecimentos de acordo com suas crenças ou pautando as problematizações no interior de uma discussão que envolve uma ética cidadã ancorada na posição ideológica de cada instância de comunicação.

Dito isso, a análise qualitativa, a partir dos dados oriundos da grade descritiva (1) no Modo Enunciativo, nos permitiu levantar algumas generalizações e hipóteses interpretativas dos sentidos que emergem do funcionamento discursivo de cada uma das publicações. Na permanente busca por um efeito de sentido de objetividade, vimos, que o locutor mascara sua presença no discurso por meio do apagamento enunciativo, mas a existência de índices de subjetividade (conforme KERBRAT-ORECCHIONI (1980), RABATEL (2013) e FIORIN (2013) e a existência de implícitos (CHARAUDEAU (2009 [1983]), KERBRAT-ORECCHIONI (1986) nos permitiu perceber as posições do locutor, a relação de influência entre os interlocutores e as transformações operadas no nível enunciativo.

Modo Enunciativo qualitativo			
Publicações	Ato Delocutivo	Ato Alocutivo	Ato Elocutivo
VEJA	62.5%	2.5%	35%
Carta Capital	80 %	5%	15%
Istoé	75%	2.5%	20%

Nas três publicações, o comportamento *delocutivo* se destaca como preferível. Entretanto, há um forte desequilíbrio no emprego das categorias, nos modos de seleção, em um nível interno, na gestão do dialogismo, tais como as diferentes formas do *discurso Relatado* e da *asserção e*, ainda, na recorrência do comportamento enunciativo no interior dessas categorias em termos de objetividade e de subjetividade. Como bem destaca Rabatel (2013, p. 55), “a encenação de discursos relatados” ou de categorias que a priori seriam objetivas “é carregada de intenções interpretativas”.

Com isso, mesmo no comportamento delocutivo, em todas as publicações, foram notados traços subjetivos que remetem a um comportamento enunciativo *elocutivo* ou *opinativo*. Quanto ao emprego de asserções, foi observado que Veja e Istoé situam o discurso em uma modalidade de evidência, perseguindo um maior efeito de verdade/ objetividade. Enquanto Carta Capital apresentou uma maior tendência às modalidades de “possibilidade”.

Quanto às operações de seleção do discurso relatado, as diferenças mais recorrentes foram nas escolhas dos locutores aos quais foi dada a palavra, na identificação do locutor de origem, nas

categorias de verbos *dicendi* e nas transformações operadas no discurso relatado. Na reportagem de *Veja*, os atos *delocutivos* privilegiam a voz de especialistas e manifestantes. Na reportagem de *Carta Capital*, o destaque é dado à voz de figuras públicas ou que possuem alguma relevância no universo político. Em contrapartida, na publicação de *Istoé*, o *Discurso relatado*, mesmo que em menor recorrência, destaca a voz de participantes dos protestos.

De acordo com Charaudeau (2013), ao dar a palavra a figuras notáveis do espaço público, as mídias mostram-se como espaço de informação institucional, ao passo que ao permitir que os anônimos falem mostram-se como órgãos democráticos.

Entretanto, a escolha desses fluxos de fala pode não ser suficiente para classificarmos as instâncias jornalísticas em termos de mais ou menos objetiva/ subjetiva. Poderíamos até nos arriscar a classificar a imagem que cada uma das instâncias deseja produzir: *Veja*, uma imagem institucional; *Carta Capital*, uma imagem populista; e, *Istoé*, uma imagem democrática. Mas, no funcionamento discursivo, nas três publicações, os locutores utilizam estratégias de apagamento enunciativo encenando um efeito de objetividade, visto que, cada uma das instâncias jornalísticas escolhe sua fonte com objetivos específicos em concordância com o seu projeto de fala, ou seja, em concordância com o viés escolhido para a construção do acontecimento ou direcionada a uma intenção interpretativa. A fim de garantir um maior efeito de credibilidade e de captação.

Outro aspecto verificado foi quanto à recorrência de aplicação do discurso Relatado. Na reportagem de *Veja* e *Carta Capital* há certo equilíbrio com forte presença do emprego deste recurso discursivo. Em *Istoé*, o recurso ao discurso relatado foi pouco utilizado, sendo mais recorrente o emprego da asserção.

No que se refere ao comportamento alocutivo, as três publicações atendem ao *contrato de comunicação* esperado para as mídias de informação, já que foram notadas poucas categorias que remetem a uma interpelação direta ao interlocutor.

A configuração elocutiva foi notada nas três publicações. Entretanto, como o comportamento *elocutivo* não é comumente empregado no discurso jornalístico, em função de seu caráter contratual que privilegia um efeito de objetividade com recurso ao apagamento enunciativo, tal estratégia foi percebida nas sutilezas do enunciador na construção do discurso com o

emprego de verbos, de advérbios, de sinais de pontuação (interrogação subjetiva) e outros marcadores discursivos; que podem expressar um comprometimento emocional ou subjetivo do enunciador com o dito ou um procedimento de avaliação que expõe, sutilmente, sua relação com os objetos discursivos.

7.1.2 A CONSTRUÇÃO DO PONTO DE VISTA ENUNCIATIVO E SUAS RELAÇÕES DIALÓGICAS

Seguindo tendência nos estudos propostos pela Teoria Semiociológica, vemos que Charaudeau, a grosso modo, segue na mesma direção dos estudos proposto por Bakhtin, nos quais a linguagem assume um caráter social em uma relação de alteridade, considerando sempre os sujeitos que estão envolvidos em uma situação comunicativa, afetados por uma exterioridade. A palavra assume uma relação dialógica entre os dizeres do sujeito falante e os dizeres outros e, desse modo, um enunciado sempre de modo implícito ou explícito será uma resposta a um outro enunciado.

É importante enfatizar que, de acordo com os postulados de Bakhtin, o dialogismo se constitui nas relações extralinguísticas, mas estas, ao mesmo tempo, não podem ser separadas do discurso, fazendo da linguagem um todo de relações dialógicas que são sociais e históricas. Os dados extralinguísticos também assumem grande importância para a interpretação do ato de linguagem, conforme proposto por Charaudeau (2009 [1983]).

No Modo de Organização Enunciativo, nota-se uma dimensão dialógica, não somente em um nível interno de gestão dos pontos de vista, mas também nas relações que o locutor estabelece como o seu próprio dito, com os dizeres de outros locutores e com uma exterioridade (RABATEL, 2013). A palavra do outro está sempre presente, de diferentes formas, de modo mais ou menos implícito, constituindo a heterogeneidade constitutiva do discurso. No que tange ao dialogismo interno, nota-se, como propõe Rabatel²⁷, que, em cada uma das publicações, há uma dimensão dialógica que sustenta um ponto de vista, remetendo aos discursos circulantes no espaço social em uma relação de oposição ou de contraponto do ponto de vista do sujeito comunicante.

²⁷ Notas da disciplina *Teorias do discurso*, ministrada pelo Prof. Dr. Wander Emediato de Souza no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, no período de 20 de agosto de 2015 a 03 de dezembro de 2015.

Como exemplo, nos discursos das publicações além dos posicionamentos acerca dos protestos e dos manifestantes é possível observar certas oposições: em *Carta Capital*, um dialogismo que se opõe a posições de “direita”, na presença de vozes que denotam posições políticas bem marcadas; em *Veja*, uma oposição dialógica à “esquerda”; e, ainda nas vozes que destacam a ideologia política como uma forma de identificação ideológica das publicações; em *Istoé*, uma oposição dialógica implícita a vozes e comportamentos que remetem à ditadura militar.

Todos esses laços de alteridade pressupõem uma memória discursiva dos sujeitos comunicante e interpretante – regulando os modos de circulação e de apresentação dos objetos dos quais se fala – capaz de possibilitar uma construção de sentidos de acordo com parâmetros estabelecidos de modo intencional em uma linguagem que privilegie uma interação imaginária, possibilitada pelo contrato de comunicação.

Esse dialogismo tem como objetivo uma valorização do ponto de vista apresentado por cada uma das instâncias de comunicação em contraste com a postura de atores políticos de “direita” ou de “esquerda” ou de uma qualificação negativa do comportamento de manifestantes, supostamente, de “direita” ou de “esquerda”, respectivamente, em *Veja* e *Carta Capital*. Em *Istoé*, temos uma valorização do ponto de vista do locutor em detrimento do comportamento do estado refletido nas ações da polícia militar, qualificada como “violenta e despreparada”.

Os atos enunciativos refletem um comportamento do sujeito comunicante diante de outros atos enunciativos, ou seja, respondem a questões levantadas por outros enunciados, tratam de respostas a outras situações de comunicação que pautaram os acontecimentos na semana em que ocorreram as manifestações. Naquela ocasião, houve diferentes posicionamentos de instâncias midiáticas, atores políticos e especialistas que de modo explícito ou implícito foram tematizados no interior de cada uma das publicações analisadas, ressaltando um caráter responsivo, como destaca Bakhtin (1992), no qual a comunicação verbal sempre se estabelece em função de si e do outro em uma relação dialética.

O dialogismo existente revela posições antitéticas no que se refere ao ponto de vista do locutor em relação aos estados de coisas e a outros enunciados que circularam no período das

manifestações. Permitindo que os locutores se posicionassem de modo apreciativo, avaliativo ou a julgar os acontecimentos de acordo com um recorte baseado na posição ideológica de cada uma das instâncias, nos aspectos sociais que ancoraram suas apreciações e na construção de identidades sociais que instituem o sujeito “unidade que se constitui na multiplicidade, fruto da interação conflitual entre o eu e o outro” (BRANDÃO, 2013, p. 32).

Na próxima seção, trataremos do ponto de vista construído a partir das categorias do *Modo de Organização Descritivo* que permitem ao sujeito comunicante trazer os seres à existência ao nomeá-los e qualificá-los, além dos procedimentos de localização e de qualificação, de modo que a representação dos objetos de discurso alcancem contornos objetivantes ou subjetivantes.

7.2. O PONTO DE VISTA DESCRITIVO

Descrever é, para Charaudeau (2009 [1983], p. 113), identificar os seres no mundo de modo a evocar os consensos sociais que instituem sua existência. Um procedimento de identificação que se ancora nos códigos sociais, sem, contudo, ignorar que tal procedimento de identificação se limita à Situação de comunicação na qual está circunscrita. Nesse quadro, a finalidade das identificações pode ser relativizada por decisão do sujeito descritor, tornando-as subjetivas ou objetivas.

O ponto de vista descritivo, de acordo com Emediato (2008), nos permite perceber o modo como o sujeito observa e percebe o mundo, o ser e os objetos. Assim como a organização enunciativa, o *Modo de Organização Descritivo* contribui para que possamos delinear as imagens recíprocas, a partir das categorias de identificação (genérica ou específica) e de qualificação (subjetiva ou objetiva) dos objetos discursivos.

Categorias que, também, nos possibilitam perceber a relação do locutor com os objetos de discurso por meio de procedimentos de caracterização desses objetos.

A partir da descrição do *corpus*, conforme as grades do anexo B, nesta etapa faremos uma análise qualitativa dos dados, tais como as categorias de *nomeação e de qualificação*, as operações de *quantificação* (genérica ou objetiva) e de *localização* (a relação dos actantes com o ambiente). A fim de observar como ocorreu a representação dos manifestantes e das

manifestações em cada uma das publicações e quais as operações descritivas, possivelmente, são aceitas pelo leitor no interior do contrato de comunicação face à Situação de comunicação.

Os procedimentos de descrição são apresentados por Charaudeau (2009 [1983]) a partir da observação dos seguintes componentes:

- Nos *procedimentos de identificação*, o componente *nomear* classifica e dá “existência a um ser” material ou não material, de modo genérico ou específico.
- Nos *procedimentos de qualificação*, temos o componente que permite ao sujeito descritor atribuir a um ser uma qualidade que o caracteriza e o especifica, que faz com que um “ser seja alguma coisa” por meio de *construções* ora *objetivas*, ora *subjetivas* do mundo (o sujeito descritor expõe o conflituoso jogo entre uma visão normativa do mundo – os consensos – em comparação com sua visão particular das manifestações)
- A *quantificação* que, ora pode se apresentar de modo objetivo, ora generalizante.
- Nos *procedimento de localização*, temos o componente de *construção objetiva* do mundo que faz com que um “ser esteja”.

7.2.1 PROCEDIMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

Os *procedimentos de identificação* permitem que os seres existam por meio do componente *nomear*. Ao nomear os seres que possuem uma referência material ou não material, por meio de nomes comuns que, ao mesmo tempo, os individualizam e os inserem em uma classe, o sujeito descritor constrói as identidades dos objetos suscitando uma *identificação genérica*. Entretanto, a depender da observação do sujeito descritor, o objeto de discurso também pode ser nomeado de modo a ressaltar sua unicidade, por meio de nomes próprios suscitando uma *identificação específica*.

Assim, nesta etapa de análise, buscamos realizar uma análise qualitativa dos procedimentos de descrição que identificam os seres por meio dos procedimentos de identificação *genérica* ou *específica* nos permitindo destacar alguns procedimentos que podem revelar a relação e o ponto de vista do sujeito descritor com os objetos de discurso na construção do acontecimento.

Como bem esclarece Charaudeau (2009 [1983]), os procedimentos de identificação podem estar inteiramente relacionados a outros procedimentos. Por isso, nos exemplos que se seguem, as operações de identificação poderão ser analisadas juntamente com outras operações descritivas, tais como os procedimentos de *qualificação*, de *quantificação* e de *localização*.

7.2.2 A NOMEAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DO PONTO DE VISTA

7.2.2.1 AS IDENTIFICAÇÕES GENÉRICAS

Nos excertos abaixo, os manifestantes são identificados por meio de uma nomeação que suscita uma *identificação genérica*, que não encontra um referente específico no mundo, exigindo do leitor uma co-construção dos sentidos além de competências referenciais, tais como uma apreensão dos dados extralinguísticos ou da situação de comunicação. Nos exemplos que se seguem, observamos os procedimentos de identificação dos seres:

(23) *Os insufladores do movimento* usam as redes sociais para organizar os protestos. *O grupo* também arregimenta simpatizantes nos grêmios estudantis dos colégios onde seus integrantes estudaram (VEJA)

(19) “Oportunistas! Vão pra Cuba, pra Venezuela”, berram *os reações de plantão*. A multiplicação de demandas diferentes várias delas contraditórias, e a adesão de manifestantes de primeira hora provocaram um caos ideológico e tendem a implodir a manifestação popular – (Carta Capital)

(35) *CAVALARIA INCONSEQUENTE*

Na rua da consolação, em São Paulo, *policia montada* parte para cima de manifestantes na quinta 13 –(Istoé)

As identificações genéricas funcionam como representação dos indivíduos que participaram dos protestos e de seus comportamentos se referindo a experiências sociais no período das manifestações. Pode-se notar que essas identificações genéricas (insufladores, reações de plantão) (des) qualificam os agentes. De acordo com Charaudeau (2013, p. 63), informar é possuir um “saber” que o outro não possui e ter a aptidão para “saber dizer”. Desse modo, no exemplo (23) e no (19) podemos afirmar que ao identificar os protestos, por meio de identificações genéricas (“*Os insufladores do movimento*”, “*os reações de plantão*”, “*cavalaria inconsequente*”) os enunciados assumem um valor generalizante e qualificante. O

locutor não apenas atende ao imperativo de informação característico do discurso jornalístico, mas impõem seu ponto de vista.

Os substantivos originários de verbos ou de adjetivos, de acordo com Kerbrat-Orecchioni (1980), podem assumir valores axiológicos e, portanto, revelar um ponto de vista avaliativo do locutor ou sua relação afetiva com os objetos discursivos. Nos exemplos anteriores, as nomeações genéricas possibilitam simultaneamente tanto uma identificação quanto uma qualificação dos indivíduos.

A configuração linguística denota o resultado de uma ação e é a partir dessa ação que os objetos discursivos são identificados negativamente. O apagamento do sujeito comunicante, apesar de ser uma construção com recurso a uma nomeação subjetiva, produz um efeito de objetividade ancorado na evidência dos acontecimentos. Nesse sentido, de acordo com Guadanini (2010, 2013) o ato de nomear é utilizado como uma estratégia do sujeito falante, diremos um jogo discursivo, uma vez que visa esconder o enunciador, ocultado que está nas “palavras do dizer”, captando a atenção do leitor para o ato que possui uma existência no mundo, fazendo do sujeito comunicante, aparentemente, apenas um relator.

O ponto de vista do sujeito comunicante, ancorado no procedimento de identificação, orienta o processo de interpretação acerca dos acontecimentos na medida em que pressupõe, de acordo com Charaudeau (*Apud* GUADANINI, 2010), o resultado de uma ação realizada ou potencialmente realizada no interior da identificação genérica. Conferindo as nomeações uma dimensão subjetiva já que, para a autora, elas comportam as intensões dos sujeitos que utilizam suas potencialidades em direção a uma finalidade interacional, não se trata, apenas, de um modo de referir-se ao real como uma etiquetagem.

Como dito, além de informar o leitor sobre quem são os participantes dos protestos, o locutor simultaneamente os qualifica a partir da própria identificação, como se, ao dizer “*Os insufladores*”, hipoteticamente, correspondesse a dizer jovens incitadores de toda a desordem espalhada pelas cidades; “*reaças de plantão*”, a identificação remete aos conflitos existentes na sociedade atual, sendo muito utilizada nesse contexto para definir posições políticas antitéticas, caso que se refere aos manifestantes que, supostamente, se opõe as lutas populares e à atuação do estado a fim de mitigar as contradições existentes na sociedade na busca por igualdade de direitos, discurso geralmente empregado por posições políticas de esquerda.

A identificação (35) difere das demais, o locutor classifica a ação mas não de modo simultâneo a partir da nomeação como nos dois casos anteriores. A nomeação só assume sentido em relação ao procedimento de qualificação da ação. A identificação “*cavalaria inconsequente*” pode produzir um efeito de dramatização, pois, ao relatar uma ação e qualificar o actante agente, a publicação permite uma construção imagética que coloca os manifestantes em posição de desvantagem em relação à polícia militar. Permitindo que o leitor construa a imagem de uma batalha em que os manifestantes são vitimados pela polícia militar.

As identificações em si indicam uma relação de pertencimento de uma classe de pessoas a um grupo de manifestantes de modo singularizante, mas também de modo coletivo, pois ao fazer uma generalização o enunciador não indica os responsáveis específicos pelas ações. Essas escolhas parecem assumir certa pertinência aos leitores das publicações e remetem a avaliações das instâncias de comunicação aproximando o locutor das identificações propostas.

Entretanto, em (19), a expressão “*Oportunistas! Vão pra Cuba, pra Venezuela*”, inserida no enunciado, por meio de aspas, tem como objetivo demonstrar para o leitor que essa não é uma escolha do locutor, ou seja, que se trata de discursos externos, sugerindo que essa escolha não seria uma escolha identificatória de Carta Capital como modo de apresentação dos manifestantes. As vozes que fazem referência a Cuba e a Venezuela estão estreitamente relacionadas a uma crítica a possíveis contradições existentes em regimes políticos que adotam uma ideologia socialista.

Nos três exemplos, as identificações apontam para uma descrição que reforça um ponto de vista apreciativo das ações por um viés negativo ancorado na posição ideológica de cada uma das publicações. Mesmo que, aparentemente, os fatos se imponham como evidentes existe, por trás das seleções escolhidas para as identificações, uma apreciação do locutor que pode revelar seu estado afetivo.

Para Maingueneau (2013, p. 255), o emprego de uma nomeação generalizante em uma construção com artigo definido no plural, como no excerto (23) e no (19), evoca o conjunto de membros de uma classe sem, contudo, incluir todos os seres. A seleção operada também força o sujeito interpretante a buscar no contexto ou nos saberes partilhados a identificação dos objetos de discurso a partir das perspectivas de problematização propostas pelo sujeito comunicante. No excerto 35, a ausência do artigo não impede que o interlocutor recupere sua

presença, implícita no discurso, sem prejuízo da co-construção do sentido. Nos estudos de Emediato (1996), o autor ressalta que o emprego de atualizadores no discurso de informação é uma prática comum do jornalismo e que a presença do artigo definido no discurso está diretamente relacionada às identificações genéricas e a efeitos de pressuposição.

Em outras palavras, podemos dizer que há um processo de construção intersubjetiva da identificação na medida em que as instâncias de produção recorrem a uma suposta preexistência dos fatos e aos saberes compartilhados pelo leitor para que essas nomeações façam sentido e remetam a um referente identificável, ou seja, são dependentes do componente situacional/ contextual.

A identificação e os demais encadeamentos dos enunciados expõem a intenção do locutor na focalização de aspectos negativos na construção do perfil identitário dos manifestantes. Entretanto, é importante ressaltar que as escolhas do sujeito comunicante não são escolhas arbitrárias, mas que são pertinentes ao contrato partilhado e potencialmente aceito entre os interlocutores.

Em contraste, a reportagem de Istoé apresenta uma tendência em identificar os actantes (manifestantes) com o objetivo de representá-los como actante vítima.

(20) *Passageiros* de um ônibus foram atingidos por uma bomba de gás. *Motoristas* abandonaram os carros nas ruas, assustados – (Istoé)

(12) Atacados seletivamente, vários *jornalistas* acabaram feridos. Um deles, atingido no olho por um projétil emborrachado, corre o risco de perder a vista – (Istoé)

Em (20), não se pode dizer que há um posicionamento avaliativo do locutor. O trecho traduz os acontecimentos. Assim como em (12), a identificação faria um papel factual não fosse as outras escolhas que se encadeiam ao enunciado e que nos permite notar um ponto de vista avaliativo do sujeito comunicante. O modo de apresentação dos actantes em Istoé parece intencional uma identificação afetiva com seu leitorado na busca por uma identificação imediata, já que a publicação apresenta os actantes mostrando processos de agressão como se quisesse esclarecer sobre a vulnerabilidade da população frente a atuação do poder público, actante agressor (polícia militar). Focaliza as identificações genéricas nos actantes vítimas: *jornalistas, casais de namorados, motoristas, passageiros, pessoas, cinegrafista,*

manifestantes, cidadão, universitários, estudantes, militantes, jovens trabalhadores, ativistas, autoridades, pessoas.

Nas três publicações, houve uma forte tendência em identificar os estados de coisas a partir das ações dos manifestantes, transformadas em entidades, como nos exemplos a seguir. Ao nomear os acontecimentos o sujeito comunicante busca relacioná-los a uma memória, fazendo com que leitor os identifique a partir de uma preexistência dos fatos, dados como evidentes no mundo, reforçando o efeito de objetividade e de distanciamento do locutor, como estratégia de credibilidade. As identificações dos acontecimentos ou dessas entidades da “realidade” estão em estreita relação com as qualificações:

(33) *A massa incontrolável* – (Carta Capital)

(21) *O fenômeno realmente espantoso* ocorrido na semana passada no Brasil foi o fato de às *minorias* terem se juntado milhares de rapazes e moças que tinham tudo para estar no cinema, no shopping ou na balada, e não engrossando *as fileiras das minorias de vândalos profissionais* – (Veja)

(8) Num país onde é frequente ouvir-se a queixa de que a sociedade sofre de profunda apatia, mostrando-se incapaz de mobilizar-se para defender seus interesses e encarar seus problemas de frente, *a mobilização social* de uma massa de estudantes e jovens trabalhadores de São Paulo deveria ser saudada como um exemplo de cidadania – (Istoé)

A operação de identificação (33) objetiva a produção de um efeito de contextualização ancorado na memória, já que recorre a uma suposta pressuposição de existência dos acontecimentos. Ressalta a falta de controle militar ou político sobre as manifestações que se espalharam pelo país. Como em (23) e (19), exemplos dados anteriormente, remete a uma exterioridade a fim de construir os sentidos dos “estados de coisas” e um “fazer”. Porém, apesar de comporem um mesmo universo de referência balizados por uma ética cidadã, os efeitos dessas identificações não são, necessariamente, os mesmos, visto que, os encadeamentos que preenchem o discurso também fazem descrições que forçam a uma interpretação a partir do ponto de vista do sujeito comunicante (EMEDIATO, 1996).

A reconstrução genérica da identidade dos objetos de discurso, por meio do ato de nomear, pode nos revelar traços subjetivos e afetivos do sujeito comunicante e um ponto de vista apreciativo no que se refere à sua relação com esses objetos.

Se em (21), pode haver uma relação avaliativa que denota alguns traços negativos, em (33) temos: “A massa incontrolável” um actante coletivo agente dos acontecimentos (manifestações), mas representando de modo singularizante todo um conjunto de manifestantes. Nesse trecho, a identificação também é pertinente na construção dos sentidos a partir da relação da qualificação com o contexto. O locutor aposta nesse jogo entre a identificação genérica, a singularização a partir da descrição definida e a qualificação na expectativa de que seu leitorado preencha os sentidos desejados. Podemos dizer que, nesse caso, parece haver certa louvação dos “estados de coisas”.

Assim como em (33), o excerto (8) nomeia as manifestações de modo diferenciado de (21). Entretanto, não se pode deixar de ressaltar conforme aponta Siblot (2004 *apud* GUADANINI, 2010, p. 63) que em todas as publicações ao nomear o locutor não o faz de modo aleatório todas as escolhas (consciente ou inconsciente) comportam uma intenção ancorada em aspectos relacionais entre a língua, a natureza e o mundo.

No excerto (8), a identificação implica um leitor cidadão que em uma dimensão social, considerando uma imagem de leitor projetada pelo sujeito destinatário, manifestar-se seria um ato de cidadania. Assim, a imagem de destinatário suscita a implicação de um leitorado mais amplo, já que as manifestações deveriam ser compreendidas como um ato cidadão. O ponto de vista do sujeito comunicante parece evocar aspectos da vida social que alcançam o sujeito interpretante em seus afetos; posto que o envolve em uma relação de informação sobre os acontecimentos (*a mobilização social de uma massa de estudantes e jovens trabalhadores*) o aproximando dessas classes por meio de uma correlação dos anseios sociais que envolvem os estudantes, a classe trabalhadora e o direito cidadão.

Nesse caso, podemos considerar que reflete uma imagem de leitor + ou – crítico que avalia as manifestações a um nível de debate público e social. A intenção da publicação pode ser compreendida como uma estratégia de aproximação imediata com o leitor (ARANTES, 2010).

Dito isto, é pertinente ressaltar que cada uma das publicações identifica os objetos discursivos de modo genérico, por se tratar de uma coletividade, mas com a intencionalidade de fazer com que o leitor também participe do processo de co-construção dos sentidos, a partir de uma fixação das identificações de determinado grupo em um quadro que lhe seja pertinente. Além de objetivar uma aproximação do sujeito interpretante, tendo como estratégia o jogo entre a

identificação genérica e uma percepção afetiva dos estados de coisas e dos objetos de discurso, como uma estratégia que atende o imperativo de captação.

O ato de nomear funciona como uma estratégia do sujeito comunicante para se apagar do discurso, já que se oculta na descrição dos acontecimentos, relatando o “fazer” com certa evidência e, portanto, com certo efeito de objetividade característico do gênero, reforçando as características gerais que lhes confere credibilidade.

Nessa etapa analisamos as identificações que suscitam um modo particular do locutor em observar os “os seres” e os “estados de coisas” e como as escolhas de identificação genérica podem focalizar a atenção do interlocutor para as ações dos actantes corroborando para o apagamento enunciativo, ou seja, o locutor, mesmo em uma descrição subjetiva, direciona a atenção do leitor para as ações e não para o conteúdo do seu dizer, produzindo, com isto, um efeito de objetividade.

7.2.2.2 AS IDENTIFICAÇÕES ESPECÍFICAS

No que se refere às *identificações específicas*, nota-se que são feitas com o recurso ao emprego do nome próprio. O enunciado comporta esses nomes no seu interior em face a pertinência da inserção desses objetos no discurso. De acordo com Emediato (1996, p. 167), no caso das identificações específicas, “o papel do conhecimento enciclopédico do leitor é fundamental na produção dos efeitos contextuais atuando sobre uma identificação”. Nesse caso, o sujeito comunicante faz uma previsão dos possíveis efeitos contextuais baseado em uma aposta sobre os conhecimentos enciclopédicos ou situacionais do leitor.

(10) Sobrou para os ocupantes dos três níveis de poder: no fim da semana, o prefeito de São Paulo, *Fernando Haddad*, o governador paulista *Geraldo Alckmin*, e a presidente *Dilma Rousseff* contabilizavam os prejuízos e tentavam reduzir os efeitos eleitorais – (Veja)

(28) Silenciosos no início dos protestos, expoentes da política mudaram de atitude. Expuseram-se conforme seus planos e necessidades. Foi assim com *Dilma Rousseff*, *Lula*, *Fernando Henrique Cardoso* e *Aécio Neves* – (Carta Capital)

(34) No início dos protestos, *Geraldo Alckmin* e *Fernando Haddad* se encontravam em viagem em *Paris*, ao lado do vice-presidente *Michael Temer*. De lá mesmo informaram

que não pretendiam modificar o reajuste. Numa argumentação que repetiu ao voltar ao *Brasil*, *Alckmin* explicou que o caixa do governo não tinha recursos para subsidiar o preço baixo. *Haddad* lembrou que, na campanha eleitoral, assumira o compromisso de fazer reajustes abaixo da inflação – o que fez, efetivamente. Tanto o prefeito como governador tem argumentos. Mas as manifestações expressaram outra realidade, mais exigente e inconformada – e são elas que aguardam respostas – (Istoé)

O recurso ao nome próprio identifica um sujeito como referência e parece ser utilizado com a intenção de informar o leitorado acerca das relações existentes entre as manifestações, os actantes, o espaço público e as atribuições políticas. Emediato (1996, p. 168), ao analisar as configurações de títulos, ressalta que o nome próprio serve de “eco” entre as relações “de poder e contra poder” no espaço público. Portanto, consideramos que, nas reportagens analisadas, o nome próprio pode ser pensado como indicador dos representantes individuais e efetivos das instâncias oficiais que mediam as relações de governança no espaço público.

Dito isso, a relevância da inserção dessas nomeações no discurso estão relacionadas com as ações ou comportamentos dos actantes diretamente ligados ao universo da política e as relações de força que a perpassam. A relação de tais actantes com espaço público deveria ser pensada no interior de um quadro de referência distintivo, porém o locutor joga com os conhecimentos do leitor ao inserir, em um mesmo enunciado, nomes que suscitem posições ideológicas: “direita”, “centro” e “esquerda”, pois, mesmo em posições políticas e ideológicas distintas, o sujeito comunicante ressalta atributos que os coloca em um mesmo quadro de referência, procedendo a uma avaliação que ressalta um ponto de vista negativo das ações.

O princípio de pertinência que possibilita a existência dessas operações de identificação pode ser explicado se considerarmos que o leitor consegue, na interpretação, construir os sentidos que lhe estão sendo propostos. O sujeito comunicante propõe uma interpretação a partir do ponto de vista em que avalia a conduta da instância política na figura de indivíduos específicos, como se fizesse um retrato conjuntural para que o sujeito interpretante apreenda os sentidos.

A prática discursiva e o conhecimento enciclopédico acerca dos sujeitos identificados nas reportagens garantem que o sujeito interpretante será capaz de relacionar os agentes e a conduta desses agentes em diálogo com a instância política ou com os partidos, revelando um ponto de vista avaliativo tanto do locutor quanto de seu leitorado.

Ao inserir todos os actantes políticos em um mesmo quadro de referência, as reportagens denotam uma imagem de leitor mais crítico, capaz de avaliar as condutas de seus representantes. Questionando a incapacidade ou a dificuldade da classe política em dialogar com as ruas e com a população na busca por soluções ou a preocupação desses mesmos actantes com os efeitos negativos das manifestações em um período que antecede as eleições e a Copa do mundo de 2014, revelando um ponto de vista negativo do locutor acerca da conduta dos actantes nomeados. Temos o mesmo procedimento nos excertos 24, 25 e 39 de Carta Capital.

Na reportagem de Veja, além da recorrência acima destacada, a utilização do nome próprio está mais vinculada ao universo de especialistas, a maior parte, analisados no modo enunciativo em função da natureza dos enunciados. Há, ainda, categorias de nome próprio que se referem ao universo da política, vinculadas às instituições políticas e não a um referente individualizado, como no excerto (17), conforme grade 2.

O nome próprio, para Maingueneau (2013, p. 246) é atribuído a seres que são, frequentemente, evocados e, relativamente, estáveis no espaço e no tempo, observada alguma relevância social ou afetiva para os interlocutores. Nas nossas análises, conforme os exemplos anteriores, notamos que, a identificação realizada pelo do nome próprio permite que o leitor construa os sentidos a partir de dados de seu conhecimento enciclopédico, mas há ainda, casos em que a construção dos sentidos passa pela percepção das qualificações que acompanham e descrevem os atos, os comportamentos ou a relação de pertencimento do actante com certa instituição ou grupo.

Nos excertos abaixo, das reportagens de Veja e Istoé, que demonstraram uma tendência em identificar os manifestantes a partir do nome próprio. A construção dos sentidos estará diretamente relacionada às qualificações atribuídas a esses referentes e as relações afetivas que o sujeito comunicante espera despertar no sujeito interpretante e, não, necessariamente, com relação ao nome próprio, visto que os indivíduos apresentados não possuem um destaque no cenário social.

(41) O perfil deles é bastante semelhante. Como o porta-voz *Marcelo Hotimsky*, de 19 anos, muitos são egressos *do Colégio Santa Cruz*, um dos mais tradicionais *da elite paulistana*, ou do *Equipe*, outra escola frequentada por filhos de profissionais liberais.

Atualmente, a maior parte *estuda na USP, nos cursos de física, ciências sociais, história e direito* – caso de outra porta-voz, *Nina Campelo* de 23 anos – (Veja)

(9) PELOS AMIGOS *Marília Thomazzi*, de 29 anos, estaria mais à vontade em uma passeata contra o aumento da gasolina. “Uso carro diariamente pela rapidez de locomoção, já que trabalho como corretora de imóveis e preciso ir de apartamento a apartamento”, afirma. Transporte público, ela só utiliza eventualmente, três ou quatro vezes por mês, geralmente nos dias de rodízio. Marília diz não ter um partido político de sua preferência e nunca participou de movimentos populares. Sua renda de 5000 reais mensais não será prejudicada com esse aumento. Mesmo assim ela foi ao teatro municipal de São Paulo na quinta-feira passada protestar, atendendo a um convite de amigos que já estavam lá – (Veja)

Nas excertos (9) e (41), ao identificar os manifestantes pelo nome próprio a intencionalidade da publicação vai além de uma visada informativa. Trata-se de indivíduos que teriam uma função de exemplificar o perfil dos manifestantes. O nome próprio em si pode não dizer nada para o sujeito interpretante, mas as qualificações (*da elite paulistana*) que se encadeiam ao enunciado possibilitam que o leitor construa a identidade dos manifestantes em um sistema de representações que os coloca em posições antagônicas ao mote das manifestações, logo, há um processo de desqualificação da participação desses manifestantes nos atos.

A revista *Veja* faz identificações específicas que, em sua maioria, tem a função de delinear o perfil dos manifestantes. Esses perfis são acompanhados por fotos dos manifestantes, caso dos enunciados (4), (6), (9), (42) que, em função da natureza discursiva, foram melhor analisados no *Modo de Organização Enunciativo*. As identificações específicas de anônimos evocados no discurso, por meio de uma correlação com os acontecimentos contextuais, força o leitor a fazer representações dos manifestantes a partir do perfil identitário delineado pelo corpo editorial.

Em *Istoé*, a identificação por meio nome próprio foi utilizada como recurso à definição de papéis narrativos como em (22) e (16), centrados nos actantes vítima:

(22) A fotógrafa *Giuliana Vallone*, da Folha de S. Paulo, tomou um tiro de bala de borracha no olho. Outro fotógrafo também foi alvejado com maior periculosidade e na sexta-feira 14 corria o risco de perder uma vista – (Istoé)

(16) (...) perseguido pela tropa de choque quando liderava uma passeata em outro ponto da cidade, *Lucas Oliveira* teve a canela ferida por uma bomba – (Istoé)

O nome próprio apenas não é capaz de ativar as competências situacionais ou enciclopédicas do leitor, mas os papéis narrativos que os inserem na posição de vítima e a polícia no papel de agressor permitem uma aproximação afetiva com o sujeito interpretante que é convocado a reagir no interior de uma ética cidadã. A pertinência desse tipo de identificação relacionada à qualificação, com efeito narrativo, reside no fato de que o sujeito comunicante, como já dito, pressupõe que, para seu leitorado, a agressão a jornalistas ou a manifestantes são questionáveis. Esse efeito contextual se fundamenta em uma aposta da instância de produção de que o leitor irá relacionar o actante agressor a uma memória socialmente partilhada que remete a períodos de repressão ligados a governos ditatoriais.

Cabe ressaltar que o nome próprio só assume autonomia inserido na situação comunicativa já que, nesses casos, não são nomes que possuem uma estabilidade social capaz de ativar os saberes compartilhados ou a memória enciclopédica dos leitores como nos exemplos de identificações específicas, as quais se referiram ao universo político.

Nas operações de identificação específica, vemos que o recurso ao nome próprio, em todos os excertos analisados, denota o sujeito da referência, ou seja, não há evidência de nenhum aspecto conotativo no emprego desse recurso. Outra questão que é importante ressaltar, como bem aponta Emediato (1996), se refere ao fato de que os sentidos suscitados pela inserção do nome próprio no discurso não são, de fato, atribuídos apenas ao nome isoladamente, mas da sua relação com o contexto do enunciado e na situação de comunicação.

A tabulação dos dados da grade do Modo de Organização descritiva nos permitiu comparar os procedimentos de identificação mais utilizados em cada uma das publicações:

		Identificações Específicas	Identificações genéricas
43	Veja	32	125
43	Carta Capital	43	103
39	Istoé	16	99

Nota-se que, em todas as publicações, há uma preferência significativa pelas identificações genéricas com uma grande diferença entre o emprego dos procedimentos de identificação

específica e de identificação genérica. Entretanto, é importante ressaltar que essas escolhas são consideradas como características do gênero e, têm como objetivo, além de construir as identificações dos actantes, uma função de manter a coesão textual e discursiva. O fator que assume grande importância para esta pesquisa é a qualidade das identificações empregadas por cada publicação.

As identificações genéricas da publicação de *Veja*, como dito anteriormente, não apenas carregam um aspecto informativo, uma vez que inserem os actantes em um quadro de generalização das classes com o objetivo de traçar o perfil de comportamento dos manifestantes. O leitor pode ou não se identificar com os “porta-vozes” (41), visto que não há uma ambiguidade na construção da nomeação, mas pode se distanciar ou se aproximar dos “insufladores” (23) ou dos “vândalos” (21), dada a avaliação negativa das nomeações, considerando que o jogo discursivo é uma aposta feita pelo sujeito comunicante, baseada na imagem de destinatário como leitor ideal.

O suposto efeito de distanciamento dos acontecimentos e aproximação com o ponto de vista da instância de produção pode ter a intenção de despertar uma indignação da zona leitora com os protestos, focalizados por meio de processos de agressão entre os manifestantes e o patrimônio público/privado (17) aspecto pertinente aos leitores, se os considerarmos em sua imagem de cidadania representada pelas mídias de referência.

Carta Capital denota uma preferência pelo universo político, ao focalizar a omissão dos governantes e generalizar os atos violência da polícia sob seu [do governo] comando (39) busca alcançar o leitor em seus afetos e, com isso, garantir uma maior aproximação identificatória e imediata com seu leitorado pelo reconhecimento da ineficiência das políticas públicas. Para isso, a publicação aborda, além do universo da política (28), o da ação policial (39) e das demandas sociais (40); como se quisesse dizer ao leitor “isso também te interessa!” interpretação que pode ser subentendida pelo leitor no processo de identificação genérica, como no exemplo abaixo:

(40) A omissão do *governo* em questões sociais facilita o avanço do *conservadorismo* –
Carta Capital

Nos excertos de *Istoé*, as identificações genéricas tendem a uma focalização mais narrativa com maior ênfase nos processos de agressão, que serão melhor analisados no modo de organização narrativo. Como vemos no trecho:

(6) *Manifestantes de movimentos sociais* voltam às ruas das grandes capitais e são reprimidos com uma truculência injustificável e desproporcional, que não é vista desde os tempos da ditadura – (Istoé)

O universo de referência nos quais os actantes da publicação estão inseridos parece ser pertinente à zona leitora de cada uma das reportagens, objetivando um processo de identificação. As generalizações dos referentes tendem a possuir um maior alcance de identificação e, portanto, um maior efeito de captação, muitas vezes, de acordo com Emediato (1996, p. 175) por implicação de uma coletividade social que, no nosso entendimento, partilhada dos mesmos saberes ou universos de referência, ou por um processo de generalização que produz ambiguidades. Os atos de linguagem atendem a seu contexto e à finalidade comunicacional prevista para o contrato de comunicação, além de atender ao princípio de interação que permite que os interlocutores se legitimem e se reconheçam.

7.2.3 PROCEDIMENTOS DE QUALIFICAÇÃO

Os procedimentos de qualificação foram observados a partir dos dados previstos na grade na coluna de qualificação (subjativa ou objetiva), conforme Charaudeau (2009 [1983]). Nosso olhar sobre a qualificação considera a relação desse procedimento com outros tipos de operações, tais como os processos de identificação e a relação desses objetos inseridos no discurso com a situação de comunicação.

A qualificação, comumente, é realizada por procedimentos de qualificação do nome (adjetivos) e do verbo (advérbios). Nesta etapa nos centraremos na análise de procedimentos discursivos advindos da adjetivação. De acordo com Emediato (1996), os qualificativos relacionados ao nome (adjetivos) tem a função de amplificar a “descrição da entidade identificada”. Acreditamos que, nas publicações analisadas, além de uma qualificação dos agentes, há, ainda, um processo de qualificação das ações e dos estados de coisas por meio de um procedimento de encaixamento de várias operações de qualificação de um “fazer”.

Na publicação de VEJA houve uma forte tendência em qualificar os agentes, as ações e os “estados de coisas”. Nota-se, também, uma preferência por qualificações que colocam em evidência relações de comportamento face a posições partidárias ou ideológicas.

(16) Há uma *boa* chance de que boa parte da rapaziada que, na semana passada, foi às ruas esteja apenas dando vazão às pressões *hormonais* pelo exercício *passageiro* do socialismo *revolucionário* – (Veja).

(17) As minorias que participaram ativamente *do quebra-quebra* são os suspeitos *de sempre*: militantes de *partidos de extrema esquerda* (PSTU, PSOL, PCO, e PCdoB), militantes *radicais de partidos de centro-esquerda* (PT e PMDB), punks e *desocupados de outras denominações tribais urbanas*, *sempre* dispostos a driblar o tédio *burguês* aderindo a algum protesto *violento* – (Veja).

Ao avaliar as ações por meio dos qualificativos (*hormonais, passageiro, revolucionário*), o sujeito descritor revela seu ponto de vista e a imagem que constrói de seus destinatários como leitores, também, avaliativos e que podem (ou não) compartilhar com o locutor da mesma imagem dos protestos.

O fazer é qualificado negativamente por meio da locução “*hormonais*”, que denota desequilíbrio, mas não no sentido fisiológico da expressão, a intenção é a de destacar um suposto comportamento eufórico e inconsequente refletido nas ações dos manifestantes, como se dissesse ao leitor: *trata-se uma inquietação juvenil*. Essa escolha denota traço subjetivo do enunciador que alinha as manifestações a um desequilíbrio biológico. Além disso, ao destacar um regime socialista “*revolucionário*”, como comportamento efêmero, coloca em cena, no mínimo, mais dois regimes ideológicos distintos e opostos, o socialismo e, por inferência, o capitalismo ou o liberalismo.

O locutor destaca expressões qualificativas (*do quebra-quebra, de partidos de extrema esquerda, radicais de partidos de centro-esquerda, desocupados, de outras denominações tribais urbanas*) colocando em cena uma fazer como comportamento característico de determinados grupos políticos e partidários, relacionando comportamento e pertencimento. O encaixamento de várias qualificações tem como objetivo amplificar e reforçar a representação identitária dos manifestantes dentro de determinado universo político e ideológico. A expressão “*de sempre*” revela uma posição de saber do sujeito descritor sobre quem são os manifestantes possibilitando, com isso, uma amplificação da identificação proposta com a nomeação “*Os suspeitos*”.

Em *Carta Capital*, esse tipo de qualificação parece funcionar em uma relação dialógica com os discursos circulantes no período de modo mais explícito.

(35) *ESQUERDISTAS utópicos e ingênuos. Radicais agressivos e violentos.* Desde o início de junho, não faltam títulos para tentar desqualificar os manifestantes convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) para tomar as ruas do Brasil. Boa parte dos que outrora vociferaram contra os protestos agora celebra as manifestações – (Carta Capital)

(38) Se antes os manifestantes eram retratados indistintamente como “*vândalos*” e os editoriais clamavam pela repressão *da PM*, a mídia passou a tratar os casos de depredação de forma mais isenta: fatos isolados, causados por pequenos grupos – (Carta Capital)

As qualificações (35) (*ESQUERDISTAS, utópicos, ingênuos, Radicais, agressivos, violentos, apartidários, antipartidários*) remetem aos discursos que circularam na sociedade durante os protestos, pois, como podemos notar, fazem referência a expressões de outros veículos de comunicação, faz referência a outras vozes não muito explícitas no discurso. Podemos dizer que, no trecho (35), o Sujeito descritor parece estabelecer uma relação dialógica com a publicação de Veja ou de outras mídias, com a intensão de refutar o ponto de vista anteriormente construído e destacar uma mudança de opinião das mídias, em geral, sobre os acontecimentos.

A qualificação (38) “*vândalos*” possui uma natureza distinta das demais, notadamente, o sujeito descritor utiliza-se de discursos exteriores. O recurso tipográfico marca claramente a presença de outras vozes que foram evocadas no discurso, a fim de permitir que o locutor se desprenda dessas qualificações que são atribuídas a um terceiro não identificável. Uma voz mais ou menos coletiva que atribuiu uma qualificação negativa aos protestos ocorridos, inicialmente, em São Paulo. O modo de inserção dessas qualificações denota uma imagem de leitor que também insere os manifestantes em um quadro de referência distintivo e revela um posicionamento mais favorável às manifestações.

Em *Istoé*, há uma forte tendência nas qualificações descritivas que amplificam a percepção dos acontecimentos.

(12) *Atacados seletivamente*, vários jornalistas acabaram feridos. Um deles, atingido no olho por um projétil emborrachado, corre o risco de perder a vista – (Istoé)

(9) Após quatro dias de protestos, contudo, surgiu em São Paulo uma situação *hostil, assustadora e perigosa* – (Istoé)

(6) Manifestantes de movimentos sociais voltam às ruas das grandes capitais e são reprimidos com uma truculência *injustificável e desproporcional*, que não é vista desde os tempos da ditadura – (Istoé)

As qualificações (*seletivamente, hostil, assustadora, perigosa, injustificável, desproporcional*) podem produzir um efeito dramático na descrição dos acontecimentos com grande efeito de captação do leitor, revelando certo investimento subjetivo do locutor. O advérbio “seletivamente” revela o modo como o Sujeito descritor percebe os acontecimentos, demonstrando certa indignação, enquanto as qualificações adjetivas tendem a produzir um efeito de um modo de existência ou de estado dos acontecimentos por perspectiva que dramatiza e, possivelmente, permite a construção de laços afetivos da zona leitora da publicação com as manifestações.

A tabulação dos dados nos permitiu realizar as seguintes observações comparativas:

Operações de qualificação		
	Subjetiva	Objetiva
Veja	18	25
Carta Capital	17	26
Istoé	13	26

Em todas as publicações, houve um forte desequilíbrio entre os procedimentos de qualificação subjetiva e objetiva. Entretanto, esse desequilíbrio, notado na tabulação dos dados, nos informa que as publicações atendem às expectativas previstas no contrato de comunicação com vistas a uma maior tendência à busca pelo efeito de objetividade em atendimento ao imperativo de credibilidade.

É importante ressaltar que a tabulação dos dados teve como objetivo verificar quais os procedimentos de qualificação mais adotados por cada uma das publicações. A quantificação se configura como mais um recurso metodológico para a análise, assim, não podemos considerar, como destaca Arantes (2010), a partir desses dados, que o comportamento das mídias de informação seja mais ou menos subjetivo ou objetivo que o outro. Nosso propósito foi o de generalizar os resultados obtidos na etapa de descrição e considerar quais os procedimentos discursivos e linguísticos adotados na construção do acontecimento e como esses recursos foram mobilizados no processo de co-construção dos sentidos.

7.2.4 A QUANTIFICAÇÃO: UMA ESTRATÉGIA DE OBJETIVAÇÃO OU DE INTENSIFICAÇÃO SUBJETIVANTE?

Compreendemos que os procedimentos de quantificação contribuem para o efeito de objetividade e de evidência, característico das mídias de informação de referência. A grade de descrição nos trouxe algumas informações interessantes que nos permitem observar como o sujeito comunicante constrói as descrições, buscando que o sujeito interpretante se identifique com o enunciado ou, no mínimo, que estabeleça as relações necessárias para a interpretação e avaliação dos acontecimentos diante de informações que, por vezes, trazem dados objetivos sobre o mundo reforçando o efeito de realidade e de verdade.

Ao quantificar as publicações, o fazem de modo generalizante, por meio de recursos não tão específicos, e, portanto, são procedimentos mais abstratos:

(33) Segundo o *IBGE*, o peso médio do transporte público no orçamento mensal dos paulistanos é de 5% – muita coisa se comparado ao que ocorre em *Nova York*, por exemplo, em que esse custo equivale a apenas 2%, ou *Londres*, que, com um dos transportes públicos mais caros do mundo, tem um impacto de 3% no rendimento médio dos trabalhadores. Como ficou claro nos últimos dias, contudo, boa parte dos manifestantes não é usuária de ônibus – (Veja)

(26) Num cálculo do DIEESE, realizado em Porto Alegre, mas que tem semelhança com o que aconteceu no país inteiro, as passagens subiram 670% de 1994 para cá – contra uma inflação de 281% – (Istoé)

(37) No início, o MPL tinha dificuldades de para reunir *mais de 5 mil* manifestantes na capital paulista. Na segunda 17, havia *mais de 65 mil*, segundo a conservadora estimativa do Datafolha – (Carta Capital)

As quantificações fazem generalizações com o objetivo de sintetizar as informações para o público leitor e atender a um princípio que Charaudeau classifica como de inteligibilidade, resultados de abstrações. O excerto (37) apresenta uma quantificação curiosa, pois apesar de apresentar números objetivos os encadeamentos que os seguem (*mais*) contribuem para uma estratégia do locutor a fim de impressionar o leitor, a forma adverbial parece funcionar como uma hipérbole ou uma intensificação do modo de expressão.

As quantificações objetivas usam recursos mais específicos com a pretensão de uma descrição factual:

(15) A Passeata de quinta-feira em São Paulo terminou com mais de 230 detidos, o maior número de presos em confronto com a polícia desde a ditadura militar. Mais de 100 pessoas ficaram feridas, incluindo dezenas que nada tinham a ver com a manifestação e que foram atingidas por lascas de bombas de gás lacrimogêneo ou balas de borracha disparadas pela polícia militar – (Veja)

(29) Em 2003, Salvador ficou paralisada por *dez* dias até que a prefeitura cedesse 9 das 10 reivindicações apresentadas pelos líderes do movimento. Em Florianópolis, os protestos conseguiram revogar dois aumentos, em 2004 e 2000. Em Vitória, isso já aconteceu uma vez. Mirando-se no exemplo paulistano, que preferem ver longe de seus domínios, outros prefeitos resolveram agir antes que fosse tarde. Em Curitiba, o preço da passagem foi reduzido em *10 centavos*. Em Goiânia, depois de subir para R\$ 3,00 ela retornou para R\$ 2,70. Em Manaus houve um aumento de R\$ 2,75 para R\$ 3,00, mas o preço agora é R\$ 2,90. Em Cabo Frio (RJ), a população vale-se do subsídio da prefeitura e paga – (Istoé)

Entendemos que as quantificações mais objetivas permitem que o leitor as interprete de modo como se apresentam, assegurando maior efeito de objetividade e de realidade. Como em (29), em que o sujeito comunicante tende a assegurar uma imediata identificação do sujeito interpretante ao discutir questões cotidianas sobre as quais pode haver um reconhecimento do sujeito interpretante produzindo um maior efeito de credibilidade/ objetividade.

Entretanto, em (15), a quantificação além de assumir um caráter factual, auxilia o sujeito comunicante no procedimento de construção da opinião na medida em que busca tocar a afetividade do leitor inserindo informações conectadas por certa dramaticidade dos acontecimentos, joga com a quantificação genérica e com a objetiva, nesse caso a interpretação poderia se direcionar para: *poderia ser você entre as dezenas!*

Quanto aos procedimentos de quantificação a tabulação dos dados nos permitiu observar os seguintes resultados:

	Quantificação	
	Objetiva	Genérica
Veja	7	9
Carta Capital	0	4
Istoé	19	6

Nas publicações de *Veja* e *Istoé*, houve uma diversidade de recursos de quantificação, porém em *Veja* há uma preferência pela quantificação genérica e em *Istoé* houve uma tendência às

quantificações precisas. *Carta Capital* também apresentou uma forte tendência à quantificação genérica e não houve ocorrência de quantificações objetivas.

7.2.5 PROCEDIMENTOS DE LOCALIZAÇÃO: A RELAÇÃO DOS OBJETOS DE DISCURSO COM OS ESPAÇOS URBANOS

A categoria de localização na organização descritiva nos permite observar o modo de *localizar/ situar* o lugar em que um ser ou um estado de coisas ocupa no espaço.

Consideramos que o componente “localizar” se relaciona com os enunciados de maneira relevante para os leitores de cada uma das publicações, uma vez que objetivam uma identificação com os espaços urbanos nos grandes centros ou com lugares frequentados por um público específico, amplificando o modo de percepção dos comportamentos dos actantes, como no exemplo: (18) rua mais célebre da boemia de São Paulo, a Augusta – *Istoé*.

A operação de localização foi utilizada por todas as publicações com uma preferência por procedimentos de localização espaço-temporal. Notam-se os seguintes procedimentos de localização específica:

(31) Em *São Paulo*, os cartazes dos manifestantes na quinta-feira já incluíam, além do tema das tarifas de ônibus, palavras de ordem contra a repressão policial e a corrupção política. Uma mensagem fartamente compartilhada nas redes sociais na sexta-feira dizia: “A luta não é por 20 centavos. É por direitos” – (Veja)

(16) O êxito dos jovens rebelados é inegável. Dezenas de municípios revogaram o reajuste ou diminuíram o valor das passagens de ônibus. Os dois maiores focos de resistência, *São Paulo e Rio de Janeiro*, cederam aos apelos das ruas na quarta-feira 19 – (Carta Capital)

(33) Com outros nomes e rostos, mas um ideário parecido, eles [anarco-punks] já apareceram em outros lugares. Na quinta-feira, eles surgiram entre as mobilizações em *Porto Alegre*. Picharam 21 lojas, depredaram seis agências bancárias, reviraram 40 containers de lixo. Em situação semelhante 2 mil pessoas organizaram um protesto no *Rio*, no mesmo dia. O início foi pacífico, mas, no final ocorreram cenas de baderna e confronto. – (Istoé)

As localizações específicas situam os sujeitos, as ações ou os acontecimentos em um espaço/ tempo e são pertinentes na medida em que reforçam as informações sobre os acontecimentos

nessas localidades, objetivando um maior efeito de verdade dos fatos reportados. São descrições que atendem a um caráter factual de modo a situar os leitores acerca dos acontecimentos nas localidades mencionadas, nos exemplos as publicações apresentam uma informação panorâmica para seus leitores.

Situar os acontecimentos por meio de localizações específicas implica a identificação imediata de um leitorado mais restrito. Além disso, pode produzir um menor efeito de captação, pois as identificações poderão interpelar apenas o público que se reconhece nas localizações identificadas.

Acreditamos que nos procedimentos de localização genérica possibilitem um maior efeito de captação, posto que as generalizações (*nas ruas do Brasil, municípios, ruas das grandes capitais*) podem implicar uma relação de identificação com um leitorado mais amplo. Entretanto, é importante ressaltar que as publicações apresentam procedimentos variados de localização com certa preferência pelas localizações genéricas.

A publicações de *Veja* e *Istoé* são as que mais utilizam o recurso da localização, com uma forte divergência desta última que apresenta uma tendência às localizações genéricas variadas, tais como: *cinema, Shopping, balada, nos grêmios estudantis dos colégios, nas redes sociais, universidades*, como uma estratégia de captação. Em *Istoé: ruas das grandes capitais, nas ruas, região central, capital carioca*; em *Carta Capital: nas ruas, municípios, porta da TV Globo, as ruas do Brasil, capital paulista*, como uma estratégia de credibilidade.

É importante ressaltar que as generalizações de localização “*cinema, Shopping, balada, nos grêmios estudantis dos colégios, nas redes sociais, universidades*” reforçam as identificações dos actantes. As localizações podem ser reveladoras um ponto de vista do sujeito comunicante sobre os comportamentos mais pertinentes ao perfil construído para os manifestantes, pois se relacionam a localidades que são frequentados por jovens em busca de diversão.

Em *Carta Capital*, o ponto de vista sobre as manifestações nos centros urbanos parece ser construído considerando os atos como uma manifestação política que atende a princípios de cidadania tendo nas ruas seu *locus* de expressão, essa interpretação é possível se considerarmos a reportagem dessa publicação em uma relação dialógica que refuta outros discursos produzidos durante os protestos, os quais, em sua maioria, criminalizavam os acontecimentos.

Há um posicionamento semelhante em Istoé, a publicação constrói seu ponto de vista refutando os discursos favoráveis às ações da Polícia Militar nos grandes centros urbanos, classificando-a de ação “violenta”, nesse caso o posicionamento da reportagem se contrapõe aos discursos que circularam no início dos protestos e que reforçavam a necessidade de ações “repressoras” às manifestações que tiveram início em São Paulo.

No próximo tópico destacaremos os procedimentos de construção narrativa dos acontecimentos. Colocando em evidência como foram realizados os procedimentos de caracterização dos actantes e em que processos narrativos eles são inseridos pelo sujeito narrante.

7.3 O MODO DE ORGANIZAÇÃO NARRATIVO: O PONTO DE VISTA ACTANCIAL

A construção do discurso no *Modo de organização narrativo*, como dito anteriormente, diferentemente da encenação descritiva, não se constitui na narração de um mundo que exista *a priori*, nesse modo de organização a construção do mundo passa pelo crivo de um sujeito narrador. A análise é pertinente para a abordagem que propomos nesta pesquisa, pois pode ser reveladora do ponto de vista do sujeito narrante em face à construção do mundo narrado, em como observa e conta as ações dos actantes e no modo como estes se relacionam com outros actantes ou com ambiente que os cerca.

Com efeito, a descrição do corpus, conforme grade 3, do anexo A, nos trouxe informações importantes acerca da organização narrativa. A seguir, propomos uma análise qualitativa desses dados, dos quais elencamos os procedimentos narrativos que colocam em cena, de modo evidente, os processos narrativos em que os actantes são bem definidos. Na tentativa de responder à nossa pergunta de pesquisa:

- c) Quais os aspectos relevantes de sua organização narrativa (processos, agentes, problematização narrativa) e como essa organização contribui para a construção do acontecimento e suas perspectivas?

De acordo com Emediato (1996, p. 64), o modo narrativo é estruturado por meio de operações de *actancialização*, mas para que um discurso se torne, efetivamente, narrativo é necessário

que sejam criadas entidades narrativas, representando papéis narrativos e um processo actancial. No modo narrativo, o processo actancial será resultativo das ações realizadas por ao menos dois actantes que representem os papéis narrativos, a saber: agressor, benfeitor, aliado, oponente, retribuidor, vítima ou beneficiário.

Para isso, a descrição do modo narrativo privilegiou enunciados em que a configuração das ações delimita e liga, mais claramente, o processo que envolve ao menos duas entidades actanciais. Como um modo de distinguir e melhor delimitar as sequências que se apresentam como narrativas com função actancial das ações. Como nos exemplos que se seguem:

(43) AÇÃO E REAÇÃO Os excessos marcaram as ações de manifestantes e policiais, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. *Acima, radicais insuflados por partidos de esquerda lançam chamadas contra policiais paulistas, que reagiram com agressividade (...). O resultado foi o maior número de detidos em manifestações desde o fim do regime militar – (Veja)*

(41) A invasão de jovens com cara pintada e nariz de palhaço, bandeiras pró-privatizações ou contra a PEC 37 nas mãos, gerou conflitos dentro e fora das ruas. *Punks e anarquistas hostilizaram manifestantes com bandeiras do Brasil – (Carta Capital)*

(35) CAVALARIA INCONSEQUENTE

Na rua da consolação, em São Paulo, *polícia montada parte para cima de manifestantes na quinta 13 – (Istoé)*

No excerto (43), temos uma organização narrativa complexa, pois encadeia ao menos dois processos narrativos. No primeiro processo narrativo, há a construção de um processo de agressão no qual os actantes vítima identificados, de modo genérico, como “radicais” são “insuflados” ou induzidos por “partidos de esquerda”, caracterizados como agentes agressores. A ligação entre os actantes não ocorre em uma linearidade, mas é possível estabelecer uma relação de causa entre um processo narrativo e o outro que o segue.

Em um segundo processo narrativo há uma transformação das ações. Os actantes identificados como “radicais” passam ao papel narrativo de agente agressor e os “policiais paulistas” a actante vítima que reagiram em resposta à ação do actante agressor com agressividade. As identificações genéricas dos actantes assumem a função de reforçar uma qualificação negativa das ações dos manifestantes.

O trecho selecionado é subtítulo de uma foto na qual temos os manifestantes manipulando chamas de fogo, configuração que garante à narrativa um maior efeito de realidade, pois trata-se não apenas do modo como o sujeito narrante conta os fatos que testemunhou, uma vez que a inserção da fotografia pode proporcionar um maior efeito de credibilidade.

No excerto (41), de *Carta Capital*, temos a identificação genérica “punks e anarquistas” que, no entanto, identifica genericamente um grupo específico de manifestantes como agente agressor e, por outro lado identifica outro grupo de manifestantes “manifestante com bandeira do Brasil” também de modo genérico como actante vítima.

Nesse caso, o sujeito narrante, assim como em (43), também qualifica as ações de grupos radicais de maneira negativa. Coloca dois grupos distintos de manifestantes em uma relação de oposição tanto no que se refere aos comportamentos quanto no que se refere às reivindicações. Demonstra a relação conflituosa que permeou os protestos, colocando em evidência as “polarizações” e divergências políticas existentes na sociedade brasileira refletida nas ações dos manifestantes no período. Nessa conjuntura, cabe destacar que o cenário político passava por constantes turbulências, visto ser um período que antecedeu eleições nacionais para disputa da presidência da república.

Em (35), a localização e o marco temporal funcionam como ponto de referência para ancoragem do desenvolvimento cronológico da sequência narrativa, característica predominante na publicação de Istoé. A ação do actante agressor (polícia montada) indica um ataque ao actante vítima (manifestantes), além disso, a configuração linguística garante um efeito de testemunho como se o sujeito narrante estivesse nos contando o fato no exato momento do acontecimento.

Os processos narrativos da reportagem de Istoé se apresentam com foco majoritário nos processos de agressão. O excerto apresentado marca uma tendência nessa publicação em identificar os actantes por meio de identificações genéricas, tendo nas forças policiais o actante agressor e os manifestantes como actante vítima.

Nesse caso, na construção do acontecimento a identificação e a atribuição de uma função narrativa aos actantes funcionam como ancoragem do ponto de vista negativo do locutor acerca da atuação do Estado no que se refere a questão de segurança pública e a “repressão” contra manifestantes. Retoma uma memória de fatos recentes da constituição democrática

brasileira, a ditadura militar vivenciada na década de 1960. Fato muito significativo para a população e que deixou marcas tanto nos organismos de imprensa quanto para uma parcela da população que de certo modo associa as ações da Polícia Militar às ações do período ditatorial.

Na publicação de *Veja*, assim como em *Carta Capital*, foram notadas irregularidades no processo actancial.

O excerto abaixo indica um processo de aliança no qual os manifestantes que organizaram os protestos são beneficiários.

(23) Os insufladores do movimento usam as redes sociais para organizar os protestos. O grupo também arregimenta simpatizantes nos grêmios estudantis dos colégios onde seus integrantes estudaram – (Veja)

A relação de aliança é mostrada como concretizada produzindo um maior efeito de objetividade por meio da asserção de evidência, que parece remeter a uma realidade que tem no sujeito narrante uma testemunha dos fatos ou um detentor do saber.

A organização dos protestos foi articulada, sobretudo, pelo Movimento Passe Livre e por estudantes. E com o objetivo de apresentar como os manifestantes se organizam o sujeito narrante estabelece uma relação que liga os actantes entre si por meio de uma relação de aliança/ benfeitoria por associação. Denota um procedimento de conjunção. De um lado, um actante beneficiário (o grupo/ os insufladores) e, de outro, o actante benfeitor/ associado (simpatizantes) que ao se aliar ao actante beneficiário possibilitou uma maior concentração de manifestantes nos protestos. Cabe ressaltar que as ações são apresentadas negativamente pelo sujeito narrante o que contribui para a construção do acontecimento sob um ponto de vista negativo.

Em *Carta Capital*, o processo de aliança/ benfeitoria não é muito claro, entretanto consideramos que o excerto abaixo pode ser considerado como tal, pois as mídias de informação representaram um papel importante durante os protestos.

(26) Ao atrair jovens de classe média escandalizados com a repressão policial, também os jornais e emissoras de tevê passaram a demonstrar simpatia pelos rebelados – (Carta Capital)

A classificação desses actantes em uma relação de aliança/ benfeitoria torna-se possível na medida em que a cobertura das manifestações pelas redes sociais e a exposição de ações violentas da polícia militar na contenção de manifestantes permitiu uma mudança de foco nas mídias de referência que antes culpavam os manifestantes por provocar enfrentamentos violentos contra a PM, passando a criticar a atuação violenta da PM contra os manifestantes.

O sujeito narrante deixa escapar seu ponto de vista, pois ao dizer: *passaram a demonstrar simpatia*[...] permite a percepção de um estado ou comportamento anterior das mídias de informação, ou seja, não havia simpatia. Fazendo dos manifestantes beneficiários dessa mudança de opinião. Desse modo, ao se posicionar de modo mais favorável às manifestações, os actantes (jornais e emissoras de TV) acabam, mesmo que não voluntariamente, estabelecendo uma relação de aliança na qual discursivamente se colocam, de certo modo, favoráveis às manifestações ao adotarem um ponto de vista mais crítico sobre os atos, sobre as ações policiais e sobre o comportamento de determinados grupos.

Nos excertos abaixo temos, em *Veja* e *Carta Capital*, um processo actancial de benfeitoria, com actantes assumindo o papel de benfeitor e beneficiário.

(30) A economia beirando o pleno emprego faz dos manifestantes jovens caçados nas universidades por empresas em busca de mão de obra qualificada – (*Veja*)

(25) Esse pragmatismo [político] não é obra da presidenta, diga-se. Ela herdou do governo Lula – (*Carta Capital*)

Em (30) o actante benfeitor (A economia) transmite um benefício aos actantes (manifestantes) que são afetados positivamente pela ação da economia. A ação é narrada como um fator que por sua estabilidade garante aos jovens manifestantes boas condições de vida. Entretanto, essas questões são colocadas pelo sujeito narrante a fim de problematizar as ações dos manifestantes que protestaram por vinte centavos quando poderiam ter bons empregos assim que saíssem das universidades. Entendemos que esse pode ser um modo de problematizar os acontecimentos de modo pertinente ao universo ideológico que regula a instância de comunicação e as expectativas de seus leitores, ou seja, sob a ótica de uma intervenção menor do estado em questões sociais.

No excerto de *Carta Capital* (25), o processo actancial é mais complexo e problemático, pois se considerarmos a categoria de língua temos um actante que seria benfeitor (Lula) e um actante beneficiário (Dilma), porém na discursivização “herdar o pragmatismo político de Lula” transforma, na ótica do sujeito narrante, os benefícios positivos da ação e nesse caso Dilma é afetada negativamente, fazendo dela um actante vítima mesmo não sendo esse um processo de agressão. O ponto de vista negativo recai nas formas de governança e nos caminhos escolhidos por Dilma na realização de alianças políticas à semelhança do modo de governar do ex-presidente Lula.

Na configuração narrativa da reportagem de *Veja*, os processos actanciais privilegiam o foco nas ações dos manifestantes em processos de agressão, narrados sob um ponto de vista negativo. Os actantes são identificados genericamente o que permite um maior alcance e generalização das identificações. Além dos processos de agressão, a publicação apresenta outros processos narrativos envolvendo actantes distintos, tais como: os manifestantes, a economia, a polícia militar, o governo. Esses processos de actancialização e a atribuição de papéis narrativos podem ser pertinentes e representativos para a zona leitora da revista, objetivando uma maior identificação com a problematização narrativa, reforçando um ponto de vista negativo sobre os protestos.

Em *Carta Capital*, os processos narrativos são irregulares assim como a focalização das ações. Os actantes são identificados de modo genérico (jornalistas, repórteres, jovens de classe média, emissoras de tv, governos, partidos, presidenta) e específico (Record, SBT, TV Globo, PSDB, FHC, Lula) essas identificações parecem funcionar de modo representativo ao público leitor. A partir do procedimento de identificação e da atribuição de papéis narrativos, a publicação se coloca no interior de um posicionamento político específico.

Quanto ao ponto de vista narrativo sobre as manifestações a organização privilegia uma descrição das ações do poder público como agente agressor, construindo uma opinião mais positiva sobre os protestos já que define certos grupos como agressores sem fazer generalizações.

Isto é foi a publicação que apresentou uma regularidade nos processos narrativos, privilegiando os processos de agressão. A reportagem atribui papéis actanciais de vítima (manifestantes) e de agressor (Polícia Militar) todo o acontecimento é construído em torno dos processos de agressão que envolvem esses actantes. O ponto de vista narrativo focaliza as

manifestações sob um ponto de vista favorável em contra partida a ação do estado representada pela Polícia Militar é vista como não muito positiva. Atribui as ações negativas de manifestantes a grupos específicos, o que corrobora para a construção de uma opinião mais positiva sobre os protestos.

Dentre os efeitos possíveis, alcançados pela organização narrativa a atribuição de papéis narrativos e de funções actanciais estão em constante diálogo com o contexto social, produzindo um efeito discursivo de realidade.

7.4 O MODO DE ORGANIZAÇÃO DA DIMENSÃO ARGUMENTATIVA DO DISCURSO

As características genéricas das reportagens, em função do contrato comunicacional, como dito anteriormente, restringem a comunicação de modo a não situarem o discurso em uma visada argumentativa declarada e, por isso, nós as trataremos em termos de uma dimensão argumentativa que pode conduzir o olhar do leitor a determinado ponto de vista.

A dimensão argumentativa pode ser considerada na gestão do dialogismo, pois, no discurso citado, os locutores convocados pelo sujeito comunicante também são portadores de pontos de vista (RABATEL, 2013); nos modos de identificação e de qualificação que passam, necessariamente, pelo modo como o sujeito apreende o mundo e os seres (CHARAUDEAU, 2009 [1983]); na problematização narrativa ao propor ao sujeito coenunciador uma roteirização do acontecimento em detrimento de outras perspectivas, um modo de ver o mundo, de apreciá-lo (EMEDIATO, 2013).

Sendo assim, consideramos a existência de uma possível dimensão argumentativa no modo como os pontos de vista corroboram, refutam ou até mesmo questionam os discursos circulantes na sociedade no período em que ocorreram as manifestações. Bem como nas escolhas realizadas nos procedimentos de identificação e de qualificação que, ao nosso ver, atendem a uma perspectivação estratégica dos acontecimentos, contribuindo também para a construção dos processos narrativos.

Na etapas que se seguem, tentaremos correlacionar algumas categorias dos *Modos de Organização Enunciativo, Descritivo e Narrativo* a algumas categorias do *Modo de organização Argumentativo*, sempre tendo em vista a possibilidade de que as reportagens

foram construídas em uma dimensão argumentativa. O Contrato de Comunicação jornalístico impõe às mídias uma opacidade argumentativa a fim de garantir um maior efeito de credibilidade, mas, ainda assim, o sujeito imprime suas marcas subjetivas, a fim, de alcançar um maior efeito de captação da atenção de seu leitorado.

Para isso, as hipóteses interpretativas que se seguem serão investidas de um fundo de representações que leva em conta paradigmas culturais, políticos e sociais (ideológicos) (EMEDIATO, 2008), ou seja, os saberes partilhados que envolvem os parceiros do ato linguageiro.

7.4.1 SELEÇÃO DE VOZES E A PROBLEMATIZAÇÃO POR MEIO DO QUESTIONAMENTO

No *Modo Enunciativo*, analisamos e contrastamos como o sujeito comunicante realizou a gestão *do dizer* de atores sociais na composição do discurso de cada uma das reportagens como uma aparente estratégia de verdade/ objetividade. A disposição dos pontos de vista e como o sujeito comunicante os geriu podem indicar as intencionalidades de seu projeto de fala.

Naquela etapa, a análise qualitativa, de alguns exemplos, nos permitiu perceber como o sujeito comunicante se esconde atrás de dizeres outros, convocando outras vozes por meio do discurso relatado como estratégia de ancoragem de suas asserções, majoritariamente de evidência, a fim de se proteger ou de ancorar suas afirmações. De tal modo, que garanta a seu discurso um efeito de objetividade que o torna mais credível, pois não se trata apenas da opinião da instância de comunicação, mas de um posicionamento também, corroborado, pelos sujeitos convocados pelo sujeito comunicante.

Nesta etapa, nosso objetivo é o de destacar as vozes que funcionam como estratégia de dramatização/ captação no “dizer” que testemunha *uma experiência*; e como estratégia de autoridade/ credibilidade mobilizando *um saber*.

Acreditamos que o discurso citado que mobiliza *um saber* funciona, aparentemente, como uma estratégia de objetividade/ credibilidade, mas que, de certo modo, revela o ponto de vista do sujeito argumentante, como se posiciona em relação a outros discursos, e, ainda, por qual viés deseja conduzir a interpretação. Apesar de ser difícil controlar o processo de

interpretação existem algumas balizas culturais e ideológicas (saberes compartilhados atrelados aos aspectos institucionais) que limitam o sujeito interpretante que, de modo paradoxal, é livre mas, ao mesmo tempo, limitado em seu processo interpretativo.

Selecionamos os excertos abaixo a fim de realizar uma análise qualitativa de uma possível dimensão argumentativa nos discursos das mídias hebdomadárias.

(27) O movimento iniciado pelo *MPL* guarda algumas semelhanças com o Occupy Wall Street, a invasão e ocupação, por manifestantes, do centro financeiro de Nova York durante dois meses. A exemplo do movimento americano, ele não foi espontâneo, mas planejado por um grupo de ativistas. Também como o primeiro, reuniu sobretudo pessoas com situação financeira estável e que não enfrentam nenhum problema urgente. (28) O estudo “Mudando o assunto: um relato de baixo para cima do Occupy Wall Street em Nova York”, conduzido pela Universidade da cidade de Nova York, mostrou que 36% dos ativistas tinham rendimento familiar superior a 100 000 dólares por ano e 64% eram brancos – Veja.

(5) ²⁸“Quem estuda a juventude se perguntava quando ela voltaria a se apaixonar pela política. Voltou. E isso é muito importante para as eleições do próximo ano. As plataformas políticas vão mudar”, diz a socióloga Mirian Abramovay – Carta Capital

Nos excertos anteriores, o sujeito argumentante lança mão do discurso acadêmico/ intelectual, produzindo com isso um *efeito de saber*.

Possivelmente, esses recursos discursivos (a citação de um saber/ experiência) funcionam como estratégia para reforçar a credibilidade da argumentação.

Em 27, o discurso citado²⁹ aproxima as “Jornadas de Junho” às manifestações ocorridas em Nova York, tratadas como *invasão*. Convocando para o discurso as vozes de diferentes atores sociais, tais como as vozes do MPL e dos ativistas do Occupy Wall Street que se sobrepõem e se misturam a voz do locutor. Entretanto, nosso foco recai sobre a emprego da voz acadêmica, tendo uma pesquisa científica como fonte que contribui para um efeito de saber. As

²⁸ Trecho adaptado com a finalidade de atender à metodologia de análise e facilitar a observação do uso do discurso citado, para isso foram suprimidos comentários sobre outras obras publicadas pela socióloga, tais como comentários sobre livros da conferência da juventude de 2011, privilegiando o trecho em que há um destaque para o ponto de vista sobre os protestos ocorridos em 2013.

²⁹ Autores como Authier-Revuz (1992) e Maingueneau (2013) utilizam o termo modalização em discurso segundo para esse tipo de discurso citado, no qual o enunciador modaliza o seu dizer em relação a um outro discurso.

informações da pesquisa realizada pela Universidade de Nova York são utilizadas para a análise do perfil dos manifestantes brasileiros a fim de ancorar um ponto de vista negativo.

Ao deslocar uma análise feita em um contexto político, social, cultural e, principalmente, econômico tão distinto para um contexto brasileiro, o sujeito comunicante procede a uma desqualificação dos acontecimentos. Uma possível dimensão argumentativa reside na inserção de dados sobre os participantes do protesto que ocorreram em Nova York: “36% dos ativistas tinham rendimento familiar superior a 100 000 dólares por ano e 64% eram brancos”. Apesar de seu caráter descritivo, desejamos destacar o uso de um discurso acadêmico, representado pela instituição Universidade de Nova York, para corroborar com o ponto de vista do sujeito comunicante.

Nesse caso, o discurso retomado de um outro espaço discursivo tem por objetivo reforçar a tese de que quem protestava nas “Jornadas de Junho” não se trata, necessariamente, de pessoas que utilizam serviços públicos ou que sejam de uma situação econômica desfavorável, pois possuem “situação financeira estável e não enfrentam nenhum problema urgente”. A importância de uma inserção de dados relativos aos rendimentos e a cor de pele dos participantes denota uma intenção de refutar os discursos que, no período das manifestações, sustentaram a tese de que quem protestava eram estudantes e pessoas de baixa renda.

A associação à cor da pele se explica devido à existência de estudos e discursos que relacionam cor de pele e faixa de renda, quase sempre inferior nas populações negras. Ou seja, de maneira hipotética, é como se o sujeito argumentante dissesse: veja bem quem são os que protestam, estão mesmo fugindo do “tédio burguês” (17). Assim, o sujeito comunicante situa seu ponto de vista depreciativo segundo as considerações propostas pelo discurso citado.

Além do excerto analisado, em *Veja*, temos o mesmo procedimento discursivo nos trechos (7), (8) e (2).

No trecho de *Carta Capital*, o discurso acadêmico /intelectual também corrobora para o modo de enquadramento escolhido pelo sujeito comunicante para explicitar os acontecimentos. Os manifestantes no discurso citado são jovens politizados que “voltaram a se apaixonar pela política”.

Em *Carta Capital*, há, de certo modo, uma louvação aos manifestantes que em uma dimensão dialógica vai de encontro com a seleção discursiva operada por Veja que direciona o olhar do leitor por um percurso interpretativo com destaque negativo aos acontecimentos. Além disso, ao evocar a voz de um enunciador que traz a seguinte consideração: “*Quem estuda a juventude se perguntava quando ela voltaria a se apaixonar pela política. Voltou*”, há uma retomada de outros discursos e de saberes sedimentado no imaginário social, já que a última grande manifestação ocorrida no Brasil foi no período das “diretas já”. Nesse sentido, há uma valorização do resultado das manifestações ocorridas no Brasil. Em um movimento interdiscursivo, o sujeito enunciador nivela a importância dos protestos atuais aos protestos pela redemocratização do país.

O viés argumentativo pode ser considerado também no modo como o discurso acadêmico ajuda a direcionar o olhar do leitor, dando a ver os objetos de discurso sob uma perspectiva que revela uma posição apreciativa, ou seja, um ponto de vista favorável. Ao destacar o discurso de uma socióloga, hipoteticamente o sujeito argumentante intenciona dizer ao seu interlocutor: *pode acreditar quem diz sabe o que diz! Pois tal afirmação foi ancorada em diversos estudos acadêmicos sobre o comportamento da juventude.*

A autora é reconhecida pela publicação de pesquisas que se referem ao comportamento político e a militância da juventude em pautas ditas de “esquerda”, como o casamento gay, a descriminalização da maconha e o aborto. A voz da socióloga é introduzida a fim de justificar e de legitimar uma participação ativa da juventude nos protestos e na vida política do país, como forma de um exercício de cidadania. Além disso, a publicação ressalta os avanços econômicos alcançados na última década, mas que, de certo modo, não foram acompanhados por um debate sobre questões que seriam relevantes para a juventude. Com isso, a instância de comunicação faz uma crítica às ações governamentais implementadas pelos últimos governantes e demarca mais uma vez sua posição ideológica institucional.

Nos excertos analisados em *Carta Capital*, foi encontrado, além dessa remissão ao discurso acadêmico ou intelectual, o mesmo procedimento nos trechos (3) e (4), em que o discurso citado completa o ponto de vista do sujeito comunicante, como demonstrado na análise do *Modo Enunciativo*.

Em ambos os casos, nas publicações, há uma valorização do discurso acadêmico e intelectual como modo de sustentar a dimensão argumentativa que perpassa o discurso. O Sujeito

jornalista seleciona essas vozes em função dos saberes e da competência enciclopédica de seus leitores, apostando que serão estratégias garantidoras de uma validação do viés escolhido para a construção do ponto de vista de cada uma das instâncias de comunicação. A dimensão argumentativa pode ser pensada se “admitirmos que argumentar é impor (ou dispor) pontos de vista sobre objetos reais ou imaginários” (EMEDIATO, 2013, p. 87).

Em contraste, na reportagem de *Istoé*, não foram verificadas a existência de citações que recorressem ao discurso acadêmico e intelectual. Entretanto, há a citação do discurso de institutos de pesquisas no excerto (26) em que cita o DIEESE; assim como em *Carta Capital* em que há uma remissão a pesquisas do Data folha (37) e, em *Veja* no excerto (33), no qual há a citação de uma pesquisa do IBGE. Porém, em função da legitimidade dada ao discurso acadêmico como fonte de autoridade preferimos analisar somente as remissões que se relacionassem de alguma forma a essas vozes. Revelando um ponto de vista sobre o comportamento dos participantes dos protestos de Junho de 2013.

Na *citação de uma experiência*, acreditamos que a estratégia do discurso jornalístico intenciona um maior efeito de captação por meio da seleção de dizeres que, possivelmente, garantam um maior efeito de dramatização, de indignação ou de louvação aos protestos.

(6) CONTRA A BADERNA Estudantes de direito das Faculdades Metropolitanas Unidas, em São Paulo, Vander Santana e Gabriel Ribeiro, de 20 e 22 anos, foram às ruas defender a redução do preço da passagem de ônibus, mas se revoltaram com o vandalismo de parte dos manifestantes. “As atitudes desses anarquistas que quebram coisas desvirtuam os objetivos da passeata, que é a redução da tarifa”, argumenta Gabriel. “Esses baderneiros não representam a maioria do movimento”. Os amigos tinham o rosto coberto por lenços para reduzir os efeitos do gás lacrimogênio arremessado pela polícia – *Veja*

(45) “A tarifa baixou, mas decidimos manter o ato programado para quinta-feira 20. Tínhamos de celebrar as recentes conquistas, apoiar o movimento de outras cidades e prestar solidariedade aos presos, detidos ou processados”, explicou Caio Martins, de 19 anos, estudantes de história da USP e integrante do MPL paulista – *Carta Capital*

(1) “Quando fui perguntar por que dois conhecidos estavam sendo detidos, me advertiram: ‘Não faz muitas perguntas se não levamos você também,’” conta o professor Lucas Oliveira, 28 anos, um dos porta-vozes do Movimento Passe Livre – *Istoé*

A reportagem de *Veja* foi a que apresentou uma maior diversidade de vozes convocadas em seu discurso. O excerto (6) nos pareceu um tanto curioso, pois, ao trazer a voz de um manifestante que participou dos protestos, de certo modo, o locutor é levado a relativizar as

generalizações de atos de vandalismo (vandalismo de parte dos manifestantes) durante a realização dos protestos. Entretanto, o discurso evocado traz identificações e qualificações (anarquistas, baderneiros, baderna, contra a baderna), que reforçam o ponto de vista da instância de comunicação e retoma vozes sociais que ecoaram naquele contexto.

Outro fato interessante é que o sujeito comunicante, ao fazer um comentário sobre os dizeres do locutor de origem, realiza descrições de como eles e o amigos se portaram durante os protestos (Os amigos tinham o rosto coberto por lenços). O gesto de cobrir o rosto durante as manifestações foi duramente criticado por vários veículos de comunicação, pela polícia militar e por analistas que atribuíram esse modo de comportamento aos Black Blocs³⁰, responsabilizados por inúmeros atos de vandalismo. O viés argumentativo pode residir nessa observação do sujeito comunicante ao comentar o ponto de vista do manifestante, ou seja, mesmo fazendo uma crítica ao vandalismo adotam o comportamento de esconder o rosto durante a entrevista, sob a justificativa de se proteger dos efeitos de gás lacrimogênio.

Carta capital (45) mantém o viés de louvação e de celebração aos “sucessos” alcançados pelos manifestantes. O efeito de dramatização pode ser percebido na inserção de informações feita pelo locutor de origem acerca de fatos que vitimaram os manifestantes (presos, detidos ou processados) ou seja, o interlocutor que se identifica com a problematização proposta pela instância de comunicação pode ser tocado afetivamente com a condição a que alguns manifestantes foram submetidos.

O efeito de dramatização também está presente na voz convocada pela revista Istoé, no excerto¹ o locutor de origem conta a reação agressiva e ameaçadora da Polícia Militar ao ser questionada acerca do motivo da detenção de outros manifestantes. Ao identificar o locutor de origem como um professor, a publicação intenciona um efeito dramático, pois espera que seu interlocutor compartilhe de conhecimentos acerca do período de censura, no qual, professores foram perseguidos e com isso garantir uma maior identificação e captação da atenção do leitor como modo de garantir uma maior captação. Notamos o mesmo procedimento nos excertos (2), no (3), analisados no modo enunciativo e no excerto (4).

³⁰ Os *Black Blocs* é um grupo formado por pessoas que se autodenominam e que atuam por meio de práticas anarquistas, sempre mascarados e vestidos de preto, suas ações objetivam uma propaganda que desafie o *establishment* e as forças da ordem vigente. A tática tem inspiração em movimentos criados na Alemanha em 1980 a fim de atuarem contra grupos neonazistas, mas ganhou outros contornos ao se expandir para além de territórios europeus, atacando símbolos do capitalismo com ênfase na propriedade privada.

O *questionamento* foi uma estratégia utilizada somente pela revista *Veja*, como essa categoria já foi bastante analisada no Modo Enunciativo faremos apenas algumas observações que consideramos importantes para o quadro de problematização proposto pela publicação e que direciona a seleção operada em todas as categorias dos demais modos analisados, tais como as vozes convocadas, no *Modo Enunciativo*; as qualificações e identificações, no *Modo Descritivo*; bem como os processos no *Modo narrativo*, direcionando o processo interpretativo.

(20) Mas essa minoria interessa pouco. Ela sempre será minoria por definição – ou alguém acha viável um país em que a maioria dos cidadãos quebra tudo a sua volta, dia sim, dia não?

(40) A RAZÃO DE TANTA FÚRIA. Os jovens já marcharam pela paz, democracia e liberdade. Os de agora vão às ruas para baixar o preço das passagens. *Mas* isso é tudo?

Esses excertos, como mencionado, já foram analisados com mais detalhamento no *Modo Enunciativo*, entretanto gostaríamos de trazer a discussão sobre as estratégias de questionamento em uma dimensão argumentativa, ilustrando com os dois excertos anteriormente inseridos, pois acreditamos que se constituem como um modo de problematização de toda a reportagem, influenciando, inclusive, na organização dos demais modos.

No excerto 20, a questão problematiza o comportamento dos manifestantes de modo a incitar o leitor a pensar se esse comportamento é pautado por uma ética, se privilegia o funcionamento das cidades e do país tendo em vista o bem comum. Na verdade, o questionamento, possivelmente, leva o leitor a pensar na participação dos jovens de classe média nos protestos como sendo um comportamento que não condiz com os imaginários de cidadania compartilhados pela zona leitora da revista *Veja*. A proposta pode balizar, imaginariamente, as respostas esperadas, impor uma reação ou mudança de pensamento ao interlocutor.

Em 40, a interpretação vai depender de uma memória do sujeito interpretante a dimensão argumentativa pode ser notada na forma como o sujeito argumentante propõe ao seu destinatário pensar as manifestações. Em outras palavras, a proposta é que o leitor pense a

questão medindo a relevância das lutas por “paz”, por “democracia” e por “liberdade” em contraposição à luta por redução no preço das passagens. Além disso, a problematização proposta conduz o leitor a pensar que por trás da luta contra a redução das tarifas existem outras questões (“Mas isso é tudo?”) que, ao longo da construção do acontecimento são deslindadas, como por exemplo, a participação de partidos de esquerda e o interesse na manipulação dos protestos com a finalidade de atendimento a interesses políticos.

7.4.2 A COMPARAÇÃO E A DEFINIÇÃO DE UMA EXISTÊNCIA COMO PROCEDIMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E DE QUALIFICAÇÃO

Como proposto, com a categoria de *definição* buscaremos verificar como algumas categorias dos Modos Enunciativo, Descritivo e Narrativo funcionam conjuntamente em uma dimensão argumentativa.

Acreditamos que os modos de nomeação e de qualificação, já bastante estudados em tópico anterior, contribuem para uma identificação e uma qualificação subjetiva dos actantes e dos acontecimentos. Nesse caso, o *Modo de Organização descritivo* assume particular importância, pois, somente a partir da enunciação ou da existência dos seres ou objetos discursivos, nomeados e classificados pelo sujeito descritor, é que se torna possível a qualificação dos seres e das ações que constituem o procedimento de actancialização elencados pelo *Modo de Organização Narrativo*.

Lembramos que, para Charaudeau, a definição não funciona somente como uma forma de conceptualização explícita, enciclopédica ou que objetive uma descrição técnica dos estados de coisas. Para o autor, o procedimento discursivo pode, apenas, tomar uma aparência de definição. Nas suas palavras, “a definição é utilizada com fins estratégicos e, mesmo no caso em que não se trata de uma verdadeira definição (ela toma aparência de definição) (CHARAUDEAU, 2009 [1983])”.

A *comparação* também faz parte de um modo de enquadramento definidor do perfil dos actantes ou dos acontecimentos. Para Charaudeau (2009 [1983]) a comparação tem como recurso as categorias de *qualificação*, focalizando algumas propriedades dos seres ou objetos de modo a destacar sua semelhança ou dessemelhança. Além dessa categoria, participa também da comparação a *quantificação*, em que se pode comparar quantidades ou buscar uma

gradação das qualidades. Com efeito, a comparação reforça uma conclusão ou um julgamento do sujeito argumentante, produzindo *um efeito de ofuscamento*.

Nos excertos que se seguem, intencionamos exemplificar o funcionamento estratégico da *definição* ancorada, também, pelas categorias de *nomeação* e de *qualificação* dos actantes ou que constituam o relato do sujeito comunicante, com vistas, a narrar para o seu interlocutor os aspectos inerentes ao acontecimento, tendo como ancoragem as asserções de evidência ou de possibilidade.

Assim como as análises do *Modo enunciativo* nos demonstraram que o sujeito comunicante modaliza seu discurso, majoritariamente, em uma modalização de evidência – reforçando sua posição de superioridade. Consideramos que o objetivo da definição é o de reforçar o efeito de evidência e a posição de saber do jornalista, mesmo nos casos em que ocorre uma modalização de possibilidade.

(17) As minorias que participaram ativamente do quebra-quebra são *os suspeitos de sempre*: militantes de partidos de extrema esquerda (PSTU, PSOL, PCO, e PCdoB), militantes radicais de partidos de centro-esquerda (PT e PMDB), punks e desocupados de outras denominações tribais urbanas, *sempre* dispostos a driblar o tédio burguês aderindo a algum protesto violento – Veja.

(36) Os integrantes do MPL apresentam-se como apartidários, mas não antipartidários. São militantes de esquerda, dizem irritados com os “parasitas” interessados em manipular os jovens mobilizados para abraçar as mais variadas bandeiras, da redução de impostos ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff – Carta Capital

As escolhas de identificação e de qualificação operadas pelo sujeito comunicante para uma aparente definição de quem são os participantes dos protestos ou com a intenção de delinear um perfil podem revelar traços do estado emocional ou uma intenção de tocar o leitorado afetivamente.

Em (17), ao correlacionar os atos de vandalismo a partidos políticos de esquerda o sujeito comunicante demonstra um tom pejorativo, definidor do comportamento dos manifestantes por meio de uma relação que leva em conta um universo ideológico, mais ou menos consensual, entre instância de comunicação e zona leitora, perceptível nos dizeres “*são os suspeitos de sempre*” seguidos das identificações e qualificações dos actantes que são carregadas por traços negativos.

Nesse caso, a opinião do sujeito comunicante é, declaradamente, demarcada, revelando certa indignação e rejeição a determinados partidos políticos. O ponto de vista e a dimensão argumentativa ficam claros ao comparar o comportamento de manifestantes a certos grupos que carregam um estereótipo negativo e ao correlacionar “tédio burguês” e “protesto violento”. De modo hipotético, é como se o sujeito comunicante dissesse ao seu leitor: *olha ao lado de que grupos esses manifestantes se colocam, não buscam o bem comum, mas um meio de extravasar suas frustrações de classe média.*

Carta Capital (36) busca definir o perfil do MPL, aparentemente, retomando os dizeres de um terceiro e ao mesmo tempo refuta os discursos que circularam na sociedade, para isso coloca em destaque o perfil do movimento “apartidários, mas não antipartidários”. Ou seja, a fim de refutar os discursos que correlacionavam as ações dos integrantes do MPL a determinados partidos políticos, o sujeito comunicante propõe a distinção mencionada, deixando claro ao seu interlocutor que o movimento não é filiado a nenhum partido, mas se situa à esquerda, “São militantes de esquerda”.

Ao dizer que os manifestantes não são “antipartidários” refuta os discursos que circulam no contexto dos protestos em afirmação a uma relação contrária dos manifestantes ao funcionamento institucional que regula as relações políticas. É importante lembrar que, de acordo com Nogueira (2015), as manifestações simbolizaram uma descrença no sistema político atual e, de certa forma, a sinalização de uma fratura ou descrença da população com a política. A identificação genérica de actantes como “parasitas”, por meio de uma analogia, qualifica as ações e revela um ponto de vista negativo acerca de alguns grupos de manifestantes que se situaram mais à “direita” no cenário político, tendo como a principal bandeira durante os protestos o *impeachment* da, então, presidente Dilma Rousseff.

Como no ato *elocutivo*, na comparação e na definição, não foi possível encontrar as mesmas marcas lexicais ou gramaticais que correspondessem a essas categorias. Assim, observamos a possibilidade de substituições hipotéticas que fossem próximas do que propôs Charaudeau ou guiemos nossas análises por balizas trazidas pelas reportagens.

As comparações que mais nos chamaram a atenção foram as que recorreram ao humor ou a certo tipos de analogias. Presentes em *Veja*:

(22) A tentação maior é rotulá-los [os manifestantes] de *rebeldes sem causa*, bem ao estilo do personagem da música dos anos 80 do grupo Ultrage a Rigor, aquele garoto

que os pais “tratam muito bem” e que recebe deles “apoio moral” e dinheiro para “gastar com a mulherada”. A reação do garoto? “Não vai dar assim não vai dar/ Como é que eu vou crescer sem ter com quem me revoltar/ Não vai dar assim, não vai dar/ Pra eu amadurecer sem ter com quem me rebelar”. Poderia ser esse o hino dos atuais insurgentes – Veja

A *comparação* com recurso ao humor foi observada somente na revista *Veja*, trata-se de uma comparação subjetiva que pode produzir um efeito de “ofuscamento” que busca desviar a atenção do interlocutor para o ponto de vista do sujeito comunicante sem que se verifique a veracidade das qualificações por ele empregadas. Assim, a proposta é de que o comportamento dos manifestantes seja comparado ao comportamento do personagem evocado no discurso (*como, tal como...* o personagem da música dos anos 80), o aposto também assume a função de explicar a semelhança entre o personagem e os manifestantes.

A semelhança reforça o julgamento feito no excerto 17, em que o sujeito comunicante caracteriza a participação dos manifestantes nos protestos como uma forma de “driblar o tédio burguês”. Para Charaudeau o recurso ao humor, com frequência, produz uma evidência no interlocutor por auxiliar na produção de uma construção imagética. Possivelmente, há uma tentativa, estratégica, de relativização do efeito de evidência provocado pela analogia imagética por meio da asserção de possibilidade “Poderia ser esse o hino dos atuais insurgentes”. A dimensão argumentativa pode ser considerada na comparação dos jovens com esse personagem caracterizado como descompromissado e não engajado com questões democráticas, no dizer do jornalista os jovens deveriam ter a “noção de que o mundo nunca é perfeito, mas vale a pena tentar concertar alguma coisa pela prática política e pelo voto”, ou seja, o papel cidadão se realiza na prática do sufrágio e não por meio de protestos.

Istoé, temos uma tendência asserções que comparam o período atual há períodos ditatoriais, vejamos:

(10) Incapaz de atuar de forma preventiva, controlando as manifestações com métodos civilizados e fazendo uso consciente e responsável da força quando necessário, na última quinta –feira 13 a Polícia Militar de São Paulo *retornou* aos piores momentos de seu passado, quando reprimia a população sob o regime militar para acuar e atacar militantes – *Istoé*

Toda a reportagem é construída nesse viés, que, como já dito, parece atender a estratégias de captação por meio de efeitos de dramatização e da qualificação das ações. Ao comparar o contexto de atuação da polícia militar a um contexto de períodos ditatoriais a instância de comunicação, espera que seu leitor tenha os saberes esperados para interpretação do que significou a ação da polícia militar contra os manifestantes.

Ao qualificar as ações desses actantes por meio das configurações verbais “acuar” e “atacar” deixa traços de seu envolvimento emocional, são traços subjetivos que podem conduzir o discurso a uma dimensão argumentativa com o intuito de captar a atenção do leitor e despertar sua indignação com a atuação do agente agressor. De acordo com Emediato (2010), a indignação revela um estado afetivo do sujeito comunicante em relação aos objetos discursivos. A relação de semelhança por uma analogia entre esses dois períodos produz um efeito de ofuscamento ao discurso uma vez que o sujeito interpretante não terá como observar se existe um fundo de verdade entre as comparações.

As interrogações e as demais marcas discursivas denotam um ponto de vista apreciativo do sujeito comunicante e uma dimensão argumentativa na problematização dos acontecimentos.

A organização argumentativa das reportagens foi compreendida como uma estratégia sutil do locutor de atribuir aos discursos analisados uma dimensão argumentativa. Como vimos, nem sempre foi possível encontrar as mesmas marcas lexicais e gramaticais, conforme propostas nas categorias dos procedimentos discursivos do Modo de Organização Argumentativo, sendo necessárias adaptações que passaram mais por uma intuição interpretativa dos procedimentos que envolvem a linguagem em uma situação de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria Semiolinguística se mostrou, particularmente, dotada de métodos indispensáveis às análises que propomos, permitindo nos explorar com clareza os aspectos linguísticos discursivos que se apresentaram em nosso *corpus*, bem como nos forneceu balizas para a interpretação dos possíveis sentidos provocados intencionalmente ou não pelas mídias de informação. Entretanto, cabe destacar as dificuldades encontradas na operacionalização de determinadas categorias, especialmente, no *Modo Enunciativo* nos atos *Elocutivos* e *Alocutivos*; e, no *Modo Argumentativo*, dificuldade que sabemos ser decorrente das características tipológicas de nosso *corpus*.

Nesse sentido, as contribuições de demais trabalhos como os de Kerbrat- Orecchioni (1980, 1986), Amossy (2007, 2011), Plantin (2008), Maingueneau (2013), Emediato (1996, 2000, 2013), Rabatel (2013), Arantes (2010), Guadanini (2010, 2013) e tantas outras vozes que evocamos em nosso percurso teórico-analítico foram de extrema importância para a complementação e conclusão dessa pesquisa. Sobretudo porque sabemos que dificilmente daríamos conta de nosso objeto com o uso de apenas uma teoria, outros olhares e perspectivas são fundamentais para a complementaridade das considerações em um trabalho de pesquisa.

Destacamos um complicador que se refere ao viés metodológico abordado por essa pesquisa. Como adotamos um ponto de vista linguístico discursivo sobre o nosso *corpus* as categorias de língua, elencadas pelos Modos de Organização do Discurso, foram nosso ponto de partida para descrição sistemática a que o submetemos, bem como para iniciarmos as análises qualitativas das categorias mobilizadas pelo discurso das instâncias de comunicação jornalística.

O problema se correlaciona com a natureza de nosso *corpus* e as categorias lexicais e gramaticais sugeridas por Charaudeau, pois nem sempre foi possível encontrá-las como dispostas pelo autor em sua metodologia, o que nos levou a fazer certas escolhas de classificação considerando a dimensão implícita de certos atos de linguagem. Fato que confirma que no discurso e na linguagem em situação de comunicação dificilmente podemos controlar os procedimentos.

Nessa fase de conclusão de nosso trabalho, faremos uma reflexão mais geral sobre as regularidades e contrastes encontrados no nosso *corpus*.

As regularidades nos auxiliaram a observar os recursos linguísticos discursivos empregados pelas instâncias de comunicação e que foram garantidores dos efeitos de objetividade e de credibilidade, estreitamente, relacionados aos aspectos gerais do Contrato de Comunicação que regula o ato de linguagem das mídias de informação.

Os contrastes encontrados nas reportagens nos indicam que se trata de estratégias particulares visando a alcançar efeitos que proporcionassem uma identificação mais imediata com o leitorado de cada uma das instâncias comunicativas, sem, contudo, transgredir explicitamente as coerções impostas pelo Contrato de Comunicação, fato que ocasionaria uma não validação do ato comunicativo.

A interpretação dos dados encontrados tanto das recorrências quanto dos contrastes levam em consideração os saberes partilhados pelos interlocutores e as representações que fazem de si e do contexto social, as relações de força evidenciadas pelo intradiscurso nos auxiliaram a delinear os pontos de vista de cada uma das instâncias de comunicação acerca dos acontecimentos. Assim como como a perceber os posicionamentos sobre os atores sociais em uma dimensão dialógica entre as mídias ao proporem uma explicação e/ ou interpretação do contexto os dados extralinguísticos; que participam dos processos de identificação dos sujeitos evocados no discurso. O que nos permitiu levantar hipóteses sobre a produção dos sentidos intencionados pela instância de produção e dos possíveis sentidos alcançados na zona leitora.

De modo geral, entendemos que as reportagens de Veja, Carta Capital e Istoé construíram o acontecimento oferecendo a seus leitores uma análise das “Jornadas de junho” sob diversos pontos de vista, avaliações, descrições e comparações, como forma de qualificação dos actantes ou das manifestações, como um

sinônimo do interesse, da curiosidade, do apetite pelo conhecimento do que é o outro, sem o qual não podemos pensar nossa própria identidade, isto é, da experiência do jornalista como narrativa, cuja a natureza não pode ser pensada sem o desejo de compreender a presença e a centralidade do outro, elemento intransponível na constituição de qualquer experiência cultural (QUIROGA, 2012, p. 373)

O acontecimento foi focalizado por meio de um recorte do mundo sob o qual foram feitas seleções e operações de enquadramento (EMEDIATO, 2013) em cada uma das reportagens, permitindo que interlocutor tivesse acesso a uma das faces do acontecimento, que, nessa perspectiva, não pode ser entendido como um dado exato da realidade, mas como uma

operação de construção das mídias de informação jornalística, que instaura e (inter) rompe o tempo, permitindo a imprensa iniciar e finalizar acontecimentos que não estão inscritos tais como no mundo real (MOUILLAUD, 2012, p. 212).

Entretanto, como as instâncias de comunicação não podem construir o acontecimento como bem entendem o Contrato de Comunicação as ofereceu as balizas gerais como forma de garantir que o ato de comunicação alcançasse uma validação, imaginária, com estratégias pertinentes a zona leitora de cada uma das publicações, caso contrário a comunicação seria rejeitada e o ato de comunicação não seria efetivado, mesmo sendo essa uma situação de comunicação potencialmente comunicativa, conforme Ghiglione (1984).

Notamos que as categorias disponibilizadas nos modos de organização *enunciativo*, *narrativo* e *descritivo* permitem ao locutor construir o discurso por meio de estratégias que possibilitem a imposição de seu ponto de vista ainda, que, limitado pelas coerções impostas pelo Contrato de informação. Nesse sentido, as estratégias garantidoras de um efeito de objetividade cumpriram o papel de reforçar a imagem do sujeito comunicante como mero relator do acontecimento.

Consideramos que as estratégias que possivelmente garantem um maior efeito de captação trazem traços sutis da subjetividade do locutor, a sutileza se refere ao modo de apresentação dos objetos de discurso, majoritariamente inseridos por meio de asserções de evidência, pelo discurso relatado ou no modo como o sujeito jornalista conduz o olhar do leitor sobre os acontecimentos, levando a luz apenas uma das faces dos objetos, como nas nomeações ou qualificações, ao permitir uma leitura imagética das ações, dando a impressão de que o locutor não está presente, disfarçado que está nos dizeres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Chico. *A rua, a nação e o sonho: uma reflexão para as novas gerações*. 1º ed. Mar de ideias: Rio de Janeiro, 2013.
- AMOSSY, R. O lugar da argumentação na Análise do Discurso: abordagens e desafios contemporâneos. *Revista Filologia e Linguística portuguesa*, USP, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59776> Acesso em: 16 de agosto de 2016.
- AMOSSY, Ruth. Contribuição da Nova Retórica para a AD: o estatuto do logos nas Ciências da Linguagem. In: EMEDIATO, Wander; LARA, Gláucia Muniz Proença. *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. AUCHLIN, A. Ethos e experiência do discurso: algumas observações. In: MARI, Hugo; MACHADO, I. L.; MELLO, Renato de Mello (Org.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001. p. 201-225.
- ARANTES, P.C.C. Configuração de títulos e imagens de leitores em jornais populares do Brasil e da Alemanha: uma análise comparativa. 2010. 123f. *Dissertação* (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.
- AROUX, S. *Linguagem e subjetividade*. Cap. 7. Campinas: Unicamp, 1998
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 277-326.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 13.ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BENVENISTE, Émile. Da Subjetividade na Linguagem. In: *Problemas de Linguística Geral I*. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 1976, p. 284-293.
- BRANDÃO, H.N. Enunciação e Construção do sentido. In: BRAIT, B.; BACCEGA, M. A.; FIGARO, R.; FIORIN, J.L. *Comunicação e Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 19-43.
- CASTELLS, Manuel. Manuel Castells analisa as manifestações civis brasileiras. *Conferência redes de indignação e esperança*. São Paulo, junho 2013. Entrevista concedida ao Canal Fronteiras do pensamento.
- CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo *et. all.* (orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso FALE/UFMG, 2001. p. 23-38.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. (Orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>>. Acesso em: 08 de abril de 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, Glaucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander (orgs.). *Análise do discurso hoje*. V.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 11-30.

CHARAUDEAU, P. L' argumentation dans une problématique d'influence. *Revista Arguementation & Analyse du Discours*, 2008. Disponível em: < <http://aad.revues.org/193>> Acesso em: 20 de maio de 2016

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2009 [1983].

CHARAUDEAU, P. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. *Revista Diadorim* vol 10, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Dize-me-qual-e-teu-corpus-eu-te.html>> Acesso em: 28 março 2016

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 2 ed, 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

EMEDIATO, W. Análise contrastiva da configuração lingüístico-discursiva de títulos de jornais brasileiros. *Dissertação* (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

EMEDIATO, W. Analyse des configurations linguistiques et discursives des titres de journaux français et brésiliens. Université Paris XIII, Villetaneuse. 2000. *Thèse de doctorat/Sciences du langage*.

EMEDIATO, W. O problema da informação midiática entre as Ciências da Comunicação e a Análise do Discurso. In: MACHADO, I.; SANTOS, J.B.C.; MENEZES, W. *Movimentos de um percurso em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

EMEDIATO, Wander. Contrato de leitura, parâmetros e figuras de leitor. Em: MARI, H. WALTY I., FONSECA, M. N. S. *Ensaio sobre leitura 2*. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2007.

EMEDIATO, W. Os lugares sociais do discurso e o problema da influência, da regulação e do poder nas práticas discursivas, In: *Análises do discurso hoje*, vol. 1, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008, p. 71-91.

EMEDIATO, W. *A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura*. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

EMEDIATO, Wander. Representações discursivas de cidadania na mídia. Em: SILVA, Denise Elena Garcia da, et all (Org.). *Discurso em questão*. Goiânia: Câne Editorial, 2009.

EMEDIATO, W. GUADANINI, S. Estudo da designação no discurso midiático. In: LARA, G; COHEN, M. A. *Linguística, tradução, discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

- EMEDIATO, W. Argumentação na mídia. Avaliação e problematidade ética. In: MACHADO, I. MELO, Renato de. *Análises do discurso hoje*. V.3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna. 2010.
- EMEDIATO, W. (org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: Fale- UFMG, 2013.
- FIORIN, J.L. Enunciação e comunicação. In: In: BRAIT, B.; BACCEGA, M. A.; FIGARO, R.; FIORIN, J.L. *Comunicação e Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 45-77.
- GHIGLIONE, R. Situations potentiellement communicatives et contrats de communication effectifs. In : *Verbum*, Tome VII, Nancy, 1984.
- GUADANINI, Sandra Magna. *Designação: das categorias da língua às categorias do discurso*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- GUADANINI, S.M. A construção da opinião e a designação nas revistas informativas. In : EMEDIATO, W. (org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: Fale- UFMG, 2013, p. 137-156.
- GRIZE J.-B. Le point de vue de la logique naturelle » dans M. Doury et S. Moirand. In : *L'argumentation aujourd'hui*. Positions théoriques en confrontation. Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 2005, p. 35-43.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'Enonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'Implicite*. Paris: Armand Colin, 1986.
- LACAN, Jacques. Meu ensino, sua natureza e seus fins. In: *Meu Ensino*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.
- MACHADO, I. L. A análise do discurso e seus múltiplos sujeitos. *Teorias e práticas discursivas: estudos em análise do discurso*. NAD: Crol Borges, 1998
- MACHADO, I. L. *et all. Movimentos de um percurso em análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2013
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola editorial, 2015.
- MENDES, P. H. Sobre o contrato de comunicação: do discurso ao debate político eleitoral. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001, p.313-346.
- MENDES, P.H.A. Os processos enunciativos no discurso midiático: atos de fala e discurso relatado na imprensa escrita. In: EMEDIATO, W (Org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, NAD, 2013, p. 363-378

MOIRAND, Sophie ; REBOUL-TOURÉ, Sandrine ; LONDEI, Danielle ; REGGIANI, Licia (éds.). *Dire l'événement*. Langage, mémoire et société. Paris : Presses Sorbonne Nouvelle, 2013.

MOTTA, L.G. Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiacêntrico e sociocêntrico. *Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación* (Eptic), vol. II, n 1. Ene, 2005.

MOUILLAUD, M; PORTO, S. D (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 3º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

NOGUEIRA, A.N. *As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 9º ed., São Paulo: Pontes, 2010.

PAVEAU, M; SARFATI, G. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. São Paulo: Unicamp, 1988. Parte III, p. 143-152

PLANTIN, C. A argumentação biface. In: LARA, G.M.P; MACHADO, I.L; EMEDIATO, W (Orgs.). *Análises do discurso hoje*, vol 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 13-26.

POSSENTI, S. *Apresentação da Análise do Discurso*. S.J. Rio Preto: Goltta, 1990, p. 45-59.

QUIROGA, T. Prospecções ontológicas: notícia, acontecimento e o lugar do outro no jornalismo digital. In: MOUILLAUD, M; PORTO, S. D (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 3º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, p. 359-369.

RABATEL, A. O papel do enunciador na construção interacional dos pontos de vista. In: EMEDIATO, W (Org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, NAD, 2013.

RICCI, R. ARLEY, P. *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. 1º ed. Belo Horizonte: Letramento, 2014, p. 19-68.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHWARZ, R. Sobre cidade rebeldes. In: SCHWARZ, Roberto. ARANTES, Paulo. *et all Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. Boitempo, 2013.

ANEXO A

GRADE – 1A

MODO DE ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVO					
Veja		DELOCUTIVO		ALOCUTIVO	ELOCUTIVO
		Discurso Relatado	Asserção		
1	“Esse movimento cresceu como hospedeiro de interesses políticos e se tornou um vetor de violência”, disse um agente de inteligência da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo	X			
2	[...] Afinal, como disse o inglês Winston Churchill, “se você não é um liberal aos 20 anos não tem coração, e se não se torna um conservador aos 40 você não tem cérebro”	X			
3	[De] radicais políticos e punks partiu a maior parte das ações de depredação na Avenida Paulista durante a terceira manifestação, segundo informações da polícia.		X		
4	“A causa é de todos” A Estudante Mariana Spinola, de 19 anos, foi a todas as passeatas contra o aumento da passagem de Ônibus, sempre acompanhada de amigos. Ela não faz parte de nenhum movimento político organizado, mas protestava para tentar reduzir o efeito da passagem mais cara nas contas dos pais, que bancam seus estudos. Usuária de transporte público, todos os dias ela sai do Butantã (zona oeste), onde mora com a família, rumo à região da Avenida Paulista, onde fica o cursinho pré vestibular em que estuda. “Tenho tentado arranjar mais carona, para ter menos impacto nas contas de casa”, afirma a estudante. Para ela, a passeata da última quinta-feira foi a mais importante. “A população está participando cada vez mais porque entendeu que a causa é de todos, não só de quem usa ônibus”, disse	X			
5	RASTRO DE FOGO As manifestações que começaram em São Paulo se espalharam nos dias seguintes por quatro estados. Em comum tiveram enfrentamentos com a polícia e exhibições de uma fúria difusa da parte dos manifestantes		X		
6	CONTRA A BADERNA Estudantes de direito das Faculdades Metropolitanas Unidas, em São Paulo, Vander Santana e Gabriel Ribeiro, de 20 e 22 anos, foram às ruas defender a redução do preço da passagem de ônibus, mas se revoltaram com o vandalismo de parte dos manifestantes. “As atitudes desses anarquistas que quebram coisas desvirtuam os objetivos da passeata, que é a redução da tarifa”, argumenta Gabriel. “Esses baderneiros não representam a maioria do movimento”. Os amigos tinham o rosto coberto por lenços para reduzir os efeitos do gás lacrimogênio	X			

	arremessado pela polícia				
7	“Em todo o mundo parece haver um conflito entre a juventude e a política. Os jovens não se sentem representados pelos partidos e querem respostas rápidas às suas novas demandas”, disse a VEJA Jordi Tejel Gorgas, historiador e sociólogo do Instituto Graduate, de Genebra	X			
8	“Em alguns países, isso [a repressão policial] pode ser gravado pela relação conflituosa já existente entre a polícia e a sociedade. Se a polícia é vista como uma instituição corrupta, que abusa da força, como no Egito, as pessoas vão revidar quando tiverem a oportunidade”, diz Gorjas.	X			
9	PELOS AMIGOS Marília Thomazzi, de 29 anos, estaria mais à vontade em uma passeata contra o aumento da gasolina. “Uso carro diariamente pela rapidez de locomoção, já que trabalho como corretora de imóveis e preciso ir de apartamento a apartamento”, afirma. Transporte público, ela só utiliza eventualmente, três ou quatro vezes por mês, geralmente nos dias de rodízio. Marília diz não ter um partido político de sua preferência e nunca participou de movimentos populares. Sua renda de 5000 reais mensais não será prejudicada com esse aumento. Mesmo assim ela foi ao teatro municipal de São Paulo na quinta-feira passada protestar, atendendo a um convite de amigos que já estavam lá	X			
10	FORÇA DA PALAVRA Cartazes com frases atacando a polícia e políticos de todos os partidos foram uma das marcas dos protestos. Sobrou para os ocupantes dos três níveis de poder: no fim da semana, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, o governador paulista Geraldo Alckmin, e a presidente Dilma Rousseff contabilizavam os prejuízos e tentavam reduzir os efeitos eleitorais		X		
11	“A luta não é por 20 centavos é por direitos” redes sociais	X			
12	“Em São Paulo é assim. As manifestações começaram contra o aumento da tarifa do ônibus, mas o foco da próxima será contra a repressão, certamente” Twiter	X			
13	“Eu NÃO CONCORDO com a causa do protesto, mas seria absurdo ser contra o direito de protestar” Twiter	X			
14	Para fabricar um incêndio bastam uma fagulha e um pouco de oxigênio. No caso da série de manifestações iniciadas em São Paulo e no Rio, a faísca foi o aumento da passagem de ônibus. Já o combustível era composto de bem mais do que um elemento. Na semana passada, essa combinação produziu labaredas de alturas inéditas.		X		
15	A Passeata de quinta-feira em São Paulo terminou com mais de 230 detidos, o maior número de presos em confronto com a polícia desde a ditadura militar. Mais de 100 pessoas ficaram feridas, incluindo dezenas que nada tinham a ver com a manifestação e que foram atingidas por lascas de bombas de gás lacrimogêneo ou balas de borracha disparadas pela polícia militar.		X		

16	<i>Há uma boa chance</i> de que boa parte da rapaziada que, na semana passada, foi às ruas esteja apenas dando vazão às <i>pressões hormonais</i> pelo exercício passageiro do socialismo revolucionário		X		
17	As minorias que participaram <i>ativamente</i> do quebra-quebra são <i>os suspeitos de sempre</i> : militantes de partidos de extrema esquerda (PSTU, PSOL, PCO, e PCdoB), militantes radicais de partidos de centro-esquerda (PT e PMDB), punks e desocupados de outras denominações tribais urbanas, <i>sempre</i> dispostos a driblar o tédio burguês aderindo a algum protesto violento.		X		
18	Foi a quarta de uma série de manifestações organizadas por <i>um grupo nanico</i> criado por estudantes de São Paulo sob inspiração de um movimento nascido em Florianópolis.		X		
19	O Movimento (MPL) defende a estatização das empresas de transporte e a gratuidade das passagens. Em São Paulo, ele não tem sede, nem chega a reunir uma centena de integrantes. <i>Vangloria-se</i> também de não ter líderes. <i>Tem, claro</i> , mas prefere chamá-los de “porta vozes”.		X		
20	Mas essa minoria interessa pouco. Ela sempre será minoria por definição – ou alguém acha viável um país em que a maioria dos cidadãos quebra tudo a sua volta, dia sim, dia não?			X	
21	O fenômeno <i>realmente espantoso</i> ocorrido na semana passada no Brasil foi o fato de às minorias terem se juntado milhares de rapazes e moças que tinham tudo para estar no cinema, no shopping ou na balada, e não <i>engrossando</i> as fileiras das minorias de vândalos profissionais.		X		
22	A tentação maior é rotulá-los [os manifestantes] de rebeldes sem causa, bem ao estilo do personagem da música dos anos 80 do grupo Ultrage a Rigor, aquele garoto que os pais “tratam muito bem” e que recebe deles “apoio moral” e dinheiro para “gastar com a mulherada”. <i>A reação do garoto?</i> “Não vai dar assim não vai dar/ Como é que eu vou crescer sem ter com quem me revoltar/ Não vai dar assim, não vai dar/ Pra eu amadurecer sem ter com quem me rebelar”. <i>Poderia</i> ser esse o hino dos atuais insurgentes			X	
23	Os insufladores do movimento usam as redes sociais para organizar os protestos. O grupo também <i>arregimenta</i> simpatizantes nos grêmios estudantis dos colégios onde seus integrantes estudaram		X		
24	Foram os militantes do MPL ligados a partidos que organizaram os dois primeiros protestos em São Paulo, que não chegaram a reunir 2000 pessoas.		X		
25	Para <i>engrossarem</i> o movimento, alas radicais dos partidos <i>arregimentaram</i> integrantes de grupos punk – alguns deles já conhecidos nos serviços de inteligência por terem se envolvido em episódios de agressão a minorias. Desse subgrupo,		X		

	formado por radicais políticos e punks, partiu a maior parte das ações de depredação na Avenida Paulista durante a terceira manifestação				
26	No protesto seguinte, o de quinta-feira, o grupo radical estava diluído entre as cerca de 5000 pessoas presentes		X		
27	O movimento iniciado pelo <i>MPL</i> guarda algumas semelhanças com o Occupy Wall Street, a invasão e ocupação, por manifestantes, do centro financeiro de Nova York durante dois meses. A exemplo do movimento americano, ele não foi espontâneo, mas planejado por um grupo de ativistas. Também como o primeiro, reuniu sobretudo pessoas com situação financeira estável e que não enfrentam nenhum problema urgente.		X		
28	O estudo “Mudando o assunto: um relato de baixo para cima do Occupy Wall Street em Nova York”, conduzido pela Universidade da cidade de Nova York, mostrou que 36% dos ativistas tinham rendimento familiar superior a 100 000 dólares por ano e 64% eram brancos.		X		
29	(...) a causa original dos protestos foi se <i>metamorfoseando</i> e se multiplicando ao longo das manifestações, graças em grande parte ao caldo de cultura em que estão inseridos, formado por uma democracia e uma economia em boa forma. Viver sob uma democracia significa que as balas dos fuzis da polícia serão de borracha.		X		
30	A economia beirando o pleno emprego faz dos manifestantes jovens caçados nas universidades por empresas em busca de mão de obra qualificada.		X		
31	Em São Paulo, os cartazes dos manifestantes na quinta-feira já incluíam, além do tema das tarifas de ônibus, palavras de ordem contra a repressão policial e a corrupção política. Uma mensagem fartamente compartilhada nas redes sociais na sexta-feira dizia: “A luta não é por 20 centavos. É por direitos”		X		
32	<i>Não</i> que a briga pela redução das tarifas de ônibus <i>não faça</i> sentido.		X		
33	Segundo o <i>IBGE</i> , o peso médio do transporte público no orçamento mensal dos paulistanos é de 5% – muita coisa se comparado ao que ocorre em <i>Nova York</i> , por exemplo, em que esse custo equivale a apenas 2%, ou <i>Londres</i> , que, com um dos transportes públicos mais caros do mundo, tem um impacto de 3% no rendimento médio dos trabalhadores. Como ficou claro nos últimos dias, contudo, boa parte dos manifestantes não é usuária de ônibus		X		
34	A história recente mostra que, mesmo quando nem eles próprios sabem contra o que exatamente se rebelam, os jovens quando vão às ruas protestar, precisam ser ouvidos. Nesses momentos deve-se aplicar o princípio da medicina chinesa para cujos praticantes “a queixa é a própria <i>doença</i> ”		X		
35	A principal [doença] é a ausência de partidos e programas que empolguem legitimamente os jovens. Isso lhes daria a saudável noção de que o mundo nunca é perfeito, mas vale a pena tentar concertar alguma coisa pela prática política e pelo		X		

	voto.				
36	As autoridades percebem que, se não agirem com vigor, poderão perder o controle da situação [manifestações]. Isso gera o risco de que a própria repressão inflame ainda mais os movimentos de rua.		X		
37	Esse é o grande perigo em uma democracia. A degeneração de protestos legítimos e da repressão policial necessária em batalhas campais produziria um desastroso confronto em que todos sairiam perdendo		X		
38	Por que direitos eles lutam e <i>vociferam</i> , então?			X	
39	Depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?			X	
40	A RAZÃO DE TANTA FÚRIA. Os jovens já marcharam pela paz, democracia e liberdade. Os de agora vão às ruas para baixar o preço das passagens. <i>Mas</i> isso é tudo?			X	
41	O perfil deles é bastante semelhante. Como o porta-voz Marcelo Hotimsky, de 19 anos, muitos são egressos do Colégio Santa Cruz, um dos mais tradicionais da elite paulistana, ou do Equipe, outra escola frequentada por filhos de profissionais liberais. Atualmente, a maior parte estuda na USP, nos cursos de física ciências sociais, história e direito – caso de outra porta-voz, Nina Campelo de 23 anos.		X		
42	UMA QUESTÃO “MAIS PROFUNDA” Aluna de Design da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Valkyria Anondottir, de 21 anos, é veterana em manifestações. Já foi às ruas pela saída de Renan Calheiros do Senado e a duas marchas contra a corrupção. Chegou à passeata de quinta-feira no Rio preparada para a guerra. Além de cobrir o rosto com óculos de motoqueiro, tinha kit de primeiros socorros e um escudo feito de isopor e papelão para conter balas de borracha: “a questão é bem mais profunda do que um mero aumento de passagem. O povo está cansado de conchavos entre governantes e empresas privadas”	X			
43	AÇÃO E REAÇÃO Os excessos marcaram as ações de manifestantes e policiais, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Acima, radicais insuflados por partidos de esquerda lançam chamadas contra policiais paulistas, que reagiram com agressividade (...). O resultado foi o maior número de detidos em manifestações desde o fim do regime militar		X		
44	(...) E qual seria a doença brasileira que se manifesta através dos jovens nas ruas? São várias moléstias.				X

GRADE – 2 A

MODO DE ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVO					
	Carta Capital	DELOCUTIVO		ALOCUTIVO	ELOCUTIVO
		Discurso Relatado	Asserção		
1	“O PT não tem medo de povo nas ruas”, justificou [Rui Falcão] em entrevista à Carta Capital	X			
2	“O pessoal pode até pedir para baixar a bandeira [dos partidos], mas arrancar à força é uma atitude de fascista”, queixou-se Eduardo Silva, de 30 anos, da Juventude do PT	X			
3	“Foi um erro inaceitável endossar o discurso da repressão. Um governo de esquerda eleito com a confiança do povo jamais poderia criminalizar quem protestava”, diz o petista	X			
4	“Muitos deles [jovens] rejeitam as forma tradicionais de organização política expressam nas ruas uma insatisfação que talvez nem eles saibam resumir”, afirma Renato Janine Ribeiro	X			
5	“Quem estuda a juventude se perguntava quando ela voltaria a se apaixonar pela política. Voltou. E isso é muito importante para as eleições do próximo ano. As plataformas políticas vão mudar”, socióloga Mirian Abramovay	X			
6	Na segunda 17, com 230 mil manifestantes nas ruas, Dilma elogiou em nota os protestos pacíficos, legítimos e próprios da democracia, afirmou. Formada na luta contra a ditadura, aproveitou uma cerimônia no dia seguinte e foi além. Disse que o Brasil tinha acordado “mais forte” e que era bom ver a defesa por um país melhor. “O meu governo está ouvindo essas vozes pela mudança. O meu governo está empenhado e comprometido com a transformação social”.	X			
7	Com “mobilização” no sangue sindicalista, Lula afirmou, no mesmo dia que ninguém pode ser contra manifestações: “democracia não é um pacto de silêncio”	X			
8	Lula era irreverente e tentava incorporar polêmicas sociais como o aborto (...). Dilma limita-se a discutir temas sociais na seara estritamente econômica.		X		
9	No mesmo, evento Aécio falou em linha com as pesquisas e a tática de usar a inflação de forma eleitoral. “O custo de vida aumenta a cada dia. A saúde, a educação e a segurança pública estão caóticas”.	X			
10	“Nosso governo tem uma visão economicista. Na parte dos usos e costumes, tem ido muito mal. Há uma agenda progressista da sociedade com a qual a presidenta tem que dialogar”, afirma o secretário geral do PT, Paulo Teixeira.	X			

11	“O jovem brasileiro quer discutir causas polêmicas. A sociedade tem que debate-las”, diz a presidente da União Nacional dos Estudantes, Virginia Barros	X			
12	Um dos ministros mais próximos de Dilma, Fernando Pimentel. Do desenvolvimento deixou escapar publicamente, na terça 18, ao comentar os protestos: “É uma insatisfação contra o <i>status quo</i> . Isso pode até mesmo nos ajudar a apressar as mudanças que queremos para o país”.	X			
13	“Infelizmente, o governo vai entrar para a história como o que menos contribuiu para a democratização da propriedade de terra”, diz João Pedro Stedile, líder do Movimento sem dos Terra.	X			
14	“Cada grupo carrega suas reivindicações. Mas o que nos une é a bandeira da redução das tarifas”. Avalia o estudante Matheus Preis, uma das principais lideranças, embora não se reconheça como tal, dado o caráter horizontal do movimento criado em 2005 durante o Fórum Social Mundial. “Na segunda-feira 17, havia muitos manifestantes com perfil direitista e nacionalista. Mas no dia seguinte isso perdeu a força, notou?”, pergunta não tão seguro.	X			
15	“MPL, sim. Diretas já não” redes sociais	X			
16	O êxito dos jovens <i>rebelados</i> é inegável. Dezenas de municípios revogaram o reajuste ou diminuíram o valor das passagens de ônibus		X		
17	A capitulação das metrópoles <i>parece, porém</i> , incapaz de satisfazer o apetite da moçada		X		
18	Passada a turbulenta gestação, todos <i>parecem</i> interessados em abraçar o <i>bebê</i> e carregá-lo em seu colo		X		
19	“Oportunistas! Vão pra Cuba, pra Venezuela”, <i>berram</i> os reações de plantão A multiplicação de demandas diferentes várias delas contraditórias, e a adesão de manifestantes de primeira hora provocaram uma caos ideológico e tendem a implodir a manifestação popular		X		
20	Militantes petistas também <i>enfrentam</i> antipatias		X		
21	(...) a direção nacional do PT tardou a convocar seus militantes para aderir aos protestos		X		
22	<i>Parece</i> pouco provável que as tentativas de apropriação das manifestações surtam efeitos neste momento.		X		
23	(...) repórteres foram hostilizados, carros da Record e do SBT incendiados e um grupo se dirigiu à porta da TV Globo para exigir a regulamentação da mídia. O canal da família Marinho é, por sinal, um dos principais alvos dos manifestantes.		X		
24	Na terça 18, em evento comemorativo dos 25 anos de comemoração do PSDB, FHC mirou no PT: (...) “É claro que a partir daí [das manifestações], os que são responsáveis, que estão no governo, têm de perceber: as coisas não estão tão bem quanto eles pensam”.	X			

25	Esse pragmatismo [político] não é obra da presidenta, diga-se. Ela herdou do governo Lula		X		
26	Ao atrair jovens de classe média escandalizados com a repressão policial, também os jornais e emissoras de tevê passaram a demonstrar simpatia pelos rebelados.		X		
27	É possível que a onda de protestos force o governo a mudar		X		
28	Silenciosos no início dos protestos, expoentes da política mudaram de atitude. Expuseram-se conforme seus planos e necessidades. Foi assim com Dilma Rousseff, Lula, Fernando Henrique Cardoso e Aécio Neves		X		
29	Não adianta tentar controlar a rua. É preciso ouvi-la		X		
30	Ninguém controla a rua. As tentativas até agora fracassadas de manipular os protestos		X		
31	Parem de subestimar o povo			X	
32	Parêntese: a direção de Carta Capital permite-se uma breve interferência nesta reportagem. Dilma emitiria um claro sinal de inflexão se trocasse ministros como Cardoso e Hoffmann			X	
33	A massa incontrolável		X		
34	Os atos se multiplicam em escala imprevisível, assim como as tentativas de manipulação dos rebelados. A insatisfação difusa dos jovens desafia os governos e os partidos.		X		
35	ESQUERDISTAS utópicos e ingênuos. Radicais agressivos e violentos. Desde o início de junho, não faltam rótulos para tentar desqualificar os manifestantes convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) para tomar as ruas do Brasil. Boa parte dos que outrora <i>vociferaram</i> contra os protestos agora celebra as manifestações		X		
36	Os integrantes do MPL apresentam-se como apartidários, mas não antipartidários. São militantes de esquerda, dizem irritados com os “parasitas” interessados em manipular os jovens mobilizados para abraçar as mais variadas bandeiras, da redução de impostos ao <i>impeachment</i> da presidenta Dilma Rousseff		X		
37	No início, o MPL tinha dificuldades de para reunir mais de 5 mil manifestantes na capital paulista. Na segunda 17, havia mais de 65 mil, segundo a conservadora estimativa do Datafolha.		X		
38	Se antes os manifestantes eram retratados indistintamente como “vândalos” e os editoriais clamavam pela repressão da PM, a mídia passou a tratar os casos de depredação de forma mais isenta: fatos isolados, causados por pequenos grupos		X		
39	A violenta ofensiva da Polícia Militar de Alekmin, na quinta 13, foi o estopim para os protestos ganharem a dimensão atual. A ação resultou em centenas de feridas e detidos. Jornalistas acabaram atingidos por fragmentos de bombas e balas de borracha, entre eles uma cinegrafista e um fotógrafo, feridos no rosto. A comoção popular diante		X		

	da repressão multiplicou por dez o número de manifestantes. E o governador viu-se obrigado a abolir as balas de borracha e retirar a Tropa de Choque das ruas.			
40	A omissão do governo em questões sociais facilita o avanço do conservadorismo.		X	
41	<i>A invasão de jovens com cara pintada e nariz de palhaço, bandeiras pró-privatizações ou contra a PEC 37 nas mãos, gerou conflitos dentro e fora das ruas. Punks e anarquistas hostilizaram manifestantes com bandeiras do Brasil.</i>		X	
42	<i>A invasão de jovens com cara pintada e nariz de palhaço, bandeiras pró-privatizações ou contra a PEC 37 nas mãos, gerou conflitos dentro e fora das ruas. Punks e anarquistas hostilizaram manifestantes com bandeiras do Brasil.</i>		X	
43	“Tá fazendo o que aqui, <i>nacionalista imbecil?</i> ” Pelo facebook, <i>grupos à esquerda</i> tentavam separar o joio do trigo: “MPL, sim. Diretas já, não”. Na contra mão, boa parcela daqueles que pregavam o “fechamento do congresso” e a rejeição aos “políticos corruptos” tentou retirar à força as bandeiras de partidos presentes no ato, até mesmo daqueles sem relação com o governo federal e essenciais para o sucesso inicial das manifestações, como PSTU, PSOL E PCO.		X	
44	Antes de embarcar para <i>Paris</i> , na segunda 10, em viagem oficial na companhia do <i>governador tucano Geraldo Alckmin, Haddad</i> Justificou a repressão policial contra o “vandalismo” dos manifestantes pela necessidade de “manter as vias expressas desimpedidas”. <i>Cardozo</i> , por sua vez, pediu na quarta-feira 12 para a <i>Policia Federal</i> acompanhar os protestos e deu a entender que <i>tropas federais</i> estavam disponíveis para auxiliar na repressão. Fez o jogo da oposição: colocou o governo federal no bolo dos protestos. Dias depois, tanto Haddad quanto Cardozo condenaram sem muita convicção os abusos cometidos pela PM na capital paulista, mas o estrago estava feito.		X	

GRADE – 3A

Modo de Organização Enunciativo					
	Istoé	DELOCUTIVO		ALOCUTIVO	ELOCUTIVO
		Discurso Relatado	Asserção		
1	“Quando fui perguntar por que dois conhecidos estavam sendo detidos, me advertiram: ‘Não faz muitas perguntas se não levamos você também,’” conta o professor Lucas Oliveira, 28 anos, um dos porta-vozes do Movimento Passe Livre (...) (Istoé)	X			
2	“A gente não apoia nenhum tipo de depredação, seja de ônibus ou de estação de metrô”, “Tentamos conter, mas é difícil. (...) A gente não é dono de ninguém para dizer quem deve fazer o que”, diz o estudante Caio Martins Ferreira.	X			
3	“Quería entender o que pretendiam [os responsáveis por atos de vandalismos]. É outro mundo. Eles eram contra o sistema. Queriam quebrar tudo. São adversários de toda autoridade, desprezam as leis. O simples fato de encontrar-se com um político, como eu, já era perigoso e condenável”, senador Wellington Diaz	X			
4	“Eles esqueceram que por trás de uma decisão técnica [aumento da passagem] sempre há uma questão política”, afirma Lucas Oliveira (MPL)	X			
5	NADA JUSTIFICA A VOLTA DA REPRESSÃO Os movimentos sociais <i>renascem</i> em todo o País e <i>são</i> respondidos à bala por uma polícia despreparada (Istoé, Capa)		X		
6	Manifestantes de movimentos sociais <i>voltam</i> às ruas das grandes capitais e são reprimidos com uma truculência injustificável e desproporcional, que não é vista desde os tempos da ditadura (Istoé)		X		
7	PRAÇA DE GUERRA Na quinta- feira 13, PM <i>cerca</i> manifestantes na rua da Consolação, em São Paulo, que protestavam pacificamente e <i>usa</i> balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo (Istoé)		X		
8	Num país onde é frequente ouvir-se a queixa de que a sociedade sofre de profunda apatia, mostrando-se incapaz de mobilizar-se para defender seus interesses e encarar seus problemas de frente, a mobilização social de uma massa de estudantes e jovens trabalhadores de São Paulo <i>deveria</i> ser saudada como um exemplo de cidadania.		X		
9	Após quatro dias de protestos, contudo, <i>surgiu</i> em São Paulo uma situação hostil, assustadora e perigosa (Istoé)		X		
10	Incapaz de atuar de forma preventiva, controlando as manifestações com métodos		X		

	civilizados e fazendo uso consciente e responsável da força quando necessário, na última quinta –feira 13 a Polícia Militar de São Paulo <i>retornou</i> aos piores momentos de seu passado, quando reprimia a população sob o regime militar para acuar e atacar militantes.				
11	Em meio à pancadaria, ocorreram 325 prisões e 105 pessoas <i>ficaram</i> feridas. Manifestantes <i>foram</i> alvejados com balas de borracha, bombas de gás e perseguidos pelas ruas da região central até tarde da noite (Istoé)		X		
12	<i>Atacados</i> seletivamente, vários jornalistas acabaram feridos. Um deles, atingido no olho por um projétil emborrachado, corre o risco de perder a vista (Istoé)		X		
13	O retorno da Polícia Militar a sua face mais violenta <i>ocorreu</i> num dia que até prometia uma jornada de calmaria. Num esforço para evitar a confusão de quarta-feira 12, quando 97 ônibus <i>foram</i> depredados, dezenas de vitrines <i>foram</i> quebradas e até um policial correu o risco de ser linchado, numa sucessão de atos condenáveis <i>promovidos</i> por baderneiros mascarados, infiltrados entre os manifestantes, autoridades e ativistas <i>fizeram</i> um acordo para realizar uma passeata em percurso autorizado. Já no início da tarde, no entanto, se viu que nem todas as partes pretendiam cumprir o combinado (Istoé)		X		
14	SEM COMANDO: Policial <i>lança</i> gás de pimenta contra cinegrafista no centro de São Paulo (Istoé)		X		
15	Numa concentração marcada para o Teatro Municipal, que pretendia arregimentar quem estava interessado em participar do protesto autorizado, a polícia dava uma demonstração de desenvoltura excessiva ao realizar 40 prisões “para averiguações”, eufemismo clássico para atos abusivos (Istoé)		X		
16	(...) perseguido pela tropa de choque quando liderava uma passeata em outro ponto da cidade, Lucas Oliveira teve a canela ferida por uma bomba (Istoé)		X		
17	(...) o acordo <i>parecia</i> de pé. Tanto que a passeata autorizada realizou-se sem maiores atropelos, na área demarcada. Mais tarde, quando, a caminhada atingia a rua da Consolação, ocorreu um episódio que faz parte do figurino de todo ato de protesto que se prese. Depois de cumprir o combinado, tentou-se ir mais além. Não é uma demonstração de cavalheirismo, nem de amor a palavra empenhada, mas faz parte do jogo tanto por parte de quem organiza protestos como de quem presta serviços policiais. A fásca acendeu ali. A PM <i>poderia</i> ter assumido duas atitudes razoáveis. Manter a avenida bloqueada, impedindo que a marcha seguisse em frente, nem que fosse preciso pedir reforços. Ou <i>poderia</i> num ato de insólita cortesia, abrir passagem para os manifestantes. Não se fez uma coisa nem outra.		X		
18	Quando lideranças do movimento tentavam negociar uma nova autorização, soldados da Tropa de Choque começaram a disparar tiros com balas de borracha. Bombas e até granadas forma atiradas sobre os manifestantes, que se dispersaram em correria pela rua mais célebre da boemia de São Paulo, a Augusta, onde foram <i>atacados</i> mais uma vez		X		
19	Num esforço repetido de concentração e dispersão, sempre com policiais em seu <i>encalço</i> , a		X		

	passareta seguiu em grupos menores, até tarde da noite. Ainda em atividade, a polícia <i>importunou</i> casais de namorados em bares da avenida Paulista (Istoé)			
20	Passageiros de um ônibus foram atingidos por uma bomba de gás. Motoristas abandonaram os carros nas ruas, assustados (Istoé)		X	
21	Num reflexo típico de tempos autoritários, a PM investiu com dureza seletiva sobre jornalistas (Istoé)		X	
22	A fotógrafa Giuliana Vallone, da Folha de S. Paulo, tomou um tiro de bala de borracha no olho. Outro fotógrafo também foi alvejado com maior periculosidade e na sexta-feira 14 corria o risco de perder uma vista (Istoé)		X	
23	<i>Com tamanha brutalidade</i> , a atuação da Polícia militar <i>ameaça</i> dar um novo caráter à luta contra o reajuste da passagem. Mobilização realizada em nome de uma reivindicação social legítima, que deve ser discutida de forma civilizada e a partir de argumentos racionais (...) (Istoé)		X	
24	A passagem de ônibus teve um reajuste de 6,7% contra uma inflação de 15% desde o último aumento, de janeiro de 2011. (Istoé)		X	
25	O reajuste [da passagem] pode parecer razoável, mas está longe de ser uma questão simples (Istoé)		X	
26	Num cálculo do DIEESE, realizado em Porto Alegre, mas que tem semelhança com o que aconteceu no país inteiro, as passagens subiram 670% de 1994 para cá – contra uma inflação de 281% (Istoé)		X	
27	Um cidadão paulistano que anda de ônibus duas vezes por dia e paga passagem com dinheiro do próprio bolso deixa, na catraca, o equivalente a três meses de salário mínimo por ano (Istoé)		X	
28	O encarecimento dos transportes tem levado um número cada vez maior de pessoas a andar a pé pelas grandes cidades. Falta-lhes dinheiro até para embarcar numa <i>sardinha em lata</i> nas horas de pico. (Istoé)		X	
29	Em 2003, Salvador ficou paralisada por dez dias até que a prefeitura cedesse 9 das 10 reivindicações apresentadas pelos líderes do movimento. Em Florianópolis, os protestos conseguiram revogar dois aumentos, em 2004 e 200. Em Vitória, isso já aconteceu uma vez. Mirando-se no exemplo paulistano, que preferem ver longe de seus domínios, outros prefeitos resolveram agir antes que fosse tarde. Em Curitiba, o preço da passagem foi reduzido em 10 centavos. Em Goiânia, depois de subir para R\$ 3,00 ela retornou para R\$ 2,70. Em Manaus houve um aumento de R\$ 2,75 para R\$ 3,00, mas o preço agora é R\$ 2,90. Em Cabo Frio (RJ), a população vale-se do subsídio da prefeitura e paga apenas R\$ 0,50 pela passagem dentro do perímetro do município (Istoé)		X	
30	O cidadão que anda de ônibus duas vezes ao dia deixa na catraca três salários mínimos por ano. <i>Há razões para protestar</i> (Istoé)		X	
31	Em São Paulo, o MPL tem raízes entre universitários da USP e estudantes de		X	

	estabelecimentos frequentados por uma elite cultural de esquerda, como Escola da Vila, Vera Cruz, Oswaldo e o Colégio Equipe, mas é o centro nervoso de uma articulação maior e mais popular, com conexão com sindicatos e entidades da periferia (...) Praticantes de uma escola política que tem suas origens em movimentos radicais do século XIX, eles cultivam uma utopia urbana radical. Condenam o que chamam de “mercantilização” do transporte público e defendem a cobrança de tarifa zero – isto é o transporte gratuito (Istoé).				
32	Os episódios de vandalismo que acompanham os protestos envolvem pessoas de outra origem, que trafegam um universo no qual a violência é um culto permanente, embora possa ser empregada de formas variadas. Ora pode ser um caminho para um acerto de contas entre turmas rivais, ora pode até apresentar um conteúdo político. São os chamados anarco-punks, um tipo de ativismo nascido nos bairros operários que enfrentavam as medidas de austeridade de Margareth Thatcher nos anos 1980, e que se tornou moda no Brasil uma década depois. Em dias normais, o esporte predileto dos anarco-punks é trocar pauladas com os skin-heads, inimigos irredutíveis e violentos. Em dias de mobilização política, como aconteceu em São Paulo por esses dias, comandam o quebra-quebra (Istoé).		X		
33	Com outros nomes e rostos, mas um ideário parecido, eles já apareceram em outros lugares. Na quinta-feira, eles surgiram entre as mobilizações em Porto Alegre. Picharam 21 lojas, depredaram seis agências bancárias, reviraram 40 containers de lixo. Em situação semelhante 2 mil pessoas organizaram um protesto no Rio, no mesmo dia. O início foi pacífico, mas, no final ocorreram cenas de baderna e confronto. Há dois anos, anarco-punks fizeram sua aparição à frente de uma sequência de atos selvagens em Teresina, no Piauí. Escondiam o rosto com capuz e se apresentavam como militantes de um certo “Movimento Anti-capitalista”. A exemplo do que ocorreu em São Paulo, não surgiram nos primeiros dias das mobilizações, mas naquela etapa em que o movimento já tinha força própria. Já chegaram quebrando bancos e vitrines de loja, incendiando ônibus		X		
34	No início dos protestos, Geraldo Alckmin e Fernando Haddad se encontravam em viagem em Paris, ao lado do vice-presidente Michael Temer. De lá mesmo informaram que não pretendiam modificar o reajuste. Numa argumentação que repetiu ao voltar ao Brasil, Alckmin explicou que o caixa do governo não tinha recursos para subsidiar o preço baixo. Haddad lembrou que, na campanha eleitoral, assumira o compromisso de fazer reajustes abaixo da inflação – o que fez, efetivamente. Tanto o prefeito como governador tem argumentos. Mas as manifestações expressaram outra realidade, mais exigente e inconformada – e são elas que aguardam respostas. Mas não as que a PM, com força violenta e desproporcional, deu (Istoé)		X		
35	CAVALARIA INCONSEQUENTE Na rua da consolação, em São Paulo, polícia montada <i>parte para cima</i> de manifestantes na quinta 13 (Istoé)		X		
36	RIO DE JANEIRO		X		

	Na capital carioca, ato na Candelária que começou pacífico, terminou com violência e depredação de prédios e monumentos históricos. Protestos no centro da cidade foram liderados por militantes do PSTU (Istoé)				
37	PORTO ALEGRE Na capital gaúcha, dezenas de manifestantes se concentraram em frente do prédio da prefeitura, que tinha a entrada isolada por cordas e vigiada pela Guarda Municipal, durante reivindicação contra o aumento da tarifa (Istoé)		X		
38	Manifestações chegam a vários pontos do país e ganham causas diversas, da saúde à educação (Istoé)		X		
39	Falta ação da polícia para reprimir o crime, <i>mas</i> sobra força para repreender a população de forma arbitrária (Istoé)		X		

ANEXO B

GRADE – 1 B

Modo de organização Descritivo

Modo de organização Descritivo						
VEJA	Identificação Específica	Identificação Genérica	Qualificação	Subjetivemas	Quantificação	Localização
1	“Esse movimento cresceu como hospedeiro de interesses políticos e se tornou um vetor de violência”, disse um agente de inteligência da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo	Secretaria de Segurança Pública	vetor de violência hospedeiro agente	Subjetiva	Hospedeiro vetor	São Paulo
2	[...] como disse o inglês Winston Churchill, “se você não é um liberal aos 20 anos não tem coração, e se não se torna um conservador aos 40 você não tem cérebro”	Winston Churchill		Objetiva		
3	[De] radicais políticos e punks partiu a maior parte das ações de depredação na Avenida Paulista durante a terceira manifestação, segundo informações da polícia.		radicais políticos punks polícia	Objetiva		Avenida Paulista
4	“A CAUSA É DE TODOS” A Estudante Mariana Spinola, de 19 anos, foi a todas as passeatas contra o aumento da passagem de Ônibus, sempre acompanhada de amigos. Ela não faz parte de nenhum movimento político organizado, mas protestava para tentar reduzir o efeito da passagem mais cara nas contas dos pais, que bancam seus estudos. Usuária de transporte público, todos os dias ela sai do Butantã (zona oeste), onde mora com a família, rumo à região da Avenida Paulista, onde fica o cursinho pré vestibular em que estuda. “Tenho tentado arranjar mais carona, para ter menos impacto nas contas de casa”, afirma a estudante. Para ela, a passeata da última quinta –feira foi a mais importante. “A população está participando cada vez mais		Estudante	Objetiva		

	porque entendeu que a causa é de todos, não só de quem usa ônibus”, disse						
5	RASTRO DE FOGO As manifestações que começaram em São Paulo se espalharam nos dias seguintes por quatro estados. Em comum tiveram enfrentamentos com a polícia e exibições de uma fúria difusa da parte dos manifestantes		Rastro Polícia	Subjetiva			São Paulo estados
6	CONTRA A BADERNA Estudantes de direito das Faculdades Metropolitanas Unidas, em São Paulo, Vander Santana e Gabriel Ribeiro, de 20 e 22 anos, foram às ruas defender a redução do preço da passagem de ônibus, mas se revoltaram com o vandalismo de parte dos manifestantes. “As atitudes desses anarquistas que quebram coisas desvirtuam os objetivos da passeata, que é a redução da tarifa”, argumenta Gabriel. “Esses baderneiros não representam a maioria do movimento”. Os amigos tinham o rosto coberto por lenços para reduzir os efeitos do gás lacrimogênio arremessado pela polícia	Faculdades Metropolitanas Unidas Vander Santana Gabriel Ribeiro	A BADERNA Estudantes	Objetiva			São Paulo
7	“Em todo o mundo parece haver um conflito entre a juventude e a política. Os jovens não se sentem representados pelos partidos e querem respostas rápidas às suas novas demandas”, disse a VEJA Jordi Tejel Gorgas, historiador e sociólogo do Instituto Graduate, de Genebra	VEJA Jordi Tejel Gorgas Instituto Graduate	a juventude a política Os jovens partidos historiador sociólogo	Objetiva			Genebra
8	“Em alguns países, isso [a repressão policial] pode ser agravado pela relação conflituosa já existente entre a polícia e a sociedade. Se a polícia é vista como uma instituição corrupta, que abusa da força, como no Egito, as pessoas vão revidar quando tiverem a oportunidade”, diz Gorjas.	Gorjas	a polícia a sociedade a polícia	Objetiva			
9	PELOS AMIGOS Marília Thomazzi, de 29 anos, estaria mais à vontade em uma passeata contra o aumento da gasolina. “Uso carro diariamente pela rapidez de locomoção, já que trabalho como corretora de imóveis e preciso ir de apartamento a apartamento”, afirma. Transporte público, ela só utiliza eventualmente, três ou quatro vezes por mês, geralmente nos dias de rodízio. Marília diz não ter um partido político de sua preferência e nunca participou de movimentos populares. Sua renda de 5000 reais mensais não será prejudicada com esse	Marília Thomazzi Marília	Amigos	Objetiva	Estaria	5000 reais	São Paulo

	aumento. Mesmo assim ela foi ao teatro municipal de São Paulo na quinta-feira passada protestar, atendendo a um convite de amigos que já estavam lá						
10	FORÇA DA PALAVRA Cartazes com frases atacando a polícia e políticos de todos os partidos foram uma das marcas dos protestos. Sobrou para os ocupantes dos três níveis de poder: no fim da semana, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, o governador paulista Geraldo Alckmin, e a presidente Dilma Rousseff contabilizavam os prejuízos e tentavam reduzir os efeitos eleitorais	Fernando Haddad Geraldo Alckmin Dilma Rousseff	FORÇA DA PALAVRA a polícia políticos políticos o prefeito o governador a presidente	Objetiva	Atacando contabilizavam		São Paulo
11	“A luta não é por 20 centavos é por direitos” redes sociais		A luta Direitos	Objetiva			redes sociais
12	“Em São Paulo é assim. As manifestações começaram contra o aumento da tarifa do ônibus, mas o foco da próxima será contra a repressão, certamente” Twiter		a repressão	Subjetiva	certamente		São Paulo Twiter
13	“Eu NÃO CONCORDO com a causa do protesto, mas seria absurdo ser contra o direito de protestar” Twiter			Subjetiva			Twiter
14	Para fabricar um incêndio bastam uma fagulha e um pouco de oxigênio. No caso da série de manifestações iniciadas em São Paulo e no Rio, a fâisca foi o aumento da passagem de ônibus. Já o combustível era composto de bem mais do que um elemento. (ARG ANALOGIA EXPLICATIVA)		Manifestações a fâisca o combustível	Objetiva			São Paulo Rio
15	A Passeata de quinta-feira em São Paulo terminou com mais de 230 detidos, o maior número de presos em confronto com a polícia desde a ditadura militar. Mais de 100 pessoas ficaram feridas, incluindo dezenas que nada tinham a ver com a manifestação e que foram atingidas por lascas de bombas de gás lacrimogêneo ou balas de borracha disparadas pela polícia militar.		A Passeata Presos Polícia polícia militar	Objetiva		230 detidos 100 pessoas Dezenas	São Paulo
16	Há uma boa chance de que boa parte da rapaziada que, na semana passada, foi às ruas esteja apenas dando vazão às pressões hormonais pelo exercício passageiro do socialismo revolucionário		Rapaziada	Subjetiva	Apenas		Ruas

17	As minorias que participaram ativamente do quebra-quebra são os suspeitos de sempre: militantes de partidos de extrema esquerda (PSTU, PSOL, PCO, e PCdoB), militantes radicais de partidos de centro-esquerda (PT e PMDB), punks e desocupados de outras denominações tribais urbanas, sempre dispostos a driblar o tédio burguês aderindo a algum protesto violento.	PSTU PSOL PCO PCdoB PMDB	As minorias os suspeitos militantes militantes radicais punks	Subjetiva	sempre aderindo		
18	Foi a quarta de uma série de manifestações organizadas por um grupo nanico criado por estudantes de São Paulo sob inspiração de um movimento nascido em Florianópolis		estudantes movimento um grupo nanico	Subjetiva			São Paulo Florianópolis
19	O Movimento Passe Livre (MPL) defende a estatização das empresas de transporte e a gratuidade das passagens. Em São Paulo, ele não tem sede, nem chega a reunir uma centena de integrantes. Vangloria-se também de não ter líderes. Tem, claro, mas prefere chamá-los de “porta vozes”.	Movimento Passe Livre (MPL)	“porta vozes” integrantes líderes	Objetiva	Nem chega Vangloria-se também Claro	uma centena	São Paulo
20	Mas essa minoria interessa pouco. Ela sempre será minoria por definição – ou alguém acha viável um país em que a maioria dos cidadãos quebra tudo a sua volta, dia sim, dia não?		Minoria Cidadãos	Subjetiva	Sempre	Minoria maioria	
21	O fenômeno realmente espantoso ocorrido na semana passada no Brasil foi o fato de às minorias terem se juntado milhares de rapazes e moças que tinham tudo para estar no cinema, no shopping ou na balada, e não engrossando as fileiras das minorias de vândalos profissionais.		O fenômeno minorias rapazes moças vândalos as fileiras	Subjetiva	engrossando realmente	Milhares	Brasil Cinema Shopping Balada Fileiras
22	A tentação maior é rotulá-los [os manifestantes] de rebeldes sem causa, bem ao estilo do personagem da música dos anos 80 do grupo Ultrage a Rigor, aquele garoto que os pais “tratam muito bem” e que recebe deles “apoio moral” e dinheiro para “gastar com a mulherada”. A reação do garoto? “Não vai dar assim não vai dar/ Como é que eu vou crescer sem ter com quem me revoltar/ Não vai dar assim, não vai dar/ Pra eu amadurecer sem ter com quem me rebelar”. Poderia ser esse o hino dos atuais insurgentes.		rebeldes sem causa insurgentes	Subjetiva	Rotulá-los Poderia		
23	Os insufladores do movimento usam as redes sociais para organizar os protestos. O grupo também arregimenta simpatizantes nos grêmios estudantis dos colégios onde seus integrantes estudaram		Os insufladores O grupo	Subjetiva	Arregimenta		nos grêmios estudantis dos colégios

							as redes sociais
24	Foram os militantes do MPL ligados a partidos que organizaram os dois primeiros protestos em São Paulo, que não chegaram a reunir 2000 pessoas.		os militantes do MPL	Objetiva		2000	São Paulo
25	Para engrossarem o movimento, alas radicais dos partidos arregimentaram integrantes de grupos punk – alguns deles já conhecidos nos serviços de inteligência por terem se envolvido em episódios de agressão a minorias. Desse subgrupo, formado por radicais políticos e punks, partiu a maior parte das ações de depredação na Avenida Paulista durante a terceira manifestação		alas radicais grupos punk minorias radicais políticos	Subjetiva	Engrossarem Arregimentaram		Avenida Paulista
26	No protesto seguinte, o de quinta-feira, o grupo radical estava diluído entre as cerca de 5000 pessoas presentes		o grupo radical	Objetiva		5000	
27	O movimento iniciado pelo MPL guarda algumas semelhanças com o Occupy Wall Street, a invasão e ocupação, por manifestantes, do centro financeiro de Nova York durante dois meses. A exemplo do movimento americano, ele não foi espontâneo, mas planejado por um grupo de ativistas. Também como o primeiro, reuniu sobretudo pessoas com situação financeira estável e que não enfrentam nenhum problema urgente.	MPL Occupy Wall Street	Manifestantes Um grupo de ativistas a invasão e ocupação	Objetiva			Nova York
28	O estudo “Mudando o assunto: um relato de baixo para cima do Occupy Wall Street em Nova York”, conduzido pela Universidade da cidade de Nova York, mostrou que 36% dos ativistas tinham rendimento familiar superior a 100 000 dólares por ano e 64% eram brancos.	Occupy Wall Street Universidade da cidade de Nova York		Objetiva		36% 64% 100 000	Nova York
29	(...) a causa original dos protestos foi se metamorfoseando e se multiplicando ao longo das manifestações, graças em grande parte ao caldo de cultura em que estão inseridos, formado por uma democracia e uma economia em boa forma. Viver sob uma democracia significa que as balas dos fuzis da polícia serão de borracha.		Polícia uma democracia uma economia as balas dos fuzis	Subjetiva	Metamorfoseando Graças em grande parte		
30	A economia beirando o pleno emprego faz dos manifestantes jovens caçados nas universidades por empresas em busca de mão de obra qualificada		A economia Manifestantes Jovens Empresas	Objetiva	Caçados		universidades

31	Em São Paulo, os cartazes dos manifestantes na quinta-feira já incluíam, além do tema das tarifas de ônibus, palavras de ordem contra a repressão policial e a corrupção política. Uma mensagem fartamente compartilhada nas redes sociais na sexta-feira dizia: “A luta não é por 20 centavos. É por direitos”		Manifestantes a repressão policial a corrupção política.	Objetiva			São Paulo nas redes sociais
32	Não que a briga pela redução das tarifas de ônibus não faça sentido.		a briga tarifas	Subjetiva	Não		
33	Segundo o IBGE, o peso médio do transporte público no orçamento mensal dos paulistanos é de 5% – muita coisa se comparado ao que ocorre em Nova York, por exemplo, em que esse custo equivale a apenas 2%, ou Londres, que, com um dos transportes públicos mais caros do mundo, tem um impacto de 3% no rendimento médio dos trabalhadores. Como ficou claro nos últimos dias, contudo, boa parte dos manifestantes não é usuária de ônibus	IBGE	Paulistanos trabalhadores manifestantes	Objetiva		5% 2% 3%	Nova York Londres
34	A história recente mostra que, mesmo quando nem eles próprios sabem contra o que exatamente se rebelam, os jovens quando vão às ruas protestar, precisam ser ouvidos. Nesses momentos deve-se aplicar o princípio da medicina chinesa para cujos praticantes “a queixa é a própria doença”		os jovens praticantes doença	Subjetiva			
35	A principal [doença] é a ausência de partidos e programas que empolguem legitimamente os jovens. Isso lhes daria a saudável noção de que o mundo nunca é perfeito, mas vale a pena tentar concertar alguma coisa pela prática política e pelo voto.		Partidos programas jovens	Objetiva	Nunca daria		
36	As autoridades percebem que, se não agirem com vigor, poderão perder o controle da situação [manifestações]. Isso gera o risco de que a própria repressão inflame ainda mais os movimentos de rua.		As autoridades a repressão os movimentos	Objetiva			
37	Esse é o grande perigo em uma democracia. A degeneração de protestos legítimos e da repressão policial necessária em batalhas campais produziria um desastroso confronto em que todos sairiam perdendo		Protestos uma democracia A degeneração batalhas campais	Subjetiva			
38	Por que direitos eles lutam e vociferam, então?		Direitos Eles	Subjetiva	Vociferam		
39	Depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?		Corrupção criminalidade passagens	Objetiva	a vez		

40	Os jovens já marcharam pela paz, democracia e liberdade. Os de agora vão às ruas para baixar o preço das passagens. Mas isso é tudo?		Os jovens Paz Democracia Liberdade	Objetiva			
41	O perfil deles é bastante semelhante. Como o porta-voz Marcelo Hotimsky, de 19 anos, muitos são egressos do Colégio Santa Cruz, um dos mais tradicionais da elite paulistana, ou do Equipe, outra escola frequentada por filhos de profissionais liberais. Atualmente, a maior parte estuda na USP, nos cursos de física ciências sociais, história e direito – caso de outra porta-voz, Nina Campelo de 23 anos.	Marcelo Hotimsky Nina Campelo Colégio Santa Cruz USP	elite paulistana filhos de profissionais liberais	Objetiva			USP Colégio Santa Cruz Equipe
42	UMA QUESTÃO “MAIS PROFUNDA” Aluna de Design da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Valkyria Anondottir, de 21 anos, é veterana em manifestações. Já foi às ruas pela saída de Renan Calheiros do Senado e a duas marchas contra a corrupção. Chegou à passeata de quinta-feira no Rio preparada para a guerra. Além de cobrir o rosto com óculos de motoqueiro, tinha kit de primeiros socorros e um escudo feito de isopor e papelão para conter balas de borracha: “a questão é bem mais profunda do que um mero aumento de passagem. O povo está cansado de conchavos entre governantes e empresas privadas”	Universidade Federal do Rio de Janeiro Valkyria Anondottir Renan Calheiros	UMA QUESTÃO a guerra O povo Governantes empresas privadas	Objetiva	Além		Rio
43	AÇÃO E REAÇÃO Os excessos marcaram as ações de manifestantes e policiais, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Acima, radicais insuflados por partidos de esquerda lançam chamadas contra policiais paulistas, que reagiram com agressividade (...). O resultado foi o maior número de detidos em manifestações desde o fim do regime militar		AÇÃO E REAÇÃO Os excessos Manifestantes policiais radicais partidos de esquerda policiais paulistas	Subjetiva	Principalmente		Rio de Janeiro São Paulo

GRADE – 2 B

Modo de organização Descritivo

Modo de organização Descritivo							
Carta Capital		Identificação Específica	Identificação Genérica	Qualificação	Subjetivemas	Quantificação	Localização
1	“O PT não tem medo de povo nas ruas”, justificou [Rui Falcão] em entrevista à Carta Capital	O PT	Povo	Subjetiva	Justificou não		nas ruas
2	“O pessoal pode até pedir para baixar a bandeira [do partido], mas arrancar à força é uma atitude de fascista”, queixou-se Eduardo Silva, de 30 anos, da Juventude do PT	Eduardo Silva	O pessoal	Objetiva	queixou-se		
3	“Foi um erro inaceitável endossar o discurso da repressão. Um governo de esquerda eleito com a confiança do povo jamais poderia criminalizar quem protestava”, diz o petista Alexandre Linhares de 33 anos.	Alexandre Linhares	Um governo Povo o petista	Objetiva	diz		
4	“Muitos deles [jovens] rejeitam as forma tradicionais de organização política expressam nas ruas uma insatisfação que talvez nem eles saibam resumir”, afirma Renato Janine Ribeiro	Renato Janine Ribeiro	Muitos deles	Objetiva			
5	“Quem estuda a juventude se perguntava quando ela voltaria a se apaixonar pela política. Voltou. E isso é muito importante para as eleições do próximo ano. As plataformas políticas vão mudar”, socióloga Mirian Abramovay	Mirian Abramovay	a juventude socióloga As plataformas políticas	Objetiva			
6	Na segunda 17, com 230 mil manifestantes nas ruas, Dilma elogiou em nota os protestos pacíficos, legítimos e próprios da democracia, afirmou. Formada na luta contra a ditadura, aproveitou uma cerimônia no dia seguinte e foi além. Disse que o	Dilma Brasil	O meu governo	Objetiva		230 mil	

	Brasil tinha acordado “mais forte” e que era bom ver a defesa por um país melhor. “O meu governo está ouvindo essas vozes pela mudança. O meu governo está empenhado e comprometido com a transformação social”.						
7	Com “mobilização” no sangue sindicalista, Lula afirmou, no mesmo dia que ninguém pode ser contra manifestações: “democracia não é um pacto de silêncio”	Lula		Objetiva			
8	Lula era irreverente e tentava incorporar polêmicas sociais como o aborto (...). Dilma limita-se a discutir temas sociais na seara estritamente econômica.	Lula Dilma	temas sociais	Subjetiva	estritamente		
9	Aécio falou em linha com as pesquisas e a tática de usar as pesquisas de forma eleitoral. “O custo de vida aumenta a cada dia. A saúde, a educação e a segurança pública estão caóticas”.		O custo de vida A saúde a educação a segurança pública	Objetiva			
10	“Nosso governo tem uma visão economicista. Na parte dos usos e costumes, tem ido muito mal. Há uma agenda progressista da sociedade com a qual a presidenta tem que dialogar”, afirma o secretário geral do PT, Paulo Teixeira.	Paulo Teixeira	Nosso governo a presidenta	Objetiva			
11	“O jovem brasileiro quer discutir causas polêmicas. A sociedade tem que debate-las”, diz a presidente da União Nacional dos Estudantes		O jovem brasileiro A sociedade a presidente da União Nacional dos Estudantes	Objetiva			
12	Um dos ministros mais próximos de Dilma, Fernando Pimentel, do desenvolvimento deixou escapar publicamente, na terça 18, ao comentar os protestos: “É uma insatisfação contra o <i>status quo</i> . Isso pode até mesmo nos ajudar a apressar as mudanças que queremos para o país”	Fernando Pimentel Dilma	uma insatisfação o status quo o país	Objetiva	deixou escapar		
13	“Infelizmente, o governo vai entrar para a história como o que menos contribuiu para a democratização da propriedade de terra”, diz João Pedro Stedile, líder do Movimento sem dos Terra.	João Pedro Stedile	o governo a democratização	Objetiva	diz		

14	“Cada grupo carrega suas reivindicações. Mas o que nos une é a bandeira da redução das tarifas”. Avalia o estudante Matheus Preis, uma das principais lideranças, embora não se reconheça como tal, dado o caráter horizontal do movimento criado em 2005 durante o Fórum Social Mundial. “Na segunda – feira 17, havia muitos manifestantes com perfil direitista e nacionalista. Mas no dia seguinte isso perdeu a força, notou?”, pergunta não tão seguro.	Matheus Preis	Cada grupo redução das tarifas direitista	Objetiva	não tão		
15	“MPL, sim. Diretas já não” redes sociais	MPL Diretas já		Objetiva			
16	O êxito dos jovens rebelados é inegável. Dezenas de municípios revogaram o reajuste ou diminuíram o valor das passagens de ônibus. Os dois maiores focos de resistência, São Paulo e Rio de Janeiro, cederam aos apelos das ruas na quarta-feira 19.		O êxito dos jovens	Subjetiva		Dezenas	Municípios São Paulo Rio de Janeiro
17	A capitulação das metrópoles parece, porém, incapaz de satisfazer o apetite da moçada.		Moçada A capitulação das metrópoles	Objetiva	Parece		
18	Passada a turbulenta gestação, todos parecem interessados em abraçar o bebê e carregá-lo em seu colo.		o bebê a turbulenta gestação	Subjetiva	parecem		
19	“Oportunistas! Vão pra Cuba, pra Venezuela”, berram os reações de plantão. A multiplicação de demandas diferentes várias delas contraditórias, e a adesão de manifestantes de primeira hora provocaram um caos ideológico e tendem a implodir a manifestação popular		a manifestação popular manifestantes Oportunistas os reações	Subjetiva	berram tendem		
20	Militantes petistas também enfrentam antipatias		Militantes petistas	Objetiva	também enfrentam		
21	(...) a direção nacional do PT tardou a convocar seus militantes para aderir aos protestos	PT	direção nacional militantes	Objetiva			
22	Parece pouco provável que as tentativas de apropriação das manifestações surtam efeitos neste momento.		as tentativas de apropriação	Objetiva	Parece		

23	(...) repórteres foram hostilizados, carros da Record e do SBT incendiados e um grupo se dirigiu à porta da TV Globo para exigir a regulamentação da mídia. O canal da família Marinho é, por sinal, um dos principais alvos dos manifestantes.	Record SBT TV Globo	Repórteres um grupo O canal da família Marinho	Objetiva			porta da TV Globo
24	Na terça 18, em evento comemorativo dos 25 anos de comemoração do PSDB, FHC mirou no PT: “É claro que a partir daí [das manifestações], os que são responsáveis, que estão no governo, têm de perceber: as coisas não estão tão bem quanto eles pensam”.	PSDB FHC PT	Governo as coisas	Objetiva	mirou		
25	Esse pragmatismo [político] não é obra da presidenta, diga-se. Ela herdou do governo Lula	Lula	Presidenta	Subjetiva	diga-se		
26	Ao atrair jovens de classe média escandalizados com a repressão policial, também os jornais e emissoras de tevê passaram a demonstrar simpatia pelos rebelados		jovens os jornais emissoras de tevê	Objetiva			
27	É possível que a onda de protestos force o governo a mudar		a onda de protestos o governo	Subjetiva	possível		
28	Silenciosos no início dos protestos, expoentes da política mudaram de atitude. Expuseram-se conforme seus planos e necessidades. Foi assim com Dilma Rousseff, Lula, Fernando Henrique Cardoso e Aécio Neves	Dilma Rousseff Lula Fernando Henrique Cardoso Aécio Neves	expoentes da política	Objetiva			
29	Não adianta tentar controlar a rua. É preciso ouvi-la		a rua	Subjetiva	Não		
30	Ninguém controla a rua. As tentativas até agora fracassadas de manipular os protestos		Ninguém Protestos	Subjetiva	manipular		
31	Parem de subestimar o povo		o povo	Subjetiva	subestimar		
32	Parêntese: a direção de Carta Capital permite-se uma breve interferência nesta reportagem. Dilma emitiria um claro sinal de inflexão se trocasse ministros como Cardoso e Hoffmann	Carta Capital Dilma Cardoso Hoffmann		Subjetiva	permite-se emitiria		

33	A massa incontrolável		A massa	Subjetiva			
34	Os atos se multiplicam em escala imprevisível, assim como as tentativas de manipulação dos rebeldes. A insatisfação difusa dos jovens desafia os governos e os partidos		rebeldes jovens governos partidos A insatisfação	Subjetiva	manipulação		
35	ESQUERDISTAS utópicos e ingênuos. Radicais agressivos e violentos. Desde o início de junho, não faltam rótulos para tentar desqualificar os manifestantes convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) para tomar as ruas do Brasil. Boa parte dos que outrora vociferaram contra os protestos agora celebra as manifestações	Movimento Passe Livre (MPL)	ESQUERDISTAS Radicais manifestantes	Subjetiva	vociferaram		as ruas do Brasil
36	Os integrantes do MPL apresentam-se como apartidários, mas não antipartidários. São militantes de esquerda, dizem irritados com os “parasitas” interessados em manipular os jovens mobilizados para abraçar as mais variadas bandeiras, da redução de impostos ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff	Dilma Rousseff	Os integrantes do MPL Militantes “parasitas” Jovens	Objetiva	Manipular		
37	No início, o MPL tinha dificuldades de para reunir mais de 5 mil manifestantes na capital paulista. Na segunda 17, havia mais de 65 mil, segundo a conservadora estimativa do Datafolha.	MPL Datafolha		Objetiva	Mais de	5 mil manifestantes 65 mil	na capital paulista
38	Se antes os manifestantes eram retratados indistintamente como “vândalos” e os editoriais clamavam pela repressão da PM, a mídia passou a tratar os casos de depredação de forma mais isenta: fatos isolados, causados por pequenos grupos		os manifestantes “vândalos” a mídia pequenos grupos PM	Objetiva			
39	A violenta ofensiva da Polícia Militar de Alckmin, na quinta 13, foi o estopim para os protestos ganharem a dimensão atual. A ação resultou em centenas de feridos e detidos. Jornalistas acabaram atingidos por fragmentos de bombas e balas de borracha, entre eles uma cinegrafista e um fotógrafo, feridos no rosto. A comoção popular		Polícia Militar de Alckmin Feridos Detidos Jornalistas uma cinegrafista um fotógrafo	Subjetiva		centenas	das ruas

	diante da repressão multiplicou por dez o número de manifestantes. E o governador viu-se obrigado a abolir as balas de borracha e retirar a Tropa de Choque das ruas.		o governador a Tropa de Choque A violenta ofensiva A comoção popular				
40	A omissão do governo em questões sociais facilita o avanço do conservadorismo		A omissão do governo conservadorismo	Subjetiva			
41	A invasão de jovens com cara pintada e nariz de palhaço, bandeiras pró-privatizações ou contra a PEC 37 nas mãos, gerou conflitos dentro e fora das ruas. Punks e anarquistas hostilizaram manifestantes com bandeiras do Brasil.		A invasão de jovens Punks Anarquistas	Subjetiva			
42	“Tá fazendo o que aqui, nacionalista imbecil?” Pelo facebook, grupos à esquerda tentavam separar o joio do trigo: “MPL, sim. Diretas já, não”. Na contra mão, boa parcela daqueles que pregavam o “fechamento do congresso” e a rejeição aos “políticos corruptos” tentou retirar à força as bandeiras de partidos presentes no ato, até mesmo daqueles sem relação com o governo federal e essenciais para o sucesso inicial das manifestações, como PSTU, PSOL E PCO.	PSTU PSOL PCO	“nacionalista” grupos à esquerda o governo federal “políticos corruptos”	Objetiva	essenciais		
43	Antes de embarcar para Paris, na segunda 10, em viagem oficial na companhia do governador tucano Geraldo Alckmin, Haddad Justificou a repressão policial contra o “vandalismo” dos manifestantes pela necessidade de “manter as vias expressas desimpedidas”. Cardozo, por sua vez, pediu na quarta-feira 12 para a Polícia Federal acompanhar os protestos e deu a entender que tropas federais estavam disponíveis para auxiliar na repressão. Fez o jogo da oposição: colocou o governo federal no bolo dos protestos. Dias depois, tanto Haddad quanto Cardozo condenaram sem muita convicção os abusos cometidos pela PM na capital paulista, mas o estrago estava feito.	Geraldo Alckmin Haddad Cardozo	governador tucano manifestantes Polícia Federal tropas federais o governo federal oposição PM o estrago	Objetivo	Justificou		Paris capital paulista

GRADE – 3 B

Modo de organização Descritivo

Modo de organização Descritivo							
	Istoé	Identificação Específica	Identificação Genérica	Qualificação	Subjetivemas	Quantificação	Localização
1	“Quando fui perguntar por que dois conhecidos estavam sendo detidos, me advertiram: ‘Não faz muitas perguntas se não levamos você também,’” conta o professor Lucas Oliveira, 28 anos, um dos porta-vozes do Movimento Passe Livre (...)	Lucas Oliveira Movimento Passe Livre	dois conhecidos	Objetiva			
2	“A gente não apoia nenhum tipo de depredação, seja de ônibus ou de estação de metrô”, “Tentamos conter, mas é difícil. (...) A gente não é dono de ninguém para dizer quem deve fazer o que”, diz o estudante Caio Martins Ferreira.	Caio Martins Ferreira	A gente Ninguém	Objetiva	Diz		
3	“Consegui marcar uma conversa a sós com um deles” conta o senador Wellington Dias (...) “Queria entender o que pretendiam [os responsáveis por atos de vandalismos]. É outro mundo. Eles eram contra o sistema. Queriam quebrar tudo. São adversários de toda autoridade, desprezam as leis. O simples fato de encontrar-se com um político, como eu, já era perigoso e condenável”	Wellington Diaz	o sistema autoridade as leis um político	Objetiva			
4	“Eles esqueceram que por trás de uma decisão técnica [aumento da passagem] sempre há uma questão política”, afirma Lucas Oliveira (MPL)	Lucas Oliveira	Eles uma questão política uma decisão técnica	Objetiva			
5	NADA JUSTIFICA A VOLTA DA REPRESSÃO Os movimentos sociais renascem em todo o país e são respondidos à bala por uma polícia despreparada		Os movimentos sociais uma polícia despreparada	Subjetiva	Nada renascem		País

6	Manifestantes de movimentos sociais voltam às ruas das grandes capitais e são reprimidos com uma truculência injustificável e desproporcional, que não é vista desde os tempos da ditadura		Manifestantes de movimentos sociais	Subjetiva	Reprimidos		ruas das grandes capitais
7	PRAÇA DE GUERRA Na quinta- feira 13, PM cerca manifestantes na rua da Consolação, em São Paulo, que protestavam pacificamente e usa balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo		PRAÇA DE GUERRA PM manifestantes	Objetiva	Cerca Pacificamente		rua da Consolação São Paulo
8	Num país onde é frequente ouvir-se a queixa de que a sociedade sofre de profunda apatia, mostrando-se incapaz de mobilizar-se para defender seus interesses e encarar seus problemas de frente, a mobilização social de uma massa de estudantes e jovens trabalhadores de São Paulo deveria ser saudada como um exemplo de cidadania.		a mobilização social uma massa de estudantes jovens trabalhadores	Objetiva	Deveria		País São Paulo
9	Após quatro dias de protestos, contudo, surgiu em São Paulo uma situação hostil, assustadora e perigosa		Protestos	Subjetiva			São Paulo
10	Incapaz de atuar de forma preventiva, controlando as manifestações com métodos civilizados e fazendo uso consciente e responsável da força quando necessário, na última quinta –feira 13 a Polícia Militar de São Paulo retornou aos piores momentos de seu passado, quando reprimia a população sob o regime militar para acuar e atacar militantes		Polícia Militar de São Paulo a população o regime militar militantes	Subjetiva	Retornou acuar atacar		São Paulo
11	Em meio à pancadaria, ocorreram 325 prisões e 105 pessoas ficaram feridas. Manifestantes foram alvejados com balas de borracha, bombas de gás e perseguidos pelas ruas da região central até tarde da noite		Manifestantes	Objetiva	Perseguidos	325 prisões 105 pessoas	região central
12	Atacados seletivamente, vários jornalistas acabaram feridos. Um deles, atingido no olho por um projétil emborrachado, corre o risco de		Jornalistas	Subjetiva	seletivamente	Um deles	

	perder a vista						
13	O retorno da Polícia Militar a sua face mais violenta ocorreu num dia que até prometia uma jornada de calma. Num esforço para evitar a confusão de quarta-feira 12, quando 97 ônibus foram depredados, dezenas de vitrines foram quebradas e até um policial correu o risco de ser linchado, numa sucessão de atos condenáveis promovidos por baderneiros mascarados, infiltrados entre os manifestantes, autoridades e ativistas fizeram um acordo para realizar uma passeata em percurso autorizado.		O retorno da Polícia Militar um policial baderneiros mascarados os manifestantes autoridades ativistas	Subjetiva		97 ônibus dezenas	
14	SEM COMANDO: Policial lança gás de pimenta contra cinegrafista no centro de São Paulo		Policial Cinegrafista	Objetiva			São Paulo
15	Numa concentração marcada para o Teatro Municipal, que pretendia arregimentar quem estava interessado em participar do protesto autorizado, a polícia dava uma demonstração de desenvoltura excessiva ao realizar 40 prisões “para averiguações”, eufemismo clássico para atos abusivos.		o Teatro Municipal a polícia eufemismo clássico	Subjetiva			
16	(...) perseguido pela tropa de choque quando liderava uma passeata em outro ponto da cidade, Lucas Oliveira teve a canela ferida por uma bomba	Lucas Oliveira	tropa de choque	Objetiva	Perseguido		
17	(...) o acordo parecia de pé. Tanto que a passeata autorizada realizou-se sem maiores atropelos, na área demarcada. Mais tarde, quando, a caminhada atingia a rua da Consolação, ocorreu um episódio que faz parte do figurino de todo ato de protesto que se prese. Depois de cumprir o combinado, tentou-se ir mais além. Não é uma demonstração de cavalheirismo, nem de amor		a passeata a caminhada ato de protesto A PM os manifestantes	Subjetiva	poderia Não se fez		rua da Consolação

	a palavra empenhada, mas faz parte do jogo tanto por parte de quem organiza protestos como de quem presta serviços policiais. A fâisca acendeu ali. A PM poderia ter assumido duas atitudes razoáveis. Manter a avenida bloqueada, impedindo que a marcha seguisse em frente, nem que fosse preciso pedir reforços. Ou poderia num ato de insólita cortesia, abrir passagem para os manifestantes. Não se fez uma coisa nem outra.						
18	Quando lideranças do movimento tentavam negociar uma nova autorização, soldados da Tropa de Choque começaram a disparar tiros com balas de borracha. Bombas e até granadas forma atiradas sobre os manifestantes, que se dispersaram em correria pela rua mais célebre da boemia de São Paulo, a Augusta, onde foram atacados mais uma vez		soldados da Tropa de Choque os manifestantes	Objetiva	atacados		rua mais célebre da boemia de São Paulo, a Augusta
19	Num esforço repetido de concentração e dispersão, sempre com policiais em seu encalço, a passeata seguiu em grupos menores, até tarde da noite. Ainda em atividade, a polícia importunou casais de namorados em bares da avenida Paulista		Policiais grupos menores a polícia casais de namorados	Objetiva	Encalço importunou		em bares da avenida Paulista
20	Passageiros de um ônibus foram atingidos por uma bomba de gás. Motoristas abandonaram os carros nas ruas, assustados (Istoé)		Passageiros Motoristas	Objetiva			nas ruas
21	Num reflexo típico de tempos autoritários, a PM investiu com dureza seletiva sobre jornalistas		a PM jornalistas	Subjetiva	Seletiva investiu		
22	A fotógrafa Giuliana Vallone, da Folha de S. Paulo, tomou um tiro de bala de borracha no olho. Outro fotógrafo também foi alvejado com maior periculosidade e na sexta-feira 14 corria o risco de perder uma vista	Giuliana Vallone Folha de S. Paulo	Outro fotógrafo	Objetiva			

23	Com tamanha brutalidade, a atuação da Polícia militar ameaça dar um novo caráter à luta contra o reajuste da passagem. Mobilização realizada em nome de uma reivindicação social legítima, que deve ser discutida de forma civilizada e a partir de argumentos racionais (...)		Polícia militar Mobilização	Objetiva	ameaça		
24	A passagem de ônibus teve um reajuste de 6,7% contra uma inflação de 15% desde o último aumento, de janeiro de 2011.		A passagem de ônibus Reajuste Inflação	Objetiva		6,7% 15%	
25	O reajuste [da passagem] pode parecer razoável, mas está longe de ser uma questão simples		O reajuste uma questão simples	Objetiva	Parecer		
26	Num cálculo do DIEESE, realizado em Porto Alegre, mas que tem semelhança com o que aconteceu no país inteiro, as passagens subiram 670% de 1994 para cá – contra uma inflação de 281%	DIEESE	as passagens inflação	Objetiva		670% 281%	Porto Alegre no país inteiro
27	Um cidadão paulistano que anda de ônibus duas vezes por dia e paga passagem com dinheiro do próprio bolso deixa, na catraca, o equivalente a três meses de salário mínimo por ano		Um cidadão paulistano	Objetiva		três meses de salário mínimo por ano	na catraca
28	O encarecimento dos transportes tem levado um número cada vez maior de pessoas a andar a pé pelas grandes cidades. Falta-lhes dinheiro até para embarcar numa sardinha em lata nas horas de pico.		O encarecimento dos transportes Pessoas sardinha em lata	Subjetiva			
29	Em 2003, Salvador ficou paralisada por dez dias até que a prefeitura cedesse 9 das 10 reivindicações apresentadas pelos líderes do movimento. Em Florianópolis, os protestos conseguiram revogar dois aumentos, em 2004 e 2000. Em Vitória, isso já aconteceu uma vez. Mirando-se no exemplo paulistano, que preferem ver longe de seus domínios, outros prefeitos resolveram agir antes que fosse tarde. Em Curitiba, o preço da passagem foi		líderes do movimento os protestos prefeitos a população	Objetiva		9 10 Dois 10 centavos R\$ 3,00 R\$ 2,70 R\$ 2,75 R\$ 3,00 R\$ 2,90 R\$ 0,50	Salvador Florianópolis Vitória Goiânia Manaus Cabo Frio (RJ)

	reduzido em 10 centavos. Em Goiânia, depois de subir para R\$ 3,00 ela retornou para R\$ 2,70. Em Manaus houve um aumento de R\$ 2,75 para R\$ 3,00, mas o preço agora é R\$ 2,90. Em Cabo Frio (RJ), a população vale-se do subsídio da prefeitura e paga apenas R\$ 0,50 pela passagem dentro do perímetro do município						
30	O cidadão que anda de ônibus duas vezes ao dia deixa na catraca três salários mínimos por ano. Há razões para protestar		O cidadão	Objetiva	Há	duas vezes ao dia	
31	Em São Paulo, o MPL tem raízes entre universitários da USP e estudantes de estabelecimentos frequentados por uma elite cultural de esquerda, como Escola da Vila, Vera Cruz, Oswaldo e o Colégio Equipe, mas é o centro nervoso de uma articulação maior e mais popular, com conexão com sindicatos e entidades da periferia (...) Praticantes de uma escola política que tem suas origens em movimentos radicais do século XIX, eles cultivam uma utopia urbana radical. Condenam o que chamam de “mercantilização” do transporte público e defendem a cobrança de tarifa zero – isto é o transporte gratuito.	o MPL Escola da Vila Vera Cruz Oswaldo Colégio Equipe	universitários da USP elite cultural de esquerda sindicatos	Objetiva			São Paulo
32	Os episódios de vandalismo que acompanham os protestos envolvem pessoas de outra origem, que trafegam um universo no qual a violência é um culto permanente, embora possa ser empregada de formas variadas. Ora pode ser um caminho para um acerto de contas entre turmas rivais, ora pode até apresentar um conteúdo político. São os chamados anarco-punks, um tipo de ativismo nascido nos bairros operários que enfrentavam as medidas de austeridade de Margareth Thatcher nos anos 1980, e que se tornou moda	Margareth Thatcher	Os episódios de vandalismo anarco-punks skin-heads	Objetiva			São Paulo

	no Brasil uma década depois. Em dias normais, o esporte predileto dos anarco-punks é trocar pauladas com os skin-heads, inimigos irredutíveis e violentos. Em dias de mobilização política, como aconteceu em São Paulo por esses dias, comandam o quebra-quebra.						
33	Com outros nomes e rostos, mas um ideário parecido, eles já apareceram em outros lugares. Na quinta-feira, eles surgiram entre as mobilizações em Porto Alegre. Picharam 21 lojas, depredaram seis agências bancárias, reviraram 40 containers de lixo. Em situação semelhante 2 mil pessoas organizaram um protesto no Rio, no mesmo dia. O início foi pacífico, mas, no final ocorreram cenas de baderna e confronto. Há dois anos, anarco-punks fizeram sua aparição à frente de uma sequência de atos selvagens em Teresina, no Piauí. Escondiam o rosto com capuz e se apresentavam como militantes de um certo “Movimento Anti-capitalista”. A exemplo do que ocorreu em São Paulo, não surgiram nos primeiros dias das mobilizações, mas naquela etapa em que o movimento já tinha força própria. Já chegaram quebrando bancos e vitrines de loja, incendiando ônibus.		anarco-punks militantes “Movimento Anti-capitalista”	Objetiva		21 Seis 40 2 mil	Porto Alegre no Rio Teresina, no Piauí São Paulo
34	No início dos protestos, Geraldo Alckmin e Fernando Haddad se encontravam em viagem em Paris, ao lado do vice-presidente Michael Temer. De lá mesmo informaram que não pretendiam modificar o reajuste. Numa argumentação que repetiu ao voltar ao Brasil, Alckmin explicou que o caixa do governo não tinha recursos para subsidiar o preço baixo. Haddad lembrou que, na campanha eleitoral, assumira o compromisso de fazer reajustes abaixo da inflação – o que fez, efetivamente.	Geraldo Alckmin Fernando Haddad Michael Temer	o prefeito governador PM	Subjetiva	efetivamente		Paris

	Tanto o prefeito como governador tem argumentos. Mas as manifestações expressaram outra realidade, mais exigente e inconformada – e são elas que aguardam respostas. Mas não as que a PM, com força <i>violenta e desproporcional</i> , deu						
35	CAVALARIA INCONSEQUENTE Na rua da consolação, em São Paulo, polícia montada parte para cima de manifestantes na quinta 13 (Istoé)		CAVALARIA polícia	Subjetiva	parte para cima		rua da consolação São Paulo
36	RIO DE JANEIRO Na capital carioca, ato na Candelária que começou pacífico, terminou com violência e depredação de prédios e monumentos históricos. Protestos no centro da cidade foram liderados por militantes do PSTU		Ato Protestos militantes do PSTU	Objetiva			RIO DE JANEIRO capital carioca no centro
37	PORTO ALEGRE Na capital gaúcha, dezenas de manifestantes se concentraram em frente do prédio da prefeitura, que tinha a entrada isolada por cordas e vigiada pela Guarda Municipal, durante reivindicação contra o aumento da tarifa		Manifestantes Guarda Municipal o aumento da tarifa	Objetiva		dezenas	PORTO ALEGRE capital gaúcha
38	Manifestações chegam a vários pontos do país e ganham causas diversas, da saúde à educação		Manifestações	Objetiva			País
39	Falta ação da polícia para reprimir o crime, mas sobra força para reprimir a população de forma arbitrária		Polícia a população	Subjetiva			

ANEXO C

GRADE – 1C

Modo de Organização Narrativo								
Veja		Actante agente (Humano/ não humano)				Actante sofre a ação (Humano/ não humano)		
Sequencias Narrativas		Agressor	Benfeitor	Aliado	Oponente	Retribuidor	Vítima	Beneficiário
3	[De] radicais políticos e punks partiu a maior parte das ações de depredação na Avenida Paulista durante a terceira manifestação, segundo informações da polícia.	Radicais políticos punks					Avenida Paulista	
5	RASTRO DE FOGO As manifestações que começaram em São Paulo se espalharam nos dias seguintes por quatro estados. Em comum tiveram enfrentamentos com a polícia e exibições de uma fúria difusa da parte dos manifestantes	manifestantes					Polícia	
15	A Passeata de quinta-feira em São Paulo terminou com mais de 230 detidos, o maior número de presos em confronto com a polícia desde a ditadura militar. Mais de 100 pessoas ficaram feridas, incluindo dezenas que nada tinham a ver com a manifestação e que foram atingidas por lascas de bombas de gás lacrimogêneo ou balas de borracha disparadas pela polícia militar.	Presos					Polícia	

18	Foi a quarta de uma série de manifestações organizadas por <i>um grupo nanico</i> criado por estudantes de São Paulo sob inspiração de um movimento nascido em Florianópolis.			Movimento nascido em Florianópolis				Um grupo nanico
21	O fenômeno <i>realmente espantoso</i> ocorrido na semana passada no Brasil foi o fato de às minorias terem se juntado milhares de rapazes e moças que tinham tudo para estar no cinema, no shopping ou na balada, e não <i>engrossando</i> as fileiras das minorias de vândalos profissionais.			Rapazes e moças				Vândalos profissionais
23	Os insufladores do movimento usam as redes sociais para organizar os protestos. O grupo também <i>arregimenta</i> simpatizantes nos grêmios estudantis dos colégios onde seus integrantes estudaram			simpatizantes				Os insufladores
25	Para <i>engrossarem</i> o movimento, alas radicais dos partidos <i>arregimentaram</i> integrantes de grupos punk – alguns deles já conhecidos nos serviços de inteligência por terem se envolvido em episódios de agressão a minorias. Desse subgrupo, formado por radicais políticos e punks, partiu a maior parte das ações de depredação na Avenida Paulista durante a terceira manifestação	Radicais políticos e punks		Integrantes de grupos punk			Avenida Paulista	Alas radicais dos partidos

30	A economia beirando o pleno emprego faz dos manifestantes jovens caçados nas universidades por empresas em busca de mão de obra qualificada.		A economia					jovens
42	UMA QUESTÃO “MAIS PROFUNDA” Aluna de Design da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Valkyria Anondottir, de 21 anos, é veterana em manifestações. Já foi às ruas pela saída de Renan Calheiros do Senado e a duas marchas contra a corrupção. Chegou à passeata de quinta-feira no Rio preparada para a guerra. Além de cobrir o rosto com óculos de motoqueiro, tinha kit de primeiros socorros e um escudo feito de isopor e papelão para conter balas de borracha: “a questão é bem mais profunda do que um mero aumento de passagem. O povo está cansado de conchavos entre governantes e empresas privadas”	Governo		Governantes			O povo	empresas privadas
43	AÇÃO E REAÇÃO Os excessos marcaram as ações de manifestantes e policiais, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Acima, radicais insuflados por partidos de esquerda lançam chamadas contra policiais paulistas, que reagiram com agressividade (...). O resultado foi o maior número de detidos em manifestações desde o fim do regime militar	Radicais/ partidos de esquerda					policiais paulistas	

GRADE – 2 C

Modo de Organização Narrativo								
Carta Capital		Actante agente (Humano/ não humano)				Actante sofre a ação (Humano/ não humano)		
Sequencias Narrativas		Agressor	Benfeitor	Aliado	Oponente	Retribuidor	Vítima	Beneficiário
3	“Foi um erro inaceitável endossar o discurso da repressão. Um governo de esquerda eleito com a confiança do povo jamais poderia criminalizar quem protestava”, diz o petista	Governo de esquerda					Quem protestava	
23	(...) repórteres foram hostilizados, carros da Record e do SBT incendiados e um grupo se dirigiu à porta da TV Globo para exigir a regulamentação da mídia. O canal da família Marinho é, por sinal, um dos principais alvos dos manifestantes.	Manifestantes					Repórteres Carros da Record e do SBT, TV Globo	
24	Na terça 18, em evento comemorativo dos 25 anos de comemoração do PSDB, FHC mirou no PT: (...) “É claro que a partir daí [das manifestações], os que são responsáveis, que estão no governo, têm de perceber: as coisas não estão tão bem quanto eles pensam”.	FHC					PT	
25	Esse pragmatismo [político] não é obra da presidenta, diga-se. Ela herdou do governo Lula		Lula					Dilma
26	Ao atrair jovens de classe média escandalizados com a repressão policial, também os jornais e emissoras de tevê passaram a demonstrar simpatia pelos rebelados.			Jornais e emissoras de TV				Rebelados

34	Os atos se multiplicam em escala imprevisível, assim como as tentativas de manipulação dos rebelados. A insatisfação difusa dos jovens desafia os governos e os partidos.					Jovens	governos e partidos	
39	A violenta ofensiva da Polícia Militar de Alckmin, na quinta 13, foi o estopim para os protestos ganharem a dimensão atual. A ação resultou em centenas de feridos e detidos. Jornalistas acabaram atingidos por fragmentos de bombas e balas de borracha, entre eles uma cinegrafista e um fotógrafo, feridos no rosto. A comoção popular diante da repressão multiplicou por dez o número de manifestantes. E o governador viu-se obrigado a abolir as balas de borracha e retirar a Tropa de Choque das ruas.	Polícia Militar de Alckmin					Jornalista Cinegrafista	
41	<i>A invasão</i> de jovens com cara pintada e nariz de palhaço, bandeiras pró-privatizações ou contra a PEC 37 nas mãos, gerou conflitos dentro e fora das ruas. Punks e anarquistas hostilizaram manifestantes com bandeiras do Brasil.	Punks e anarquistas			<i>A invasão</i> de jovens pró-privatizações		manifestantes com bandeiras do Brasil	

GRADE – 3 C

Modo de Organização Narrativo								
Isto é		Actante agente (Humano/ não humano)				Actante sofre a ação (Humano/ não humano)		
Sequencias Narrativas		Agressor	Benfeitor	Aliado	Oponente	Retribuidor	Vítima	Beneficiário
5	NADA JUSTIFICA A VOLTA DA REPRESSÃO Os movimentos sociais <i>renascem</i> em todo o País e <i>são</i> respondidos à bala por uma polícia despreparada	Polícia					Movimentos sociais	
7	PRAÇA DE GUERRA Na quinta- feira 13, PM <i>cerca</i> manifestantes na rua da Consolação, em São Paulo, que protestavam pacificamente e <i>usa</i> balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo	PM					Manifestantes	
10	Incapaz de atuar de forma preventiva, controlando as manifestações com métodos civilizados e fazendo uso consciente e responsável da força quando necessário, na última quinta –feira 13 a Polícia Militar de São Paulo <i>retornou</i> aos piores momentos de seu passado, quando reprimia a população sob o regime militar para acuar e atacar militantes.	Polícia Militar					manifestações militantes	
13	O retorno da Polícia Militar a sua face mais violenta <i>ocorreu</i> num dia que até prometia uma jornada de calma. Num esforço para evitar a confusão de quarta-feira	Polícia Militar baderneiros					Policial militar Vitrines quebradas	

	12, quando 97 ônibus <i>foram</i> depredados, dezenas de vitrines <i>foram</i> quebradas e até um policial correu o risco de ser linchado, numa sucessão de atos condenáveis <i>promovidos</i> por baderneiros mascarados, infiltrados entre os manifestantes, autoridades e ativistas <i>fizeram</i> um acordo para realizar uma passeata em percurso autorizado. Já no início da tarde, no entanto, se viu que nem todas as partes pretendiam cumprir o combinado							
14	SEM COMANDO: Policial <i>lança</i> gás de pimenta contra cinegrafista no centro de São Paulo	Policial					Cinegrafista	
16	(...) perseguido pela Tropa de Choque quando liderava uma passeata em outro ponto da cidade, Lucas Oliveira teve a canela ferida por uma bomba	Tropa de Choque					Lucas Oliveira	
18	Quando lideranças do movimento tentavam negociar uma nova autorização, soldados da Tropa de Choque começaram a disparar tiros com balas de borracha. Bombas e até granadas foram atiradas sobre os manifestantes, que se dispersaram em correria pela rua mais célebre da boemia de São Paulo, a Augusta, onde foram <i>atacados</i> mais uma vez	Tropa de Choque					Manifestantes	
19	Num esforço repetido de concentração e dispersão, sempre com policiais em seu <i>encalço</i> , a passeata seguiu em grupos	Policiais Polícia					A passeata Casais de namorados	

	menores, até tarde da noite. Ainda em atividade, a polícia <i>importunou</i> casais de namorados em bares da avenida Paulista							
21	Num reflexo típico de tempos autoritários, a PM investiu com dureza seletiva sobre jornalistas	PM					Jornalistas	
33	Com outros nomes e rostos, mas um ideário parecido, eles já apareceram em outros lugares. Na quinta-feira, eles surgiram entre as mobilizações em Porto Alegre. Picharam 21 lojas, depredaram seis agências bancárias, reviraram 40 containers de lixo. Em situação semelhante 2 mil pessoas organizaram um protesto no Rio, no mesmo dia. O início foi pacífico, mas, no final ocorreram cenas de baderna e confronto. Há dois anos, anarco-punks fizeram sua aparição à frente de uma sequência de atos selvagens em Teresina, no Piauí. Escondiam o rosto com capuz e se apresentavam como militantes de um certo “Movimento Anti-capitalista”. A exemplo do que ocorreu em São Paulo, não surgiram nos primeiros dias das mobilizações, mas naquela etapa em que o movimento já tinha força própria. Já chegaram quebrando bancos e vitrines de loja, incendiando ônibus	Anarco-puns					Patrimônio público/ privado	

35	CAVALARIA INCONSEQUENTE Na rua da consolação, em São Paulo, polícia montada <i>parte para cima</i> de manifestantes na quinta 13	Polícia montada					Manifestantes	
36	RIO DE JANEIRO Na capital carioca, ato na Candelária que começou pacífico, terminou com violência e depredação de prédios e monumentos históricos. Protestos no centro da cidade foram liderados por militantes do PSTU	PSTU					Patrimônio público	
39	Falta ação da polícia para reprimir o crime, <i>mas</i> sobra força para repreender a população de forma arbitrária	Polícia					População	